

***NO RITMO DAS ÁGUAS DO
PANTANAL***

NUPAUB - NÚCLEO DE APOIO À PESQUISA SOBRE POPULAÇÕES HUMANAS E
ÁREAS ÚMIDAS BRASILEIRAS
Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade de São Paulo

UFMT - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
Instituto de Biociências

NO RITMO DAS ÁGUAS DO PANTANAL

Carolina Joana da Silva
Joana A. Fernandes Silva

São Paulo
1995

Coordenação e Pesquisa:

Dra. Carolina Joana da Silva
(Ecóloga, Instituto de Biociências, UFMT)

Pesquisa:

Ms. Joana A. Fernandes Silva
(Antropóloga, Depto. de Antropologia, UFMT)

Coordenador:

Prof. Dr. Antônio Carlos S. Diegues (Sociólogo)

Coordenador Adjunto:

André de Castro C. Moreira (Biólogo)

Estagiários:

Edson Bosco de Almeida (*Pedagogo*) etapa 1
M.Christina de M. Amorozo (*Ecóloga/UNESP*) etapa 1
Marlene Amaral (*História*) etapa 1
Rosângela M. T. Magalhães (*Bióloga*) etapas 1,2,3
Evandson J. Silva (*Biologia*) etapas 2 e 3
Verone C. Silva (*Ser.Soc.*) etapa 2
Ana Maria Souza (*História*) etapa 3
João de Medeiros Alves (*História*) etapas 2 e 3
Eliani Fachin (*Bióloga*) etapa 3
Heloísa P. Silva (*digitação final*)

Apoio: INTERNATIONAL DEVELOPMENT RESEARCH CENTRE (IDRC, Canada)

NUPAUB - NÚCLEO DE APOIO À PESQUISA SOBRE POPULAÇÕES
HUMANAS E ÁREAS ÚMIDAS BRASILEIRAS
Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade de São Paulo

UFMT - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

Comissão Editorial do NUPAUB:

Yvan Breton (Université Laval, Canadá), Patrick Dugan (UICN, Suíça), Aziz Ab'Saber (IEA-USP), Lourdes Furtado (Museu Emílio Goeldi), Alex F. Mello (Universidade Federal do Pará), Paulo Sodero (ESALQ-USP), Paulo Freire Vieira (Universidade Federal de Santa Catarina), Waldir Mantovani (USP), Simone Maldonado (Universidade Federal da Paraíba), Antonio Carlos Diegues (coordenador - USP).

Catálogo na Fonte

SILVA, Carolina Joana da.
No ritmo das águas do pantanal, por C. J. da Silva e J. A. F. Silva.
São Paulo: NUPAUB/USP, 1995. p.210

1. Meio ambiente 2. Ecologia (Biologia)
I. Título II. Silva, Joana A. Fernandes

CDD - 301.31
574.5

Revisão Final: *Carolina Joana da Silva*
Joana A. Fernandes Silva

Revisão: *Luiz Ferri de Barros*

Editoração: *Eliane Cristina Santos*

Endereço: Rua do Anfiteatro, 181
Colméia - Favo 6
Universidade de São Paulo
Butantã - São Paulo - SP - Brasil
Cep 05508-900
Tel: 00-55 (011) 818 3425
Fax: 00-55 (011) 813 5819
E-mail: nupaub@cat.cce.usp.br

APRESENTAÇÃO

O NUPAUB/USP apresenta No Ritmo das Águas do Pantanal, resultado de três anos de pesquisa realizada por uma equipe interdisciplinar da Universidade Federal do Mato Grosso, sob a coordenação da Dra. Carolina Joana da Silva. O objetivo do referido projeto, (financiado pelo IDRC-INTERNATIONAL DEVELOPMENT RESEARCH CENTER - do Canadá foi o estudo da relação entre as populações ribeirinhas pantaneiras e as flutuações hídricas desse majestoso ecossistema úmido do Pantanal. As populações ribeirinhas de pequenos pescadores e criadores de gado foram escolhidas porque normalmente quando se fala de populações pantaneiras há a tendência de se referir somente aos grandes pecuaristas, muitos dos quais se auto-intitulam de "guardiães do Pantanal". Como quase sempre acontece, as populações ribeirinhas, pouco visíveis social e politicamente, são esquecidas na formulação e execução das políticas públicas. Já o primeiro relatório de pesquisa publicado pelo NUPAUB em 1992 sob o título: "Estratégias de Sobrevivência de Comunidades Tradicionais no Pantanal Mato-grossense" tornou evidente a enorme bagagem de conhecimento que essas populações possuem sobre as riquíssimas flora e fauna, bem como sobre as conseqüências do regime de enchentes do Pantanal sobre o modo tradicional de vida existente na região.

O conhecimento sobre as estratégias de sobrevivência dessas populações se toma ainda mais relevante quando se pensa em construir a Hidrovia Paraguai-Paraná que, sem dúvida, terá impactos importantes não somente sobre o ecossistema, mas também sobre as populações que aí vivem.

No Ritmo das Águas do Pantanal apresenta ainda um outro grande desafio: o da pesquisa interdisciplinar, interligando áreas das ciências humanas e das ciências naturais para a produção do conhecimento sobre as relações homem-natureza.

Prof. Dr. Antonio Carlos S. Diegues

Coordenador Científico do NUPAUB-USP

AGRADECIMENTOS

Aos pantaneiros de Mimoso e aos pescadores do Rio Cuiabá, pelo apoio, paciência e compreensão em todas as etapas desta pesquisa.

Ao Senhor Antonio, à dona Tonica e ao seu Moreno, em Mimoso e ao Seu Sinhô, no Rio Cuiabá, pela acolhida e pelas gostosas conversas.

Ao Bernardo da Silva, motorista e auxiliar, pelo apoio no campo.

Ao Seu Benito, chefe do setor de transporte da UFMT, pela atenção dispensada.

Ao casal Nelma e Carlos Reiner, de Mimoso, pela colaboração.

E, a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

“A paisagem é um registro de época e um documento da cultura.”

(Moraes, 1980)

“Tudo tem seu tempo; tempo de pescá, tempo de plantá, tempo de colhê.”

(Seu Lino, pescador e agricultor, 1985)

“Nos veve aqui no ritmo das água.”(Seu Lino, pescador e agricultor, 1985)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	05
AGRADECIMENTOS.....	06
INTRODUÇÃO.....	10
METODOLOGIA.....	15
1. CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DA ÁREA DE ESTUDO	19
1.1. Localização	19
1.2. Geologia e Geomorfologia	21
1.3. Variação Sazonal do Rio Cuiabá.....	26
1.4. No Ritmo das Águas.....	29
2. HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO.....	33
2.1. Os Paiaguá e os Guaikuru	33
2.2. Os Guató.....	36
2.3. Os Bororo.....	37
2.4. Mimoso.....	38
2.5. Sesmarias em Mato Grosso.....	40
2.6. A Sesmaria de Morro Redondo.....	43
2.7. Os Pescadores do Rio Cuiabá.....	44
2.8. Processos Sócio-Econômicos Ligados à Pesca Artesanal	46
2.9. As Usinas de Açúcar	47
2.10. Redeiros	49
3. RELAÇÕES COM O AMBIENTE E MANEJOS ENTRE OS PANTANEIROS DE MIMOSO	51
3.1. Família em Mimoso.....	53
3.2. A Água e o Boi.....	58
3.3. O Alagamento Permanente	58
3.4. As Cercas	63
3.5. Pastos Comuns.....	65
3.6. O Gado em Mimoso.....	67
3.7. Agricultura	76
3.8. Os Quintais.....	77
3.9. O Uso das Palmeiras e do Algodão.....	78
3.10. Festas na Vazante.....	79

4. RIO CUIABÁ.....	85
4.1. A Pesca no Rio Cuiabá	87
4.2. Pesca Predatória	89
4.3. Movimentação dos Peixes	96
4.4. Estratégias de Pesca	102
4.5. Obtenção de Iscas.....	111
4.6. Conservação dos Peixes - os Jacás.....	115
4.7. Comercialização do Pescado	116
4.8. Relações com o Sobrenatural	117
4.9. Peixes no Rio Cuiabá	118
4.10. Os Pescadores Apresentam um Sistema de Classificação?.....	119
4.11. O "Lufa-lufa" do Pescador.....	120
5. CONCLUSÃO.....	122
BIBLIOGRAFIA.....	126
ARQUIVOS.....	134
FONTES PRIMÁRIAS	134
PERIÓDICOS.....	134

FIGURAS

1. Localização da área de estudo (em círculo) na bacia hidrográfica do Rio Cuiabá no Pantanal do Mato Grosso	20
2. Variação do nível d'água no Rio Cuiabá, em Cuiabá	27
3. Localização das Sesmarias na região de Mimoso.....	42
4. Localização do aterro na área alagável	61
5. Esquema da organização dos pescadores.....	92

TABELAS

I. População em Mato Grosso	37
II. Número de filhos por família, que saíram para Cuiabá.	55
III. Número de cabeças de gado em Mimoso	68
IV. Tamanho permitido por lei para captura de peixes e posição dos pescadores.....	89
V. Quadro geral dos pescadores profissionais em Mato Grosso.....	94
VI.a. Relato das atividades no período da manhã em maio de 1992	121
VI.b. Relato das atividades no período da tarde (almoço e descanso até 15h00) em maio de 1992	121

INTRODUÇÃO

O Pantanal de Mato Grosso, considerado uma das maiores áreas alagáveis do mundo, é veiculado pelos meios de comunicação como um santuário ecológico, onde animais vivem em harmonia e em profusão. Recentemente, face a esta riqueza biológica, a região foi incorporada no roteiro turístico brasileiro e internacional, traduzindo na sua melhor expressão, o turismo ecológico. O Pantanal chega quase a ser sinônimo de jacarés sonolentos e de graciosas garças e tuiuius, como mostram os cartões postais. Porém, quem são os homens e as mulheres que aqui vivem? A apreender das informações oficiais e das repassadas pela mídia, além da sua riqueza biológica, o Pantanal é uma região propícia à criação de gado, pela existência de grandes extensões de pastagens "*naturais*". Assim, o pouco que se sabe sobre os homens que aí vivem é que são grandes fazendeiros, proprietários de imensos rebanhos de gado.

Mas, esta região guarda uma grande importância histórica desconhecida e apesar deste aparente vazio de homens e de história, o Pantanal de Mato Grosso foi território povoado por inúmeros grupos indígenas (Paiguá, Guaikuru, Bororo e Guató) que lutaram intensamente contra colonizadores espanhóis e portugueses desde o século XVI. Alguns grupos sobreviveram à guerra contra eles travada, e estão atualmente ilhados em pequenas reservas: são eles os Bororo, os Kadiwéu (remanescentes dos Guaikuru) e os Guató.

Atualmente, além das grandes fazendas de gado e das sociedades indígenas, existem no Pantanal pequenas comunidades que desenvolveram formas alternativas de sobrevivência e formas de manejo do ambiente que lhes propiciam bastante autonomia com relação ao sistema capitalista.

Há uma caracterização regional que distingue "*ribeirinhos*" e "*pantaneiros*"; ribeirinho significando a população que vive à beira dos rios, com maior identificação com a água do que com a terra, e com atividade predominantemente pesqueira, apoiada pela agricultura de várzea e de terra firme. Ribeirinho, em termos locais, se opõe à categoria pantaneiro, que mais do que uma ligação com um espaço geográfico, descreve uma condição sócio-econômica ligada à pobreza. O termo pantaneiro designa uma categoria social associada a grandes fazendas do Pantanal mato-grossense, ao gado numeroso e à riqueza. Mas, há que salientar que muitos dos chamados ribeirinhos, quando encontram terras disponíveis nas áreas alagáveis, são na verdade, pantaneiros, no sentido da localização geográfica e pela percepção que têm do ambiente.

Os pantaneiros reconhecem a importância do regime de cheias e do ritmo das águas para a renovação da vida no Pantanal e para a preservação de seus ecossistemas, como é o caso dos pantaneiros de Mimoso, aqui denominados de mimoseanos, e dos pescadores do Rio Cuiabá abaixo.

As enchentes, ao contrário, são abordadas pela imprensa regional e pelo noticiário nacional, como verdadeiras tragédias que se sucedem anualmente. Isso porque o alvo da atenção dos jornais são os grandes fazendeiros, para quem as enchentes, se muito intensas, representam prejuízo em função da perda de rêses, por afogamento ou por falta de alimento. Os noticiários apenas focalizam os segmentos mais pobres da população pantaneira quando as enchentes atingem a dimensão de calamidade pública.

Na realidade, as grandes cheias são utilizadas pelos pecuaristas da região como instrumento de pressão às autoridades governamentais, para obter financiamentos, ou prorrogação das dívidas aos bancos estatais. As enchentes têm sido, pelo menos nas últimas duas décadas, o argumento para criar políticas públicas que são formuladas desconhecendo o funcionamento dos diferentes ecossistemas existentes no

Pantanal, bem como ignorando as populações aí residentes. A abertura de estradas e a construção de aterros para conter as cheias, são exemplos de ações atinentes a estas políticas que trazem conseqüências para o modo de vida tradicional e impactos ambientais que comprometem a dinâmica dos ecossistemas.

Apesar disso, pelo menos por enquanto, a pesca no Rio Cuiabá segue mantendo um importante papel econômico na região, embora já se observe um declínio da produtividade pesqueira. No entanto, em Mimoso, os impactos sócio-ambientais da construção de estradas já estão mais acentuados.

Todos pescadores entrevistados referiram-se à importância do Rio Cuiabá, tanto em termos históricos, como em termos econômicos, por ter sido este rio muito farto em peixes, e ainda ao seu papel ecológico, propiciado pelas inundações periódicas no Pantanal.

A proposta desta pesquisa intitulada: "*Estratégias de Sobrevivência de Comunidades Tradicionais no Pantanal Mato-grossense*" é a de estudar as relações existentes entre as comunidades tradicionais e os recursos naturais das áreas alagáveis do Pantanal de Mato Grosso, especialmente no que diz respeito à maneira como tais comunidades convivem com as mudanças periódicas das condições ambientais destas áreas, em função da variação temporal do nível d'água, que estabelece as fases de enchente, cheia, vazante e estiagem, conforme o ciclo anual das águas na região.

Este estudo também visa analisar as estratégias de sobrevivência que as comunidades alvo desenvolveram em virtude das recentes alterações sócio-ambientais na região do Pantanal, principalmente como conseqüência das formas atuais de ocupação do solo e das águas e do uso em grande escala dos recursos naturais aqui existentes.

Para o desenvolvimento desta proposta foram escolhidas duas áreas de estudo, que embora pareçam espacialmente separadas, são interdependentes em sua estrutura e funcionamento; nestas áreas escolhidas vivem comunidades humanas, cujas atividades econômicas e ritmos de vida foram adequadas às variações temporais do nível d'água, com suas fases caracteristicamente diferenciadas, quais sejam: a enchente, cheia, vazante e estiagem.

Um dos grupos escolhidos localiza-se em Mimoso, é de criadores de gado, e o outro é de pescadores que vivem às margens do Rio Cuiabá, entre as localidades de Vereda (Santo Antônio do Leverger) e Estirão Comprido (Barão de Melgaço) organizados em reservas de pescas. Embora separadas, ambas atividades econômicas de sobrevivência estão estritamente ligadas ao ritmo da água do Rio Cuiabá e vêm sofrendo impactos resultantes das alterações sócio ambientais provocadas pela política atual de ocupação do solo e das águas, bem como pelo uso intensivo dos recursos biológicos e de outros recursos naturais aí existentes.

A abordagem desta proposta baseou-se na análise do tempo, do espaço e de suas transformações. Espaços estes que foram desenhados através de milhares de anos pelos agentes climáticos e retrabalhados mais recentemente pela dinâmica da água e da cultura humana.

Primeiramente, procurou-se detectar as relações homem/ ambiente através da caracterização sócio-ambiental preliminar das áreas escolhidas. Utilizando elementos ecológicos, culturais e sociais, buscou-se a identificação das estratégias de sobrevivência e dos problemas e conflitos enfrentados pelas comunidades estudadas.

O trabalho de pesquisa foi realizado entre outubro de 1991 e maio de 1993 através de várias viagens de campo, distribuídas entre Mimoso e algumas reservas pesqueiras - Volta Grande (ou Vereda), Limoeiro, Praia do Poço, Maravilha e Pedreira.

No campo utilizaram-se os seguintes procedimentos: observação participante, entrevistas livres - gravadas ou não; procurou-se levantar algumas histórias de vida e perceber as categorias utilizadas para a descrição e compreensão do espaço e suas modificações.

Foram consultadas as seguintes fontes e arquivos: NDHIR (Núcleo de Documentação e Informação em História Regional), o APMT (Arquivo Público do Estado de Mato Grosso), o cartório do município de Santo Antônio, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a Fundação Cândido Rondon (em Cuiabá), o Cartório de Paz de Mimoso, o INTERMAT (Instituto de Terras de Mato Grosso), o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), a Coordenadoria Estadual da Defesa Civil, o da Colônia Z-1 de pescadores e a Hemeroteca da FUFMT.

Na metodologia procurou-se fazer uma discussão que não se confundisse com uma apresentação ou uma listagem de técnicas de pesquisa. Através da bibliografia existente, procurou-se refletir sobre métodos que estivessem mais aproximados das necessidades deste estudo. Como este trabalho procura integrar métodos e técnicas da ecologia e da antropologia não se menosprezou a complexidade da tarefa de encontrar uma ponte entre as duas disciplinas. Os métodos de pesquisa de campo foram dados pela Antropologia Social, empregando-se entrevistas baseadas em roteiros definidos para cada viagem de pesquisa, levantamento de dados estatísticos relacionados à natalidade e à mortalidade e ainda mapeamento das famílias e genealogias. Da Ecologia, utilizaram-se a abordagem descritiva no que se refere às diferentes unidades de paisagem percebidas pelas comunidades em estudo, e a abordagem funcional quanto à forma como estas comunidades percebem a estrutura e o funcionamento dos ecossistemas. Os dados foram obtidos pela observação, coleta e entrevistas baseadas em roteiros definidos para cada viagem de campo. Na Antropologia e etnoecologia buscaram-se formas de interpretar os dados a partir da leitura que as populações alvo de estudo fazem de seu próprio ambiente, classificação e ordenação do espaço.

O Rio Cuiabá e suas áreas alagáveis foram considerados como um sistema integrado sustentador de populações humanas distintas que manejam este ecossistema de forma diferenciada. Estas áreas foram caracterizadas a partir da percepção que os pantaneiros (ribeirinhos e mimoseanos) têm do meio em que vivem, com o apoio da bibliografia existente e dos conhecimentos ecológicos e históricos da coordenadora deste projeto, que nasceu na região.

Buscou-se, também, resgatar a história da ocupação do Pantanal, a partir das sociedades indígenas que aí viviam, tais como os Guató, os Paiaguá, os Guaikuru e os Bororo. Procurou-se também compreender o sistema de sesmarias, extinto no século XIX, pela Lei de Terras de 1850, mas que persiste em Mato Grosso, o que é cada vez mais problemático para as comunidades que ocupam terras em regime comunal. A complexidade desta situação advém da alteração das forças produtivas e do atual padrão jurídico de propriedade da terra.

Buscou-se fazer uma reflexão acerca das comunidades estudadas, no que diz respeito à sua organização, relações com a sociedade abrangente, usos e conhecimento do espaço, alterações advindas das mudanças ecológicas, sociais e econômicas que as afetam mais diretamente.

Na primeira etapa da pesquisa foram feitos estudos preliminares procurando caracterizar as áreas numa perspectiva sócio - ambiental, identificando os problemas e conflitos com os quais, as comunidades se defrontam.

Na segunda etapa da pesquisa foi estudada a fase da vazante (abril-junho), buscando-se a compreensão das atividades desenvolvidas e a produtividade que este período apresenta, tanto como resultado

do investimento do trabalho humano como da disponibilidade de recursos naturais. Na agricultura observou-se o uso do espaço, área, produtos plantados, preparação da terra, instrumentos de produção e das pragas que incidem na lavoura. Na criação de gado foram observadas variáveis como o espaço utilizado, manejo, alimentação, principais doenças, etc. Na pesca verificou-se também o uso do espaço, técnicas e instrumentos de pesca, influência da lua e produtividade da fase. Foram identificadas, ainda, inúmeras variáveis da categoria "*pescador*", quais sejam: redeiros, pescadores para frigoríficos, pescadores sem terra, pescadores agricultores, pescadores que tomam conta de terras alheias, pescadores temporários, que se assalariam em períodos menos rentáveis da pescaria em atividades alternativas.

Na terceira etapa foram pesquisadas as fases da estiagem e da enchente, com relação às modificações ambientais e às atividades humanas desenvolvidas neste período. Durante esta fase da pesquisa revelou-se, com bastante ênfase, o processo de empobrecimento dos pescadores e dos pantaneiros de Mimoso, em consequência dos processos econômicos e políticos que afetam os que vivem na região.

Na publicação (DA SILVA e SILVA, 1992) referente aos trabalhos de campo realizados entre outubro e fevereiro de 1991, apresentaram-se os resultados preliminares da pesquisa, com a caracterização do Rio Cuiabá e suas áreas alagáveis, sua geomorfologia, unidades de recursos; fez-se a primeira aproximação com a organização social e econômica de mimosanos e pescadores e identificaram-se os principais problemas vividos por eles, tais como a construção de aterros, alagamento permanente de uma parte das terras de Mimoso, sobre-pesca, pesca predatória, turismo, etc.

No relatório relativo à fase da vazante (abril a junho) descreveu-se minuciosamente o manejo do gado em Mimoso, incluindo classificações locais de idade, identificação e tratamento de doenças, alimentação do rebanho, e a festa de Santo Antonio. Esta é uma das festas realizadas na vazante, fase que apresenta um alto grau de sociabilidade dos mimosanos combinada com uma grande disponibilidade de recursos. Os quintais foram percebidos como importantes unidades de recursos gerados pelo trabalho feminino, através do plantio de fruteiras e da criação de animais domésticos, em especial, porcos e galinhas.

Com relação à pesca, no rio Cuiabá e áreas alagáveis, descreveu-se o uso do espaço, técnicas e instrumentos de pesca, movimentação dos peixes e obtenção de iscas. Uma das preocupações centrais deste segundo relatório foi compreender como eram desenvolvidas as atividades econômicas e a produtividade apresentada nesta fase.

No terceiro relatório procurou-se evidenciar alguns aspectos, ligados ao Rio Cuiabá e a Mimoso, que se referem ao escasseamento de recursos naturais e ao aumento das dificuldades de sobrevivência dos grupos sociais analisados. Estas dificuldades estão estritamente ligadas ao processo histórico ocorrido na região, principalmente as decorrentes da concentração de terras e as mudanças ocorridas no regime de ocupação das mesmas. A grande disponibilidade de terras em Mato Grosso antes da década de 60 é seguida por um processo de expulsão dos moradores de beira-rio ou à limitação ao acesso de terras agriculturáveis; em Mimoso, as terras da sesmaria de Morro Redondo estão sendo progressivamente parceladas, individualizadas e privatizadas concomitantemente à chegada de migrantes. Aqui a mudança na forma de ocupação começa a inviabilizar o modelo tradicional do manejo do gado praticado pelos mimosanos e a esgotar as pastagens locais. Paralelamente, os recursos do Rio Cuiabá, pela exploração intensiva, pela ação depredatória de redeiros e frigoríficos de grande porte são comprometidos em sua disponibilidade de peixes; este processo coincide com o surgimento da pesca profissional provocada pela perda de acesso dos ribeirinhos à terra.

Dando continuidade à proposta de estudar as relações do homem com o meio ambiente, observou-se a pesca no período da seca e do início da enchente, a movimentação dos peixes e estratégias para sua captura, incluindo a ceva. Apresentou-se ainda, em estágio exploratório, uma primeira aproximação do sistema classificatório que os pescadores fazem dos peixes. Foram percebidos, também, os conflitos entre pescadores, entre estes e turistas, com a legislação, etc. Com relação a Mimoso prosseguiu-se na observação do manejo do gado, alimentação, produtividade, etc. O uso comunal dos pastos, fonte de conflitos, nesta fase da pesquisa, apresentou-se como um problema bastante complexo .

Neste trabalho, apresentam-se as atividades humanas desenvolvidas pelos pescadores do Rio Cuiabá abaixo e pelos pantaneiros de Mimoso, durante todo o ciclo das águas - seca, enchente, cheia e vazante. Procurou-se revelar todo o processo que vivem ambas comunidades, tanto no que se refere às modificações naturais, como às modificações de cunho histórico, econômico e político.

Esta publicação, embora represente o fechamento de um ciclo de trabalho, não representa, no entanto, o esgotamento de todas as possibilidades de pesquisa sobre o tema. Ao contrário, parece mais ter sido uma abertura de caminhos e de possibilidades de estudos. A importância desta pesquisa, a nosso ver, reside na abertura de temas a serem ainda explorados e na abertura de um caminho interdisciplinar a ser trilhado.

METODOLOGIA

Neste trabalho, adotou-se a proposta de estabelecer uma ponte entre a Ecologia e a Antropologia, para produzir um estudo interdisciplinar que proporcione uma visão mais integral das formas pelas quais as sociedades interagem com a natureza. Buscaram-se os princípios em ação entre natureza e cultura e sua mútua determinação.

A proposta interdisciplinar, nova na academia, ainda produz conhecimentos muito incipientes, e não tem metodologias muito desenvolvidas. A articulação e o diálogo entre duas ou mais disciplinas é uma tarefa complexa na medida em que a história das ciências é a história do saber compartimentado e cada vez mais especializado. A interdisciplinariedade é uma tarefa a ser realizada, talvez a longo prazo, para restabelecer uma mútua inteligibilidade entre as ciências.

Através das leituras de autores representantes das escolas da ecologia cultural e da etnobiologia, pôde-se ter uma visão bastante ampla do que se produziu em torno do problemático conhecimento do homem em relação com a natureza. Ora os estudos privilegiam aspectos sócio-culturais, ora privilegiam a relação, interpretação e conhecimento do meio ambiente. No primeiro caso, ignoram-se as relações com a natureza e no segundo, dificilmente chega-se a um pequeno vislumbre de quem são esses homens estudados, como se organizam, o que pensam, o que sentem.

Nesta pesquisa utilizaram-se os procedimentos metodológicos dados pela Antropologia para a pesquisa de campo. Foi adotado o método da pesquisa participante para a coleta de dados; elementos tais como entrevistas dirigidas e/ou livres, levantamento de dados estatísticos sobre natalidade e mortalidade foram realizados como suporte. Da Ecologia, utilizaram-se sua abordagem descritiva no que se refere às diferentes unidades percebidas pelas comunidades em estudo, e a abordagem funcional no que se refere à forma como estas comunidades percebem a estrutura e funcionamento dos ecossistemas.

Procurou-se dar prioridade, na coleta de dados, à interpretação e à leitura que pantaneiros, mimoseanos e pescadores, fazem de seu meio ambiente, bem como de suas modificações, embora não tenham sido desprezados dados históricos, demográficos, da organização social e política dos grupos pesquisados.

A ecologia norteou a descrição dos espaços "*naturais*" e modificados no que se refere à forma, conteúdo e mudanças temporais aí observadas. Da Antropologia, veio a compreensão de como os grupos sociais analisados organizam-se para ocupar, modificar e sobreviver nestes espaços.

Os trabalhos de campo eram precedidos de discussões e planejamento das atividades que seriam desenvolvidas. Das discussões participavam a antropóloga, a ecóloga e os estagiários, estudantes dos Cursos de Biologia, Pedagogia, Serviço Social e História. Os estudos desenvolvidos anteriormente na área, pela ecóloga responsável pelo projeto e a sua vivência por ter nascido e vivido na região nortearam os passos e os roteiros de campo.

Nas leituras das falas contidas nas transcrições, distinguiam-se, à princípio, noções, idéias, descrições, comportamentos e atitudes que encontravam eco em bases ou fundamentos da Ecologia ou Antropologia. Tópicos dos dois campos de conhecimento, tais como sucessão ecológica, estabilidade de pulso, morfologia de rios, unidades de recursos, introdução de espécies, biocidas, estratégias de pesca, conservação de iscas, poliatividade, reaproveitamento, reciclagem, dependência da água, organização do espaço, noções de território, posse da terra, conflitos sociais, relações de trabalho, uso e organização do

espaço, variação temporal da produção eram identificados e durante a redação, discutidos. No decorrer dos trabalhos de campo, muito das observações e conclusões, que a princípio poderiam parecer ser de um campo específico de conhecimento, seja da Antropologia ou Ecologia, vinham de ambas as áreas.

Assim, a condução, as análises e conclusões deste trabalho são resultantes, em primeiro lugar, do reconhecimento da necessidade de uma abordagem interdisciplinar para um melhor entendimento da sobrevivência de populações humanas em ecossistemas frágeis e complexos, como o Pantanal de Mato Grosso. O esforço das duas disciplinas em apreender, respeitar, questionar e principalmente abandonar idéias pré-concebidas sobre os campos de conhecimento envolvidos e o trabalho proposto concorreram para uma efetiva interpenetração da Ecologia e Antropologia. Os estudos específicos contratados para este trabalho, através das assessorias das historiadoras Elizabeth Madureira Siqueira e de Maria de Fátima Gomes Costa, complementaram o quadro, para uma análise mais abrangente dos problemas encontrados.

Nas viagens de campo procedeu-se à observação das atividades, realizaram-se entrevistas com pessoas escolhidas aleatoriamente, enquanto pessoas chaves - pelo conhecimento ou idade - foram sistematicamente entrevistadas. Na observação, em geral, priorizava-se o entendimento das atividades e da organização destas em consonância ao ciclo das águas. Foram coletadas plantas e peixes, citados pelos entrevistados, para posterior identificação. Procurou-se documentar fotograficamente todas as viagens de campo de maneira que há uma documentação visual que demonstra as variações de paisagem e de atividades humanas. Uma pequena porcentagem das entrevistas foi registrada em fitas cassete que perfazem cerca de 20 horas.

Neste trabalho, as falas dos informantes e termos regionais foram colocadas entre aspas e/ou em itálico. Os nomes científicos dos peixes e das plantas não foram colocados com a frequência em que foram citados, para facilitar a leitura. Ainda, optou-se por omitir, na maioria das vezes, os nomes dos pescadores, quando as circunstâncias em que foram citados poderiam ser comprometedoras, em função de conflitos entre as reservas de pesca e com o IBAMA (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS).

O recorte temporal é bastante amplo, pois parte do século XVIII, com os primeiros embates de colonizadores com as sociedades indígenas dos rios Cuiabá, São Lourenço e Paraguai, passa pelo século XIX, com a doação da Sesmaria de Morro Redondo (Mimoso) a Joaquina Gomes, para momentos mais recentes, tais como a institucionalização das reservas de pesca ao longo do rio Cuiabá, há cerca de 10 anos. Em princípio, poder-se-ia dizer que ambos os grupos terão marcos temporais distintos, em função de suas especificidades históricas. Este tratamento diacrônico revelou justamente a dinâmica dos dois grupos, que está intimamente relacionada com o espaço e suas modificações -naturais ou provocadas pela ação humana - e com o ritmo das águas - cheia e vazante - e ainda com as políticas de terra (que não têm uma figura jurídica para terras comunais) e econômicas mais amplas. Dito em outras palavras, o desempenho que estas comunidades assumem está relacionado com os ritmos da natureza e com políticas que são elaboradas à distância e que terminam por atingi-las.

Nesta pesquisa, procurou-se interpretar o Rio Cuiabá e suas áreas alagáveis como um sistema integrado, que sustenta populações distintas, que manejam de forma diferenciada esses ambientes.

Toda atividade produtiva no rio e na área alagável é dependente de subsídios energéticos fornecidos pelas enchentes. Desta forma, todas as ações que interfiram na relação entre o rio e a área alagável e na variação do nível d'água, afetarão a produtividade destas áreas. Procurou-se ver de que forma essas modificações ambientais comprometem a reprodução da vida humana neste espaço.

No decorrer do trabalho, observaram-se elementos que possibilitam a utilização dos conceitos da etnociência, que apontam para o estudo de processos de produção e transmissão de conhecimento das populações locais sobre o meio com o qual interagem, e que corresponde na Antropologia à pesquisa etnocientífica. D'AMBROSIO (1990) assinala que, atualmente, o prefixo "*etno*" não tem apenas a conotação de delimitar "*campos*" de conhecimentos popular homólogos às disciplinas científicas (etnomatemática, etnobiologia, etnoecologia), mas que representa algo mais amplo, que se refere ao contexto cultural, incluindo assim a linguagem, jargão, códigos de comportamento, mitos e símbolos.

A etnobiologia compreende o estudo do conhecimento e das conceituações desenvolvidas por qualquer sociedade a respeito da biologia, assim como do papel de crenças e de adaptações do homem a determinados ambientes (POSEY, 1986). Para VAYDA & RAPPAPORT (1968) a etnoecologia é considerada no contexto da Ecologia Cultural, tendo como objetivo a apresentação dos pontos de vista dos povos sobre seu meio e sobre as formas de se relacionar com o mesmo.

A etnobiologia desenvolveu uma metodologia eficiente para trabalhar com as categorias e classificações e formas de manejo do ambiente. Para tal, trabalha com o conceito de cultura como um instrumental para compreender o que se propõe.

A identificação de ecozonas pelo índios Kayapó constitui um exemplo de diferenciação de áreas ecológicas reconhecidas em outros grupos culturais (POSEY, 1983) e contribuiu para superar as generalizações ecológicas dos ecossistemas tropicais, consideradas por Moran (1990), condições limitantes à compreensão destes. Diferente da Amazônia, o termo Pantanal engloba um conjunto de diferentes feições de pantanais, cuja existência é reconhecida pelos pantaneiros e corroborada em muitos estudos (PEREIRA, 1944; CORREA FILHO (1946); SANCHES (1977); FRANCO & PINHEIRO (1982); ALVARENGA *et alii* (1984); e ADÁMOLI (1981).

Essas diferenças não favorecem uma ocupação distinta para esses pantanais e o estabelecimento de programas de desenvolvimento adequados à região. No entanto, algumas comunidades tradicionais que ocupam as áreas alagáveis no Pantanal, têm a percepção não só dos diferentes pantanais, como também de zonas ecológicas e unidades de recursos, dos quais obtém sua sobrevivência, através da pesca, pecuária, extrativismo e agricultura de subsistência.

Estudos que abordam conceitos de tipologias de zonas ecológicas e interações entre as zonas por índios e caboclos, na Amazônia, evidenciam um conhecimento extraordinário da estrutura, funcionamento e manejo dos sistemas amazônicos (PARKER *et alii*, 1983). Os estudos etnoecológicos desenvolvidos na Amazônia foram realizados, em sua maioria, com sociedades indígenas (POSEY, 1983 e 1986; HILDEBRAND, 1986; entre outros) e alguns com comunidades caboclas (POSEY *et alii*, 1984; PARKER *et alii*, 1983).

No Pantanal, DA SILVA (1990) observou quatro zonas ecológicas bem definidas, utilizadas e manejadas de forma diferenciada pelas comunidades que sobrevivem destas áreas e nelas identificam inúmeras unidades de recursos. No Lago Coari, na Amazônia, PARKER *et alii* (1983) observa 40 tipos diferentes de unidades de recursos, "*lugares de fartura*", cuja produtividade é devida às condições naturais ou à manipulação antrópica.

Nesta pesquisa, a identificação de zonas ecológicas e unidades de recursos, assim como seu manejo, ganharam alguns contornos e se apresentaram como caminho a ser seguido a fim de obter a sua descrição, funcionamento e indicadores de sustentabilidade, na presença de atividades antrópicas que possam gerar conflitos e ameaças à sua continuidade.

Nem o ambiente nem a organização social foram vistos como determinantes. Pôde-se observar que as relações dos grupos estudados com o meio em que vivem é dinâmica e que se altera historicamente. Mesmo quando a natureza se impõe com a força de seus ritmos extremamente pronunciados, como ocorre no Pantanal, os grupos revelaram habilidade ou criatividade para encontrar novas soluções para sobreviverem. Por este motivo, de certa forma, procurou-se evitar trabalhar com o conceito de adaptação, na medida em que este significa uma maleabilidade do homem, um moldar-se à natureza. O que se viu, ao contrário, foi uma natureza, evidente ponto de partida para qualquer solução de sobrevivência, de certa maneira construída e manejada com vistas à obtenção de recursos e maximização de energia. As relações com o ambiente revelaram-se mais como escolhas culturais do que simplesmente comportamentos racionais ou respostas adaptativas. Entre os mimoseanos, a relação com o meio traduz muito mais uma intermediação simbólica, dada pelo gado, do que comportamentos utilitários ou pragmáticos.

No entanto, os novos ritmos imprimidos ao capitalismo, consubstanciados em políticas públicas e econômicas, atingem os lugares mais remotos, tornando difícil ou inviabilizando a reprodução dos modos de vida das comunidades estudadas, como vem ocorrendo com todas formas alternativas de sobrevivência neste país.

As políticas públicas, que viabilizam a construção de estradas, ameaçam as complexas e frágeis áreas úmidas, até agora, de alguma maneira preservadas ou mesmo parcialmente construídas pelas populações que aí viveram tradicionalmente.

Esses pontos estão sendo levantados com o objetivo de salientar que, apesar de se ter estudado intensivamente mimoseanos e pescadores em seus modos de vida particulares e em seu ambiente, procurou-se ver as articulações com o processo de globalização, guardando um cuidado metodológico de não os encarar como comunidades insulares em total desvinculação com processos mais gerais que atingem o país.

1

CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DA ÁREA DE ESTUDO

1.1. Localização

O rio Cuiabá localiza-se na margem esquerda do Rio Paraguai, na porção central da América do Sul. Sua bacia está compreendida entre 14° e 17° de Lat. Sul e 53° e 57°50' de Long. W., drenando uma área estimada de 100.000 km², o que significa cerca de 20% da bacia do Alto Paraguai. Da cabeceira à foz, abrange cerca de 828 Km, percorridos em sua maior extensão na direção Norte-Sul, mudando para Leste-Oeste, no curso inferior (fig. 1).

No seu alto curso, recebe os rios Manso e Casca, ambos pela margem esquerda. À jusante da cidade de Santo Antônio de Leverger, quando se abrem as grandes planícies alagáveis do Pantanal do Mato Grosso, recebe pela margem esquerda os rios Aricá - Açu ou Grande - e o Aricá Mirim. Próximo à cidade de Barão de Melgaço apresenta um braço secundário, o rio Piraim, que circunda uma ilha. O rio Cassange e "corixos" menores da margem direita drenam as águas do rio Cuiabá durante a cheia, em direção ao rio Paraguai. O rio Cuiabá, em Poconé, entre a Ilha Camargo e Porto Jofre, recebe pela margem esquerda seus principais tributários da planície, os rios São Lourenço e o Piquiri (BRASIL, 1972).

1.2. Geologia e Geomorfologia

O alto curso da bacia do rio Cuiabá drena rochas da Formação Diamantino, constituídas de ardóseas, argilitos e arenitos. Já as planícies alagáveis drenam a Formação Pantanal, caracterizada por sedimentos do Quaternário; os sedimentos são arenosos, silticos argilosos, argilo-arenosos e areno-conglomeráticos semi-consolidados e inconsolidados (BARROS *et alli*, 1982).

A Bacia do rio Cuiabá percorre, em grande parte, as unidades geomorfológicas da Depressão Cuiabana e as Planícies e Pantanaís do Mato Grosso. A incipiência de dados da geologia histórica impede uma descrição sobre a origem e desenvolvimento da Bacia do rio Cuiabá.

A Depressão Cuiabana compreende uma área rebaixada entre o Planalto dos Guimarães e a Província Serrana. Estreita-se do sul para norte até a altura do paralelo 15, quando então amplia-se para leste, acompanhando o vale do rio Manso. Limita-se ao sul com as Planícies e Pantanaís do Mato Grosso e a oeste, noroeste e norte, com a Província Serrana. Sua topografia apresenta inclinação norte-sul, com altimetria entre 200 metros, no limite sul e 450 metros, no alto vale dos rios Cuiabá e Manso (BARROS *et alli*, 1982).

Os relevos citados, foram modelados em litologias do Grupo Cuiabá, constituídas por metagraunvacas, metacórseos, filitos, filito ardoseanos, quartzitos e conglomerados que se apresentam encobertos por materiais argilo-arenosos, recobertos por vegetação serrana arbórea aberta e, secundariamente, pela unidade de savana parque. Os fundos dos vales são cobertos por matas de galerias. Na parte sudoeste da depressão o relevo é mais dissecado, desenvolvendo uma cobertura detrítica, constituindo um pavimento com blocos de quartzos e quartzitos. Nesta área, as rochas do Grupo Cuiabá estão representadas principalmente por filitos e filitos quartzíticos, que são determinantes no dimensionamento da drenagem e do relevo da área. Aparecem formas aguçadas baixas como a pequena área posicionada ao sul da confluência do rio Manso com o rio Cuiabá, nos arredores da localidade de Arruda. Ao Norte da depressão, nas escarpas meridionais da Serra Azul, ocorre um conjunto de relevo com formas convexas. A leste e sudoeste da cidade de Cuiabá ocorrem extensas áreas de relevo plano. Estas formas de relevo foram moldadas em rochas do Grupo Cuiabá e, principalmente, em sedimentos quaternários (BARROS *et alli*, 1982).

A unidade Planícies e Pantanaís do Mato Grosso caracteriza-se como uma extensa planície de acumulação, configurada como um enorme anfiteatro (VALVERDE, 1972) de topografia bastante plana e regularmente submetida a inundações, cuja rede de drenagem é comandada pelo rio Paraguai (FRANCO & PINHEIRO, 1982), sendo considerada, na faixa de latitude onde ocorre, a mais ampla e complexa planície de inundação conhecida (WILHELMY, 1958).

A área de estudo localiza-se dentro da unidade geomorfológica Planícies e Pantanaís do Mato Grosso, caracterizadas como áreas de acumulação inundáveis do tipo pouco úmido, úmido e áreas de planícies lacustre e planície flúvio-lacustre (ALVARENGA *et alli*, 1984).

Atualmente, o rio Cuiabá apresenta-se canalizado entre vales no alto curso, meândrico no curso médio e formando quase um delta no inferior. Em Santo Antônio de Leverger, 24 Km a jusante de Cuiabá, o rio começa a desenvolver extensas áreas alagáveis que se alongam até a foz.

A morfologia do rio Cuiabá será abordada neste estudo considerando o conjunto das unidades de paisagens, os habitais para comunidades aquáticas e as unidades de recursos para os pantaneiros (pescadores e mimoseanos). As principais unidades de paisagem identificadas são: canais (rio principal, sangradouro ou córregos, corixos e antigos leitos de rio), dique marginal (barranco), áreas alagáveis (largo, várzeas e baixada), e baías.

• *Canal Principal*

O rio Cuiabá e seus tributários apresentam, a montante da cidade de Cuiabá, diversas cachoeiras e a jusante, no trecho até Santo Antonio de Leverger, algumas corredeiras; a partir desta cidade, seu leito se amplia, formando imensas áreas alagáveis.

Como é um rio de curso meândrico, alterna processos naturais de erosão e de deposição. A erosão ocorre nas curvas convexas, ocasionando a formação de poços através do aprofundamento de seu leito. O solo daí retirado é depositado, a jusante, formando imensas praias e baixios - bancos de areia. Porém, as atividades antrópicas decorrentes da mineração no rio Cuiabá, principalmente de retirada de areia, têm afetado a movimentação, a extensão e a qualidade das praias e dos baixios, além de diminuir a profundidade dos poços, o que compromete a atividade pesqueira.

No canal principal, podem-se distinguir diferentes biótopos, tais como corredeiras, remansos, baixios (bancos de areia), poços (pontos mais profundos do rio, localizados nas curvas côncavas) e praias. Estas unidades são descritas pelos pescadores e consideradas como unidades de recurso e podem ser escolhidas como áreas adequadas para delimitar as reservas de pesca, como é o caso dos poços:

"Normalmente você escolhe o lugar do poço, lugar fundo, onde normalmente o peixe pára em maio. Você sonda o lugar muito tempo, olhando onde é mais fácil fazer a reserva" (pescador da Maravilha, dez. 91)

Os recantos ou remansos, são considerados lugares especiais, associados à reprodução das piraputangas. Este conjunto é explicado da seguinte forma:

"Porque ela (a piraputanga) não desova como outros peixes. Ela desova naquele lugar de recanto. Vamos supor que aqui tem um rio, aqui tem um salão que é uma boca do outro rio que já entupiu. Então eles aproveitam e aqui eles desovam, a senhora chega naquele lugar e tá vermelho dele assim." (Pescador de Mimoso, dez. 91)

• *Sangradouros*

São córregos que apresentam diques marginais pouco desenvolvidos e cobertos com mata ciliar. Podem ligar baías a rios e rios a rios, desempenhando importante papel como corredores de migração para os peixes, na vazante ou na enchente. É o caso dos sangradouros Croará e Varador que ligam as baías Acurizal e Porto de Fora, ao rio Cuiabá.

• *Corixos*

São canais naturais, com escoamento temporário, que se destacam na planície alagável; são pouco profundos e mais ou menos estreitos, não apresentando diques marginais.

Os corixos funcionam como habitats importantes para o desenvolvimento dos filhotes de peixes, no período da estiagem, enquanto que na vazante e na enchente servem como corredor de migração, para os peixes. Como conseqüência, observa-se na vazante, grandes agrupamentos de aves predando os peixes que tentam retornar ao rio.

• *Antigos Leitos do Rio Cuiabá*

Como o rio Cuiabá é um rio meândrico, sofre, no seu desenvolvimento, mudanças no curso principal, procurando abrir novos caminhos e abandonando partes de seu leito tradicional. A reserva pesqueira de Volta Grande localiza-se justamente em um novo trecho do rio Cuiabá, que surgiu em 1974 durante uma grande enchente. Com esta alteração do leito, formou-se um poço profundo que é utilizado intensamente por uma comunidade pesqueira de Volta Grande, que agrega cerca de cem pescadores.

Os trechos abandonados do Rio Cuiabá quando em curvas, se transformam em lagoas marginais - "*oxbow lakes*" - e quando retos e alongados, ao contrário, permanecem secos durante a estiagem. O fato das águas provenientes das chuvas e do rio - via sangradouros e extravasamento do dique marginal - preencherem estes antigos leitos, antes de espalharem-se pelas áreas alagáveis, faz com que os trechos abandonados desempenhem importante papel na prevenção de inundações, atuando como zonas tampão. Muitos destes antigos canais funcionam como importantes corredores migratórios de peixes durante as cheias.

• *Diques Marginais*

Os diques marginais, ou barrancos, apresentam solos argilosos, do tipo hidromórfico, que são fertilizados anualmente pelas cheias do rio Cuiabá.

Estas áreas são cobertas por matas ciliares, que apresentam muitas lianas e cipós, entremeados com as árvores. Destaca-se nesta paisagem o saranzal, biótopo de vários indivíduos da mesma espécie. Localmente, o nome sarã é atribuído a três espécies de plantas. Estas plantas constituem unidades de recursos pelos pescadores, uma vez que como fruteiras que se debruçam nas margens do rio, atraem os peixes que delas se alimentam. O sarã contribui para a diminuição do assoreamento do rio, na medida em que coloniza os novos sedimentos que são depositados nas margens do rio Cuiabá.

A saída das águas do rio Cuiabá, ocorre inicialmente pelas "*bocas*" - foz das pequenas drenagens, como córregos ou sangradouros - que dão acesso às baías e áreas alagáveis. Na cheia, as águas ultrapassam os diques marginais em direção às planícies alagáveis. Com o retorno ao leito principal na vazante, estas que foram intensamente fertilizadas, são utilizadas para a agricultura.

As bocas constituem importantes unidades de recursos para os pescadores, principalmente no período da vazante, quando as águas retornam das baías e das áreas alagáveis em direção ao rio, carreando grande fluxo de peixes para o canal principal. Segundo FERRAZ DE LIMA (1981), nestas áreas concentram-se os peixes carnívoros para forragear e os pescadores para aguardar a subida dos peixes.

Para os pescadores, boca é

"(...) o lugar onde o peixe entra quando vai para a baía, é o canal estreito de 4 a 5 metros de largura". (pescador da Maravilha, dez. 91)

Essas importantes unidades de recurso estão seriamente ameaçadas, porque

"(...) o pessoal sabe que ali vai ser a saída do peixe, coloca tela. A tela na saída. Isso impede, atrapalha muito a pescaria... Baías que fica assim dentro da fazenda, fazendeiro manda fechar. Não tem condições. Acaba com o peixe prá cá".
(pescador da Maravilha, dez. 91)

Os pescadores procuram resolver os problemas de fechamento das bocas, através dos fiscais do IBAMA (INSTITUTO BRASILEIRO PARA O MEIO AMBIENTE). Eles afirmam que:

"(...) todo ano tem problema com o fiscal para ir desentupir boca que está entupida. Todo ano tem isso... então fiscal tem obrigação de ir lá e liberar aquela boca". (ibidem)

As conseqüências ambientais e econômicas dos fechamentos das bocas afetam os pescadores, sobretudo na vazante:

"Todo ano tem isso... Morre demais de peixe e aqui para cima nós fica prejudicado... Tudo começo de seca tá havendo isso." (ibidem)

• Baías

Nas planícies alagáveis pelo rio Cuiabá podem ser observadas inúmeras "baías" - lagoas de formas circulares, semicirculares, elípticas, piriformes ou irregulares, de dimensões variando de dezenas a centenas de metros, podendo ser perenes ou temporárias, e apresentar-se em diferentes estágios evolutivos, inclusive do ponto de vista trófico (DA SILVA, 1990).

AB' SABER (1988) categorizou as baías do Pantanal em cinco grandes grupos: as lagoas pequenas do cone aluvial do Taquari, no Pantanal de Nhecolândia; as lagoas pequenas do tipo ferradura (oxbow lakes) como as do rio Paraguai, ao norte e ao sul de Corumbá e as do rio Cuiabá, ao norte e sul de Santo Antônio de Leverger; as lagoas grandes das bordas das serrarias fronteiriças, como a Lagoa Mandioré; as lagoas circulares do Pantanal de Paiaguás e as lagoas "anômalas" da planície alagável do rio Cuiabá e da junção deste com o rio São Lourenço, tais como Baía Chacororé e Sinhá Mariana.

Nas áreas alagáveis marginais ao rio Cuiabá é grande o número de baías do tipo oxbow lakes e baías formadas por depressões mais profundas na planície. Entre as primeiras, estão as Baía do Angical, Baía da Bauvá, Baía da Maravilha e outras; do último tipo estão as Baías Grande, Inharanha, João Lemos e da Laranja.

Os pescadores reconhecem a importância das baías como unidades de reprodução e de alimentação. No dizer deles,

"(...) o peixe vai na baía desová. Lá tem as frutas. É lá que eles criam. Lá que eles vão alimentar e saírem gordo de lá". (pescador da Maravilha, 91)

Das baías que se situam entre as cidades de Santo Antonio de Leverger e Barão de Melgaço, destacam-se as baías de Chacororé e Sinhá Mariana, no mesmo sistema e de Acurizal e Porto de Fora, em outro conjunto de baías. Estas baías são exaustivamente utilizadas para pesca. Todas são conectadas ao rio

Cuiabá, através de sangradouros, e se comunicam entre si, durante as cheias, pela planície alagável, a Baía Chacororé com a Baía Sinhá - Mariana e a Baía Acurizal com a Baía Porto de Fora.

A Baía Sinhá Mariana é alimentada pelo rio Mutum e se constitui em um alargamento deste rio; suas águas são de coloração escura, o que favorece a penetração de luz em quase toda sua profundidade, enquanto a Baía Chacororé, por ser mais rasa, apresenta-se túrbida, de cor esbranquiçada, em função da ressuspensão do sedimento pelo vento. A Baía de Chacororé apresenta extensas áreas alagáveis que, após a grande cheia de 1974, ficaram permanentemente alagadas (DA SILVA & FIGUEIREDO, SHIFT).

• *Áreas Alagáveis (Largo, Baixada e Várzea)*

As áreas alagáveis no rio Cuiabá ocorrem a partir da cidade de Santo Antônio de Leverger, a jusante da cidade de Cuiabá. Estas áreas se ampliam à medida em que se aproximam do curso inferior.

As áreas alagáveis são áreas periodicamente inundadas pelo sobrefluxo lateral de rios e lagos e/ou pela precipitação direta ou pela água subterrânea, resultando num ambiente físico-químico, que leva a biota a responder com adaptações morfológicas, anatômicas, fisiológicas e/ou etológicas e a produzir estruturas de comunidades características para estes sistemas. A área alagável constitui a *zona de transição terrestre/aquática* - "aquatic/terrestrial transition zone" - (ATTZ), porque alterna ambientes aquáticos e terrestres, estabelecendo diferenças com o sistema de rios de planícies alagáveis, os quais incluem habitats permanentemente lóticos (canal principal), permanentemente lênticos e áreas alagável. (JUNK *et alli*, 1989). Estes autores mostram a importância destas áreas, que alternam uma fase aquática e uma fase terrestre, como fonte de produção orgânica para a bacia hidrográfica como um todo, diferenciando da abordagem que considera a cabeceira do rio a fonte, como os autores que sustentam o conceito de "*river continuum*".

A alta produtividade dos ecossistemas alagáveis deve-se ao fato de se manterem em estado de desenvolvimento precoce, pela chamada estabilidade de pulso, representada pela flutuação do nível d'água (MARGALEF, 1968 & ODUM, 1985).

Na área de estudo, entre Santo Antônio de Leverger e Barão de Melgaço, as áreas alagáveis são denominadas de "*várzeas ou baixadas*". Os aluviões atuais depositados nas planícies marginais favoreceram a sua utilização para o estabelecimento de pequenas roças, denominadas "*roças de praias*". No período da estiagem, quando as águas se retraem, a área é colonizada por plantas herbáceas e cultivada por plantas de ciclo de vida curto. Na cheia, as comunidades de macrófitas aquáticas são altamente beneficiadas pela expansão da fase aquática da área alagável.

As áreas alagáveis apresentam importantes unidades de recursos para os pescadores, como por exemplo as fruteiras nativas. Para os pescadores, a

"marmelada, roncador, sardinheira, sarã, moranguinho são fruteira que peixe gosta... O pacu, a peraputanga só come fruta." (pescador de Mimoso, dez. 91).

1.3. Variação Anual do Rio Cuiabá

O rio Cuiabá pode ser considerado um rio sazonal, na medida em que a flutuação temporal do seu nível tem sido predizível durante muitos anos. A flutuação anual do rio Cuiabá, em Cuiabá, no período de 1933 a 1990 foi de 6,47 metros, o nível máximo d'água atingido foi de 10,87 metros, em 18/03/74, enquanto o nível mínimo foi de 0,40 metro, em setembro de 1987. (Coordenação da Defesa Civil - MT). A média deste período tem sido 4,32 metros. Os níveis mais elevados são alcançados geralmente no mês de fevereiro e março e os mais baixos, em agosto e setembro (Fig. 2).

A região do Pantanal é relativamente plana com uma inclinação de 25cm/Km na direção leste-oeste e de 03 cm/Km, no sentido Norte-Sul, resultando num escoamento mais rápido no oeste-leste, o que provoca um barramento no escoamento das águas do rio Paraguai e conseqüentemente o alagamento da área (CARVALHO, 1986).

Os fatores de ordem natural que causam as enchentes periódicas anuais e/ou excepcionais com certa ciclicidade, são as chuvas periódicas anuais regulares que caem na bacia do rio Paraguai, principalmente nos seus afluentes superiores, a uniformidade topográfica, os fracos desníveis do relevo e a predominância de litologias sedimentares recentes. (VALVERDE, 1972; ALVARENGA et alli, 1984).

Em Mato Grosso, as cheias no rio Cuiabá, em Cuiabá, Santo Antônio de Leverger e Barão de Melgaço e no rio Paraguai, na região de Cáceres, ocorrem durante o período mais chuvoso, ou seja, de janeiro a março, e atingem a cidade de Corumbá, em Mato Grosso do Sul, em abril, maio e junho, após o cessar das chuvas, devido à lenta drenagem do Pantanal. Assim, em alguns rios do Sul do Pantanal, ocorrem dois picos de enchente, o primeiro de fevereiro a março, proporcionado pelas chuvas locais e o segundo, em junho, pelas águas que chegam das cabeceiras.

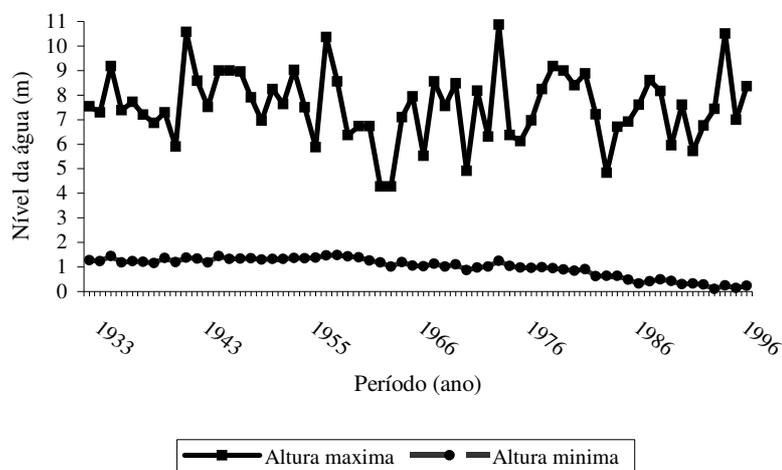


FIGURA 2 - Variação do nível d'água do rio Cuiabá, em Cuiabá.

Baseando-se na variação anual do nível d'água das baías Acurizal e Porto de Fora, alimentadas pelo rio Cuiabá, DA SILVA (1990), dividiu este ciclo hidrológico em quatro fases: enchente (outubro a dezembro), cheia (janeiro a março), vazante (abril a junho) e estiagem (julho a setembro). Vários processos ecológicos são fortemente influenciados por esta variação, tais como a ciclagem de nutrientes, a sucessão ecológica e os ciclos biológicos. Segundo FERRAZ DE LIMA (1981) o ciclo biológico dos peixes, da desova à alevinagem, está altamente dependente das variações bióticas e abióticas impostas pelas enchentes. Para SILVA (1985) a variação estacional do volume de alimento ingerido pelo pacu está relacionada à flutuação do nível d'água na região.

Além da variação anual do nível da água, o rio Cuiabá apresenta, como o rio Paraguai, uma variação plurianual, que caracteriza períodos de anos, nos quais os níveis máximos e mínimos ficam mais elevados. Grandes extensões de áreas alagáveis no Pantanal tornam-se alagadas, por cerca de 10 a 15 anos, enquanto dura o ciclo plurianual de águas altas. Estas áreas, voltam a secar, no próximo ciclo plurianual de seca. Estes ambientes com maiores extensões de áreas permanentemente alagadas e os períodos com picos de cheia mais elevados são percebidos pelos pantaneiros, assim como as modificações ecológicas derivadas destas variações.

Esta percepção fica muito clara no discurso dos moradores de Mimoso, que acompanham com preocupação essas mudanças que alteram profundamente seu modo de vida. Seu Moreno, por exemplo, que se mudou para Mimoso em 1955, conta que quando chegou,

"(...) esse local era um largo. Agora moro na beira do mato. Dava pra enxergar um cavaleiro a 2,5 Km de distância... Tudo era largo de Mimoso, seco de lado a lado." (dez.91)

1.4. No Ritmo das Águas

As primeiras chuvas anuais, que caem nas cabeceiras do rio Cuiabá e de seus tributários e na área de estudo, começam nos últimos dias de setembro ou no início de outubro. As chuvas que podem ocorrer simultâneas ou alternadamente, provocam alterações no nível da água do rio Cuiabá, caracterizadas pelo sobe e desce das águas. Estas oscilações são denominadas localmente de " repiquetes" e marcam o início das enchentes.

O pulso da enchente e sua consolidação na cheia produzem mudanças significativas nas unidades de paisagem, na dinâmica dos processos ecológicos e biológicos e no modo de vida dos pantaneiros (DA SILVA, 1990). As principais mudanças ecológicas observadas na passagem dos períodos enchente-cheia/vazante-estiagem, por esta autora, nas baías Acurizal e Porto de Fora e suas áreas alagáveis podem ser assim resumidas: os valores da transparência, da condutividade elétrica, da concentração de cálcio e potássio, coluna de água, da biomassa das macrófitas aquáticas e das taxas de perda de biomassa são maiores na fase das águas altas enquanto na vazante e estiagem aumentam as concentrações das formas nitrogenadas, fosfatadas e dos silicatos na coluna de água.

O rio Cuiabá apresenta uma variação anual na quantidade de carga sedimentar transportada, o que se reflete em águas mais turvas na enchente e cheia e mais claras, na vazante e estiagem, ainda que a transparência observada, na década de 60, anterior à fase atual de mineração intensa, não seja alcançada.

Diferentes do rio, as baías da área de estudo, com exceção da Baía de Sinhá Mariana, apresentam-se completamente turvas, na estiagem. A perda da transparência é determinada pela baixa profundidade das águas das baías e pela presença de ventos fortes; estas condições causam a ressuspensão do sedimento, favorecendo a mistura total das águas e, em consequência, a sua turbidez (DA SILVA, 1990).

Na fase aquática das áreas alagáveis (períodos de enchente e cheia) ocorre a expansão das comunidades de macrófitas aquáticas, que colonizam os novos espaços abertos pelo aumento da extensão da área coberta com água. Porém na vazante e estiagem, quando as águas se retraem, as macrófitas aquáticas ficam restritas às áreas permanentemente aquáticas (baías) sendo substituídas por plantas herbáceas terrestres, de ciclo de vida curto, de crescimento rápido e produtoras de muitas sementes que aproveitam os nutrientes aí depositados, para se estabelecerem com sucesso.

A oferta de alimentos para os peixes frugívoros é maior na época da cheia, quando as águas alcançam as plantas herbáceas, arbustos e árvores, em frutificação. Segundo SILVA (1985) no período da enchente, as sementes e os frutos constituem os itens mais importantes na dieta alimentar do pacu nas áreas alagáveis. As proteínas obtidas nestas estruturas de plantas são armazenadas como reservas de gorduras para investir em processos reprodutivos e migratórios que se realizam no rio durante a estiagem quando os recursos alimentares para os peixes herbívoros escasseiam.

A importância desta variação sobre a comunidade de peixes, principalmente no que se refere à disponibilidade de alimento e às fases da reprodução, é conhecida pelos pescadores e utilizada como meio de sobrevivência em áreas alagáveis do Pantanal.

"Agora em dezembro tem a pimenta, a quina. Pimenta é a primeira, marmelada é a última, em fevereiro. (pescador de Mimoso, dez. 91)

No período das cheias, os peixes fazem migração trófica para as áreas alagadas e, de acordo com o pescador de Mimoso, "nas águas é a época da marmelada, a carne do pacu é mais gostosa; aí tem marmelada pode ir que pega dois, três pacu" (dez. 91).

A disponibilidade de unidades de recursos para os pescadores varia no espaço e no tempo, em função da dinâmica anual das águas. Na enchente e cheia, as "fruteiras" constituem a unidade de recursos mais importante, distribuídas nas margens dos rios baías e nas áreas alagáveis. No período das águas baixas, as "bocas" constituem uma importante unidade de recurso, principalmente na vazante, enquanto que na estiagem os "poços" têm a preferência dos pescadores.

A vazante no Pantanal do Mato Grosso caracteriza-se pelo refluxo das águas, das áreas alagáveis, para os ecossistemas permanentemente aquáticos, ou seja, os rios e as baías. A saída das águas para o rio Cuiabá e seus afluentes, na área de estudo, inicialmente ocorre via diques marginais e, posteriormente, pelos sangradouros, corixos e vazantes.

Esta fase tem um grande significado ecológico para os ecossistemas pantaneiros, na medida que grande parte da matéria orgânica produzida na fase da enchente é transportada para os rios. Extensas ilhas de macrófitas aquáticas, denominadas regionalmente de "camalotes", são transportadas para a jusante do local de produção, nos principais rios que drenam o Pantanal. Estas ilhas transportam, além dos nutrientes na biomassa, sementes, indivíduos de plantas e animais para outros sistemas.

A contribuição dos "camalotes" no transporte de nutrientes, e organismos, foi descrita, na fase da vazante, para duas baías no Pantanal por DA SILVA (1990), que verificou a quantidade de biomassa e seu valor em termos dos nutrientes. Além disso, estes "camalotes" transportam sementes de diversas espécies de árvores e de rametes de macrófitas aquáticas, o que indica a importância destes "camalotes" na migração de elementos da flora e da fauna desenvolvidos nas áreas alagáveis e baías para outros ecossistemas.

A vazante que também é marcada fortemente pelo retorno dos peixes ao rio Cuiabá, quando ocorre a "lufada"- constitui o fenômeno biológico que caracteriza a migração concentrada dos peixes das áreas alagáveis para os rios (DA SILVA, 1990). A migração é feita, no sentido das áreas alagáveis, baías, sangradouros, bocas para o rio Cuiabá. FERRAZ DE LIMA (1981), descreve esta migração como a saída de peixes de forma ainda não organizada em cardumes definitivos. Os peixes movimentam-se desordenadamente, tornando a pesca fácil e produtiva. Para os pescadores,

*"(...) de maio para cá, vem o pacu em grande quantidade, a piraputanga...
Aí é hora de aproveitar e jogar a ceva pra eles parar". (pescador da Maravilha,
dez. 91)*

Dessa forma, nas "bocas", nas baías e no Rio Cuiabá, intensificam-se as atividades pesqueiras, em função do início da subida dos peixes.

Por outro lado, as aves piscívoras agrupam-se de forma concentrada, ao longo dos sangradouros, corixos, vazantes e rios, no desfrute dos peixes. Muda-se a paisagem do Rio Cuiabá. A mata ciliar deste rio fica pontuada de branco, pela presença marcante das garças que habitam o Pantanal e que das árvores visualizam suas presas nas águas, agora mais transparentes.

Mimoso, enquanto área que integra as áreas alagáveis do Rio Cuiabá, apresenta durante a vazante características que variam bastante entre o início e o final desta fase. As unidades de paisagem aqui identificadas, as *baías* (áreas permanentemente aquáticas), a área alagável, ou *largo*, a *morraria*, *abrangendo* o sopé do morros, ou *fralda*, a encosta e picos dos morros, sofrem alterações significativas durante a fase de

vazante. Da mesma maneira, as atividades humanas modificam-se em função das alterações ambientais, sobretudo as atividades ligadas à pecuária.

As baías Chacororé e Sinhá Mariana apresentam, na vazante, extensões menores; o rio Mutum, que se alarga para formar a baía Sinhá-Mariana, os sangradouros que se conectam com o rio Cuiabá e o próprio rio, também se transformam; o nível d'água diminui, e a direção da água inverte-se no sentido do rio Cuiabá.

Nas áreas alagáveis de Mimoso, ou seja, no *largo*, onde estão as pastagens naturais, as modificações ambientais processam-se muito rapidamente, durante a fase de vazante. Com a passagem de apenas um mês, entre maio e junho (1992), o largo se ampliou de forma significativa, e a água se retraiu entre 50 e 100 metros.

As "*vazantes*", pequenas drenagens temporárias na área alagável de Mimoso, começam a ter destaque, nesta fase, na paisagem do largo, assim como várias lagoas de cerca de 10 por 20 metros, ou pouco mais, e poças - depressões mais profundas desta unidade, pois as águas, ao se retraírem, concentram-se nestas unidades morfológicas menores, favorecendo o superpovoamento de peixes e em consequência de aves.

O camalote - bancos ou indivíduos de macrófitas aquáticas, também conhecido como aguapé, principalmente a *Eichhornia crassipes* e a *Eichhornia azurea*, diminuíram significativamente, no período observado, e persistiram nos ambientes permanentemente aquáticos e na área do aterro, permanentemente inundada após a cheia de 1974.

Nos meses secos, os pantaneiros de Mimoso trazem, para as áreas alagáveis, as rêsas e ou seus rebanhos que por ventura foram retirados durante a última cheia. Entretanto, o pasto ainda está brotando e bastante ralo e, de acordo com os moradores, alcançará seu apogeu um pouco antes do início das chuvas, entre agosto e setembro. Nestas pastagens predomina o capim-mimoso, que coloniza as terras alagáveis ainda umedecidas. O gado volta para o largo, no início da vazante, para beneficiar-se das pastagens nativas dos campos de Mimoso.

A "*fralda*" do morro, ou "*firme*" onde os mimosanos constroem suas casas e denominam de "*cercado*", cresce em termos de importância, como unidade de produção, na vazante, pois neste período os laranjais que aí se desenvolvem, alcançam o máximo de produtividade e seus frutos são comercializados. A maioria dos criadores mantém o gado, quando em pequenas quantidades, nos "*cercados*", no "*firme*", durante as chuvas. Os que possuem rebanhos maiores necessitam transferi-los para outros locais de sua propriedade ou, quando não as têm, podem arrendar terras no "*largo*".

A encosta e o pico da "*morraria*", durante a fase de vazante, mesmo não sendo área alagável, sofre alterações em sua cobertura vegetal; as matas semi-decíduas que cobrem a morraria, começam a senescer suas folhas, dando um tom marrom à paisagem, que se acentua na estiagem. Esta unidade até bem pouco tempo atrás constituía-se, no período chuvoso, um bom refúgio para o gado, ou vias de acesso para outras áreas. Atualmente, a construção das cercas que individualizaram as propriedades, inviabilizou o acesso do gado aos morros.

O "*largo*" - a área alagável em Mimoso - mostra o seu apogeu em área disponível para o pasto na estiagem. No entanto, as pastagens logo começam a apresentar sinais de ressecamento, forçando o gado a se distanciar da "*fralda*" à procura de melhores pastagens. Os animais silvestres, como as aves e os jacarés, que na vazante eram vistos em grande quantidade, estão agora quase ausentes. Os animais domésticos, como os porcos, que no início da vazante encontravam as condições ideais de solos alagados para "*mariscar*" (mergulho em busca de alimento no alagado), limitam-se, nesta fase, quase que apenas aos quintais.

O algodão do campo, considerado uma planta invasora pelo pantaneiros, coloniza rapidamente, na estiagem, as áreas alagáveis, ocupando, neste período, extensões consideráveis, o que demanda no início da enchente um esforço extra no seu controle, através da capina.

Nos quintais, localizados na "*fralda*", no período da estiagem, destacasse a floração das mangueiras e dos cajueiros. A explosão dos frutos do caju acontece com a primeira chuva forte, chamada regionalmente de "*chuva do caju*". Com o início das chuvas, também frutificam em grande quantidade as mangueiras, que são importante fonte de proteínas para as pessoas e os animais.

As matas semi-decíduas, que cobrem as morrarias que circundam Mimoso, encontram, na estiagem, sua condição mais extrema de seca. Apresentam-se quase que totalmente desfolhadas, dando à paisagem uma fisionomia com predominância de tons pastéis. Estas unidades de paisagem só voltam a adquirir seus tons esverdeados com as primeiras chuvas, que em 1992 caíram no final de setembro.

As águas dos córregos e corixos localizados na estrada de acesso a Mimoso, na estiagem, perdem movimento, transparência e mudam de cor, tornando-se paradas e "*barrentas*", com tons marrons indicando presença de bactérias ferruginosas. A transformação destas condições acontece com os primeiros repiquetes, que dão início a um novo ciclo das águas.

2

HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO

A datação mais antiga da ocupação humana em Mato Grosso, de 8.000 anos, foi obtida por uma equipe de arqueólogos franceses na Serra de São Gerônimo, no município de Rondonópolis. Apesar da incipiência de estudos arqueológicos em Mato Grosso, este dado demonstra a antiguidade da presença humana na área, embora novas pesquisas possam vir a trazer mais esclarecimentos sobre este fato.

As primeiras entradas de bandeirantes na região de Cuiabá ocorreram a partir de 1718, com o objetivo de capturar índios para escravizar. O massacre dos índios Bororo - conhecidos como Coxiponeses - pela bandeira chefiada por Pires da Cunha, tornou-se célebre emblema da valentia desses aventureiros e marco do início da história oficial de Mato Grosso. No ano seguinte, Pascoal Moreira Cabral descobriu o ouro que trouxe um contingente populacional atraído pela possibilidade de riqueza fácil das minas.

Mato Grosso, então província de São Paulo, passará a partir da descoberta do ouro, a viver um longo período de guerras. As sociedades indígenas existentes entre os rios Paraguai, São Lourenço e Cuiabá - Bororo, Paiaguá, Guató, Guaikuru, principalmente, e Kayapó que faziam incursões neste território, passam a ser perseguidas e guerreadas, como se fossem intrusas em seu próprio território. Quanto maior a proximidade das minas, maior a ferocidade com que eram tratadas. Por este motivo, os Paiaguá, que navegavam os rios Paraguai e Cuiabá foram violentamente perseguidos no século XVIII. Estes, por sua vez, moveram freqüentes ataques aos bandeirantes, viajantes e moradores da Vila de Bom Jesus de Cuiabá.

Durante o século XVIII, inumeráveis bandeiras foram expedidas com o objetivo de capturar escravos indígenas, bem como de povoar e explorar recursos naturais, principalmente o ouro.¹ Via de regra, bandeiras ou expedições que se defrontassem com os Paiaguá eram derrotadas, sobretudo quando atravessavam o Pantanal ou navegavam pelo Rio Paraguai ou pelo Rio Cuiabá abaixo.

Além das guerras com as sociedades indígenas que obstavam a ocupação dos portugueses, estes também estiveram no mesmo período, envolvidos em embates com os espanhóis. Na verdade, o que mais importava na região, não era o ouro, que logo revela-se em quantidade insignificante, mas a consolidação e ampliação das fronteiras nacionais, disputadas com a América Espanhola (VOLPATO, 1987).

2.1. Os Paiaguá e os Guaikuru

¹ - Os grupos indígenas localizados fora da região do Pantanal e do Rio Cuiabá abaixo não serão aqui discutidos, mesmo que tivessem mantido algum tipo de relação com os colonizadores, pois isso fugiria ao propósito deste trabalho. Apenas a título de exemplo, os Paresi foram duramente perseguidos com o objetivo de serem escravizados, (MELGAÇO, 1949), os Apiaká tiveram uma importância muito grande em termos de suporte e abastecimento de bandeiras, monções, viajantes e comerciantes (ROBERTO, 1987: 11 e ss).

As primeiras notícias sobre sociedades indígenas que habitavam o Pantanal do Mato Grosso são dadas por Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, no ano de 1542, quando foi governador do Rio da Prata. Seu objetivo era utilizar as sociedades indígenas aí existentes como aliados dos espanhóis, na guerra por limites territoriais, bem como no processo de colonização.

Cabeza de Vaca, ao chegar em Assunção, atual capital do Paraguai, recebera informações de constantes ataques dos Guaikuru. Juntamente com os Guarani, aliados dos espanhóis, tenta infrutiferamente estabelecer contato com os Guaikuru e como resultado, decretou-se uma guerra contra os mesmos. Deste primeiro embate, resultaram quatrocentos prisioneiros.

"(...) Assim, aos primeiros clarões do novo dia, estavam em volta do povoado dos guaicurús. Dava para qualquer um perceber, no entanto, que os guaranis morriam de medo dos guaicurús, parecendo-lhes faltar coragem para ir sobre o inimigo. Este temor aumentou ainda mais quando rompeu o dia e os guaicurús despertaram com seu costumeiro ritual de tocar tambores e conclamarem as outras nações a virem se juntar a eles, que eram poucos, mas valentes, sendo senhores de todas aquelas terras e de toda a caça que por ali havia." (Cabeza de Vaca, 1987: 159)

O desenlace da cena descrita por Cabeza de Vaca é um ataque violento aos Guaikuru recém despertados, que tiveram todas suas casas queimadas. Cabeza de Vaca descreveu o espanto que tomou conta dos Guaikuru quando viram o cavalo pela primeira vez, e em conseqüência, fugiram amedrontados para as montanhas.

Um dos prisioneiros do governador foi enviado a seu povo para propor um tratado de paz e,

"(...) cerca de vinte índios foram os primeiros a cruzar e vieram ante o governador ... dizendo que...Sempre haviam vencido e maltratado os derrotados, nunca aparecendo quem os derrotasse. Mas que agora, finalmente, haviam encontrado quem era mais forte do que eles, e assim vinham se entregar como escravos, para servir aos espanhóis". (ibidem: 163)

Este porém é apenas um capítulo das relações interétnicas dos Guaikuru, pois estes, durante muito tempo, serviram de barreira à fixação, tanto de espanhóis como de portugueses em uma vasta porção de terras do Pantanal do Mato Grosso.

As primeiras notícias dos Paiaguá datam de meados do século XVI e também são dadas por Cabeza de Vaca, que propôs um tratado de paz, por eles recusado, o que determinou o início de uma guerra.

Durante todo o século XVII, os espanhóis travaram guerra contra os Guaikuru e contra os Paiaguá (SIQUEIRA JR, s/d.: 106). Ambos grupos aliaram-se, para fazer face ao inimigo comum; os Guaikuru já haviam se familiarizado com os cavalos e com eles tornaram-se temíveis guerreiros, ao passo que os Paiaguá eram excelentes canoeiros. A combinação das duas habilidades resultou em ataques constantes contra os espanhóis, pelo lado da América espanhola, e contra os portugueses, pelo lado brasileiro.

"Abaixo desta barra habitam os gentios Paiaguases, cujas as suas moradas são sempre andarem embarcados e não terem domicílio certo, não mais que como corsários rio abaixo, e acima... Este gentio consta de lotes grandes, que demandam todos unidos de muita gente, e os cavaleiros chamados Guaicurús companheiros e amigos como eles andam por terra, e os ditos pelos rios, de quais e quais mais mal não de fazer." (Campos, 1981: 183)

Barão de Melgaço relata um dos primeiros ataques conhecidos dos Paiaguá, ocorrido em 1728:

"Vindo do sertão dos Parecis, uma porção de bandeirantes e descendo o Rio Paraguai embarcados em canoas, com muito gentio que daquela nação traziam, foram destroçados pelos Paiaguá... ninguém escapou..." (1949: 220)

Em 1731,

" (...) em conseqüência de uma carta do capitão general dirigida ao Senado da Câmara de Cuiabá, datada de 26 de julho de 1730, dizendo que em virtude da Régia Provisão de 15 de dezembro de 1728 tinha sido decidido em Junta, na vila de Santos, que se fizesse guerra contra aquele gentio, ficando escravos os que fossem aprisionados, aprontou-se uma expedição para bater o mesmo gentio." (Melgaço, 1949: 223)

E,

"(...) saiu a armada no mês de abril, ao mando do brigadeiro Antonio de Almeida Lara; compunha-se de 30 canoas de guerra e 50 de bagagens, e levava 400 homens (brancos, pardos e pretos), duas peças de artilharia, dois pedreiros. Desceu até as campanhas onde habitava o gentio Guaicurus abaixo da bocaína do Paraguai. Aí se lhes saiu, em uma manhã, o Paiaguá em grande chusma de canoas, que se lhes não pode fazer número, e o Guaicurú por terra com exército de cavalaria formado, desafiando uns e outros aos nossos com acenos e algazarras... Não quis o brigadeiro ofender a estes (Tabatingas) e voltou para cima até o distrito dos Guaicurus, e mandando fazer amizade e negócio, chegaram alguns, que entraram em paz. Tendo-os seguros, o brigadeiro prendeu a um deles, que trouxe consigo, e aos demais mandou cortar as mãos e as orelhas, dizendo-lhes que fossem mostrar aos seus caciques, e aos Paiaguás, seus amigos." (Melgaço, 1949: 223-4)

Ao que tudo indica, os portugueses foram derrotados nesta batalha. Em 1734 há um primeiro relato de vitória sobre os Paiaguá, onde 600 índios foram mortos e 266 foram aprisionados.

Os ataques dos Paiaguá relatados passam a ser mais raros a partir da metade do século XIX, embora persistam menções de ataques de "gentios" e "bárbaros" até o final deste século, sem identificação dos atacantes. Por exemplo, em 1779,

"para reprimir as continuadas correrias dos índios nas paragens do distrito de Cuiabá, onde haviam matado 20 pessoas, expediu-se da dita vila uma bandeira de 80 homens a qual recolheu-se no ano seguinte, tendo mal desempenhado sua tarefa. Trouxe contudo, cinco índios adultos, oito mulheres e oito crianças." (Melgaço, 1949: 280)

Os Paiaguá e os Guaikuru romperam sua aliança em 1768, o que resultou em um enfraquecimento do poderio bélico de ambos. Apesar disso, os Guaikuru continuaram atacando e calcula-se que mataram, em menos de um século, cerca de quatro mil portugueses (SIQUEIRA JR, s/d:107). Em 1791, um Tratado de Paz, os declara súditos da Coroa Portuguesa (*ibidem*).

Quanto aos Paiaguá, pela força numérica e bélica que lhes era atribuída, fica um tanto difícil entender o processo de sua extinção, sobretudo porque na maior parte dos registros de confrontos com os colonizadores os Paiaguá saem vencedores. Há aí um mistério a ser decifrado, ou então o montante da população Paiaguá foi superestimada para justificar as sucessivas derrotas dos portugueses. A quebra da aliança com os Guaikuru pode ter contribuído para o enfraquecimento e extermínio dos Paiaguá.

MOUTINHO (1869: 194) afirmou que em meados do século XIX, os Paiaguá viviam no Chaco Paraguai e atribuiu sua extinção, no Brasil, à guerra que travaram contra os Guaikuru, em finais do século

XVIII. Joaquim de Almeida de Louzada, reforça a informação de Moutinho, e acrescenta que os Paiaguá estavam muito reduzidos e aldeados no Paraguai. (Relatório do Presidente da Província da Matto Grosso, 1841-1851).

De sua organização social e política nada se soube. Nenhum registro etnográfico foi feito de sua cultura e no dizer de ROBERTO (1987:13):

"Hoje os Paiaguá são apenas um nome, aliás, nome do Palácio do Governo de Mato Grosso".

2.2. Os Guató

As menções aos Guató, no século XVIII são raras. Bem cedo, em 1725, aparecem como "índios domésticos", supondo-se a partir disso, que não se confrontaram diretamente com as frentes colonizadoras de Mato Grosso.

"(...) enquanto o Genticio Guató teve forças, nunca Paiaguá fez aventuras, por ser eles acossados e viveram temerosos; e como os Guató estavam acabados pelos brancos os destruírem, já os Paiaguá tinham ganges, e que assim como os brancos tivessem acabado os Guató, fossem também acabar os Paiaguá."

(Anais do Senado da Câmara de Cuiabá: 9.
Apud Siqueira, 1992: 51)

Antigos habitantes das margens dos rios São Lourenço e Paraguai, moravam, aparentemente, em habitações flutuantes que se deslocavam no leito de ambos os rios.

Moutinho descreveu-os, em meados do século XIX, em situação de quase mendicância e vivendo da troca:

"Logo que conseguem abordar ao vapor, pedem tudo que vêem, e fazem troca de pelles de onça, veado, lontra, ariranha e outros animaes; de arcos e frêchas; de grande variedade de pássaros, por aguardente, fumo, facas e outros pequenos objetos.."

(Moutinho, 1869: 180)

Os Guató foram descritos por REGO (1897) e por MOUTINHO (1869) como afáveis, ciosos de suas mulheres e poligâmicos.

"Estão completamente mansos e são inoffensivos; entretanto por ocasião da invasão paraguaia, atacarão a canoa em que fugia Manoel Passavinte com sua família e fizeram-lhe um destroço horrível". (Moutinho, 1869:181)

Este ataque foi um revide a alguma ofensa cometida pelo personagem citado, porém o autor não esclarece seu teor.

Em meados do século XIX, LOUZADA (Relatório de Presidente de Província, *ibidem*) calcula que sejam apenas 500 almas e atualmente constituem-se em apenas algumas famílias que vivem próximas a Corumbá.

2.3. Os Bororo

Conforme iam cessando os ataques dos Guaikuru e dos Paiaguá, as hostilidades entre os colonizadores e os Bororo, na região de Cuiabá, começaram a tomar vulto. Os Kayapó entraram também em cena, porém mais episodicamente, atacando moradores de Cuiabá e da Chapada dos Guimarães.

O território tradicional dos Bororo era muito extenso, e abrangia desde o rio Paraná até as fronteiras com a Bolívia.

Em fins do século XVIII e durante todo o século XIX, as relações com os índios tornaram-se muito mais agressivas e inúmeras bandeiras foram organizadas com o objetivo de vingança aos ataques ou então para a obtenção de escravos. Não se tratava diretamente da disputa do território, uma vez que a população "branca" era ainda rarefeita em Mato Grosso (Tabela I).

Tabela I - População em MT

Ano/Local	Cuiabá	Mato Grosso
1793	11.163	22.637
1872	11.053	60.417
1940	54.394	432.265
1950	56.204	522.44
1960	56.828	889.539
1970	100.860	1.597.090
1980	212.984	1.138631
1990	438.826	2.233523
2000	500.446	2.604906

Fonte: Apontamentos cronológicos de MT, Melgaço, 1949 e Peraro, 1992, IBGE/DPE/SDD/EU/MT, 2000.

Observa-se que o crescimento desta população de um ano para outro foi insignificante.² A diminuição populacional em 1872, em relação a 1753, pode ser atribuída à epidemia de varíola, que ocorreu em 1867 e ceifou, de acordo com MOUTINHO (1869), cerca de seis mil vidas e, ainda, à guerra do Paraguai.

Porém, os grupos indígenas "*amigos*" ou conquistados eram engajados em bandeiras, nos trabalhos de mineração e nas roças, como escravos e como soldados dos exércitos de defesa contra os espanhóis. Além disso, eram extremamente importantes nas expedições de desbravamento de territórios desconhecidos pelos colonizadores. Os índios capturados pelas bandeiras eram imediatamente escravizados.

As bandeiras, portanto, tinham objetivos muito claros: explorar riquezas minerais, exterminar os povos que se interpunham ao avanço colonizador, punir aqueles que lhes resistiam através da guerra e capturar escravos. Preferencialmente os homens adultos eram mortos, enquanto as mulheres e crianças eram cativadas.

Pode-se imaginar a complexidade das relações interétnicas no século XIX: em primeiro lugar, eram os índios que aí viviam que conheciam o território e todos os recursos naturais necessários à

² Melgaço afirma que 3/4, ou mais, desta população é composta de negros e mestiços, "*de muitas diferentes espécies*" (1949: 292).

sobrevivência em tal região; por outro lado, como resistiam à usurpação de seu território, eram guerreados pelos portugueses.

É neste quadro que entram os Bororo, cuja história expressa essa contradição.³ Parte desta nação, já no século XVIII, aliou-se aos portugueses, integrou bandeiras de "caça" a outros grupos indígenas, trabalhou em fazendas. São conhecidos, atualmente, como Bororo da Campanha e do Cabaçal, em referência aos locais em que viviam. Atualmente são dados como extintos.

Os Bororo orientais, que viviam na margem oriental do Rio Paraguai, nos rios Cuiabá e São Lourenço, porém, resistiram à ocupação de seu território, durante todo século XIX e os relatos de seus ataques na região de Cuiabá são fartos, neste período.

Esta porção do território Bororo tinha um significado especial para eles. O chamado Morro de Santo Antonio, no município de Santo Antonio de Leverger, é designado por eles, de Toroari. De acordo com o mito Bororo, é deste morro que a vida ressurgiu após o Dilúvio Universal.

A própria palavra Cuiabá, capital de Mato Grosso, parece ser proveniente da língua Bororo. *Ikuia*, quer dizer flecha arpão e *pá*, lugar. *Ikuiapá*, seria, de acordo com ALBISETTI e VENTURELLI (1962, vol. I: 610), lugar onde se pesca com flecha arpão, ou lugar onde há flecha /arpão. Não é difícil perceber que com o aportuguesamento da palavra, *Ikuiapá* passou a ser pronunciada como Cuiabá.

Quanto ao topônimo da principal baía das áreas alagáveis do Rio Cuiabá, a de Chacororé, também tem evidente origem na língua Bororo, embora seja difícil estabelecer precisamente seu significado. Entre outras, é possível arriscar três traduções:

- a) *a - ko - roreu* (superfície, alimento, pescador e caçador, respectivamente), que poderia ser traduzida como o lugar onde pescadores e caçadores tiram comida.
- b) *a - ko - rorédu* - (superfície, líquido, movimento sem caminhar), isto é, água que tem ondas
- c) *ako - roredu* - (canto, movimento sem caminhar), que poderia ser traduzido como rumor das ondas, ou lugar onde as ondas cantam.

Portanto, *akororéu* ou *akororédu* teriam sido abrigados como Acororé; porém não foi possível encontrar o significado do prefixo *cha*.

O único ataque Bororo, na região de Mimoso, registrado oficialmente, foi em Chacororé, no ano de 1830. (MELGAÇO, 1949: 342); em represália, foram massacrados por uma bandeira e algumas mulheres e crianças foram capturadas e trazidas para Cuiabá.

Apenas em finais do século XIX os Bororo foram vencidos nesta guerra. Os sobreviventes foram aldeados em duas colônias militares, a de Tereza Cristina (Rio São Lourenço) e a de Isabel (na foz do Piquiri). Atualmente, vivem em reservas indígenas, no Posto Indígena Gomes Carneiro, Tadarimana, Garça e na área indígena Perigara, próxima a Mimoso.⁴

2.4. Mimoso

³- É importante lembrar que a primeira bandeira a chegar na região, a de Pires de Campos, massacrava uma aldeia Bororo localizada em São Gonçalo, a 10km de Cuiabá, em 1718.

⁴- Para maiores detalhes sobre a política indígena no período ver BARROS, E. (1989) e sobre a cultura Bororo, ver VIERTLER (1982) e ALBISETTI e VENTURELLI (1962).

Ao que tudo indica, a colonização da região de Mimoso foi tardia, com relação a Mato Grosso, e ocorreu apenas em finais do século XVIII e início do XIX. É possível que isso tenha acontecido em função do modelo de ocupação de Mato Grosso ter sido baseado em atividades do extrativismo do ouro, que era encontrado em abundância na região de Cuiabá. Junto às minas ocorreu uma espécie de povoamento natural, acompanhado da criação de gado, agricultura em pequena escala e engenhos de açúcar; estas atividades produtivas formavam, na verdade, uma rede de apoio à mineração.

A penetração na região de Mimoso também ocorreu mais tarde devido à presença de sociedades indígenas fortes e belicosas, como foi dito, tais como os Bororo, os Paiaguá e os Guaikuru, que serviram de barreira à fixação dos brancos nos ermos dos pantanais. Apenas em finais do século XVIII, o Pantanal passou a ser uma possibilidade concreta de núcleos de colonização, uma vez que os principais grupos indígenas que aí viviam foram extintos ou demasiadamente enfraquecidos.

Em função destas duas causas, o interesse por riquezas minerais e a barreira das sociedades indígenas, o Pantanal não se constituiu em atrativo imediato ao povoamento definitivo.

Talvez tenha sido o próprio gado, em seu incessante caminhar, que tenha "*puxado*" os homens para o Pantanal⁵. Se é verdade a hipótese que o gado levou o homem para o Pantanal, uma vez que este inicialmente não tinha maiores atrativos, *istoda* uma explicação da enorme importância para a população pantaneira devido à grande interrelação entre o homem e o boi. É certo que o país tem uma tradição de pecuária, sobretudo em regiões tais como o Nordeste, e é certo que muitas vezes as patas do boi alargaram fronteiras econômicas.

As primeiras notícias de produção econômica, em moldes industriais no Pantanal, datam em meados do século XIX na fazenda de Descalvados, próximo a Cáceres, onde se produzia extrato e caldo de carne. Existem evidências de que a mão-de-obra utilizada em Descalvados era fundamentalmente indígena, em particular dos Bororo. (VIERTLER, 1990:50)

O Pantanal foi preponderantemente ocupado por grandes fazendas de criação extensiva do gado, mas traz em seu bojo, no entanto, bolsões de uso diferenciado do espaço. São remanescentes de antigos quilombos, de comunidades camponesas que se formaram a partir de sesmarias doadas em finais do século XVIII e XIX e, em hipótese, de grupos indígenas semi-dispersos, como por exemplo, os Guató.

⁵- Os primeiros rebanhos bovinos entraram em Mato Grosso, a partir de 1737. (Borges, 1991: 84)

2.5. Sesmarias em Mato Grosso

A concessão de sesmarias a quem se dispusesse a trabalhar na terra é instituição antiga, com origem em Portugal do século XIII. A distribuição de terras ficava a cargo de delegados municipais que eram em número de seis. Estes eram chamados de sesmeiros, e a sexta parte do produto tirado da terra - a *sesma* - era utilizada para pagar a taxa referente ao uso da terra. A área padrão das sesmarias portuguesas era de 6.500 quilômetros quadrados.

Esta instituição portuguesa atravessa o período medieval e na idade moderna é adaptada às colônias de Portugal como forma de garantir a colonização. No Brasil, passou a ser utilizada a partir de 1532 e a primeira sesmaria foi doada na capitania de São Vicente. Apenas tinha acesso à terra, por intermédio de doações oficiais, quem comprovadamente pudesse nela trabalhar. Isso significava, em outros termos, um privilégio restrito a quem tivesse um certo número de escravos. O regime de sesmarias e a escravidão andou de mãos dadas e uma foi reflexo e alimentou a outra.

Em Mato Grosso, as primeiras doações de sesmarias foram feitas a partir de 1727, duas décadas antes de sua transformação em capitania independente, o que ocorreu em maio de 1748. Havia uma distinção entre as medidas permitidas para terras de lavoura (1.089 ha) e as destinadas aos "*campos de criação*" (13.068 ha), mas sabe-se que em Mato Grosso, muitas vezes esta extensão era extrapolada. Havia dificuldades evidentes para realizar as medições e para controlar a quantidade de terras apossadas pelo requerente.

O processo para a obtenção de sesmarias era bastante complexo, e VIRGÍLIO CORREA FILHO (1923) descreve-o da seguinte forma:

"Para obtê-la o pretendente apresentava a sua petição ao Capitão General, que a remetia, para ser informada, ao Senado da Câmara do Districto em que se achassem as terras, e ao Provedor Mór da Real Fazenda, que, ouvido o Procurador da mesma e da Corôa, mandava o requerente justificar que não possuía nenhuma outra sesmaria, e que dispunha de recursos para cultivar o que pedia" (1923: 39)

Se não houvesse contestação, ainda assim a doação era condicionada ao efetivo cultivo da terra e ao pagamento de taxas. Deve ser acrescentado que a doação de sesmarias favoreceu fortemente a existência dos latifúndios, tanto mato-grossense, como brasileiros em geral.

De acordo com BANDEIRA (1988), as sesmarias em Mato Grosso foram requeridas em torno de núcleos mineradores, seguindo o curso dos rios ou de estradas, com os seguintes eixos: Cuiabá-Cáceres-Vila Bela, Cuiabá-Vila Boa de Goiás, Cuiabá-Diamantino. Provavelmente irradiaram-se depois para regiões mais interiores do estado, como é o caso específico das sesmarias próximas a Mimoso.

Com a Independência do Brasil, em 1822, foram sustadas as doações de sesmarias, o que coincidiu com a proibição do tráfico negreiro. A nova regulamentação para uso de terras apareceu apenas em 1850, com a Lei das Terras, quando então se definiu que as propriedades somente poderiam ser adquiridas mediante a compra e a venda. Por esta lei, extinguíram-se as medidas estipuladas para as sesmarias, o que favoreceu a institucionalização dos latifúndios.

E o que ocorreu com as sesmarias, já que juridicamente elas deixaram de existir? Regulamentaram-se as que estavam devidamente cultivadas, com as taxas e documentos em dia, através de um processo de revalidação e a uma nova medição. Nas regiões cafeeiras do sul do país houve uma grande pressão neste sentido e efetivamente se instituiu o regime de propriedade privada, uma vez que as terras eram

mais valorizadas. Quanto a Mato Grosso, depreende-se pelos relatórios do Presidente de Província que houve uma tentativa de aplicar a Lei de Terras, mas não com o mesmo rigor existente na região do café, uma vez que aqui a pressão sobre terras não era tão forte e ainda havia um volume grande de terras devolutas.

Em 1859, através do decreto 2.092, foi criada a Repartição Especial de Terras, com o objetivo de implementar a lei recém-criada, mas os processos de revalidação das sesmarias eram tão complexos e demorados, que de acordo com VIRGÍLIO CORREA FILHO (1923), poucos foram os beneficiados.

Em finais do século XIX, a pressão sobre a terra intensificou-se com a mudança das forças produtivas. O fim da escravidão negra e a política de imigração de estrangeiros coroaram o sistema de propriedade privada da terra e dificultaram o seu acesso a pequenos proprietários, negros libertos e antigos posseiros. Esse processo reverberou em Mato Grosso bem mais tarde, já na década de 60 deste século, com a retomada do ideal do bandeirantismo e da Marcha para o Oeste, que havia se iniciado, na década de 40, durante o governo de Vargas. Com a política de migração e programas de desenvolvimento regionais, tais como o PIN (PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL) na década de 70 e o POLONOROESTE, na década de 80, aumentaram com violência as pressões sobre a terra valorizada.

Mas, paradoxalmente, ainda persiste de uma forma bastante pronunciada o regime de sesmarias adquiridas no século XIX, ao redor de Cuiabá, no município de Santo Antonio de Leverger (Morro Grande e na região de Aricá), em Livramento, em Jangada e Acorizal.

Apenas recentemente, e provavelmente com mais intensidade a partir da década de 80, algumas antigas sesmarias dividiram-se e foram vendidas a particulares, parcial ou totalmente.

O que é interessante notar é a inversão que se dá no processo de mudança das forças produtivas; se inicialmente os sesmeiros podiam ser considerados parte de uma elite da província de Mato Grosso, na medida em que eram senhores de escravos e podiam requerer terras, com a introdução do trabalho livre e com o parcelamento das antigas sesmarias (através das linhas de descendência), houve um empobrecimento progressivo das famílias que aí viviam, causado pela diminuição da capacidade de suporte dos solos, e uma crescente dificuldade em sobreviver às novas forças do capital e à política econômica.

É exatamente este o contexto de Mimoso, ou da Sesmaria de Morro Redondo, com alguns agravantes que veremos a seguir. Morro Redondo, de acordo com os moradores faz divisa com as sesmarias de Morro do Meio e Mimoso (figura 03).

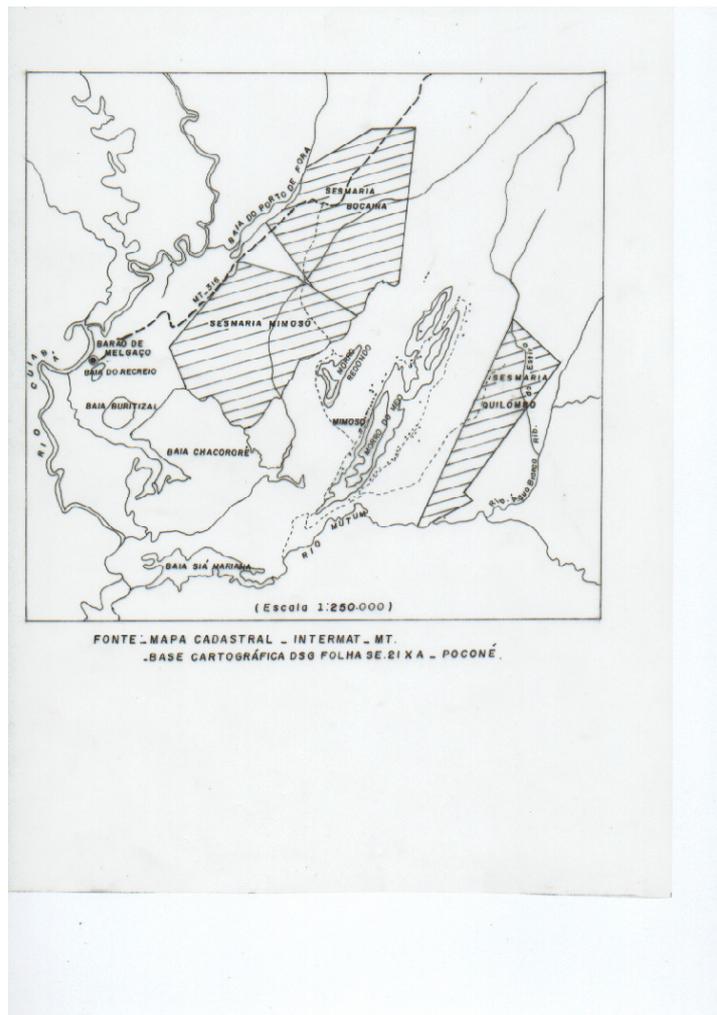


FIGURA 3 - Localização das Sesmarias na Região de Mimoso.

2.6. A Sesmaria de Morro Redondo

De acordo com a pesquisa realizada no Arquivo Público de Mato Grosso (APMT), as solicitações de sesmarias nesta região ocorreram entre 1806 (a mais antiga) e 1822, a primeira no Ribeirão Mutum e a segunda no Morro de Itacolomi. (lata Sesmaria 1821 a 1826, APMT). Embora não se possa considerar este aspecto da pesquisa como concluído, estas datas reforçam a hipótese de ocupação mais tardia da região de Mimoso.

Neste segundo processo, o requerente é José da Silva do Nascimento, casado com uma filha de Joaquina Gomes, a ancestral mais antiga dos mimoseanos. Isto permite supor que Joaquina Gomes já morava no local há mais tempo.

A Sesmaria de Morro Redondo, de acordo com VIVEIROS de CASTRO (1958), foi medida apenas em 1841, ou seja, no "*intermezzo*" do fim das concessões e pouco antes da lei de terras. Os 13.068 hectares foram aviventados judicialmente em 1893, a pedido do Marechal Rondon, filho da terra. Esta sesmaria pertenceu inicialmente a João Lucas Evangelista, casado com Joaquina Gomes, ambos bisavós maternos de Rondon. Por motivos de "*família*", de acordo com Rondon, João Lucas a vendeu a Luís Barata, seu amigo, com a condição de que após sua partida para São Paulo, este a repassasse para Joaquina Gomes, a quem de direito pertencia.

Rondon afirma que seu bisavô era bandeirante, versão não compartilhada com um morador de Mimoso que acredita que ele tenha sido mais um aventureiro de caráter discutível, do que um bandeirante. Rondon evidentemente não estava interessado em abrir feridas do passado, e estas tampouco dizem respeito a este trabalho, mas o fato de colocar-se como bandeirante é significativo, uma vez que ele mesmo valorizava e sentia-se como um destes "*heróis*". Joaquina Gomes é tida como mestiça dos extintos Bororo da Campanha e dela descendem quase todos os mimoseanos.

A partir de nova medição, em 1893, é feita a partilha de Morro Redondo entre os 12 filhos de Joaquina Gomes. No dizer de Rondon:

"Assim se passa em Mimoso esta cousa assombrosa: são todos donos de suas terras, sem contudo dela poderem dispor, e vivem em perfeita harmonia, em torno de um ponto convergente que sou eu."
(Apud Viveiros de Castro, 1958: 25)

Esta frase merece atenção por vários motivos. Esta perfeita harmonia significa que não houve o parcelamento das terras de Morro Redondo, o que eventualmente podia acontecer com os herdeiros de sesmarias. Mas o que parece ter sido mais comum era a partilha oficial sem o parcelamento das terras. Dito de outra maneira, as terras eram usadas comunalmente entre os herdeiros. Mimoso está neste momento alterando este padrão de uso do espaço como se verá mais à frente.

Voltando à frase de Rondon, no "*em torno de um ponto convergente que sou eu*": Rondon nasceu em Mimoso e aí ficou até por volta de seus 07 anos, quando foi estudar em Cuiabá e daí foi para o Rio de Janeiro, cumprir o destino previsto por seu pai. Órfão de pai e mãe, foi criado por um tio e nunca mais voltou a morar em Mimoso, que eventualmente visitava. Seu lastro com Mimoso resumiu-se a uma vasta correspondência que manteve com seus moradores, em especial com Prudente Gonçalves de Queiroz, responsável pelo recolhimento das taxas que lhes eram enviadas, a título de imposto territorial.

Quando nasceu, em 1865, as terras já estavam medidas há 14 anos, e provavelmente Morro Redondo fosse sesmaria há mais tempo. Força da personalidade, ou da necessidade do mito, de todos os entrevistados em Mimoso, apenas um pode lembrar-se de Joaquina Gomes e de João Lucas Evangelista. A

memória dos mimoseanos apagou-se. O marco é Rondon; foi Rondon quem "*deu as terras*", Rondon quem recomendou que "*a gente se casasse apenas entre nós*", Rondon quem recomendou que as "*terras não se dividissem*". Rondon virou mito de origem, herói mítico, apesar de não ter morado em Mimoso, ou talvez por isso.

Bandeira (1988) e o Grupo de Pesquisa sobre o Negro apontam para esta mesma realidade em Nossa Senhora do Livramento, qual seja, a do esforço destas comunidades para manter as terras inteiras, sem serem parceladas, do padrão de uso comunal da terra, da endogamia. É provável que este seja um padrão comum às comunidades descendentes das sesmarias do século XIX. Por que então em Mimoso foi necessário inventar um herói criador?

Interessante é notar que a visão do herói mítico sobre os mimoseanos talvez não fosse muito positiva. No livro "*Rondon Conta sua Vida*" (1958), ele relata um pedido de seu pai a um tio antes de morrer:

"Mano Manoel Rodrigues, sinto-me muito doente. Penso no primeiro filho que vou ter. Posso morrer antes que ele nasça. Meu irmão, se isso acontecer, não o deixe em Mimoso. Mande-o buscar, a fim de o salvar da triste ignorância em que jazem os filhos dos mimoseanos. Aqui em Mimoso, será um vaqueiro ignorante; (...)".

(Viveiros de Castro, 1958:28) (*grifos nossos*)

Este tema é retomado também em correspondência a Prudente Gonçalves de Queiroz, citado acima, quando relembra que seu pai, ao recomendar que não fosse deixado em Mimoso, "*teve uma feliz premonição*" (carta de 1950).

2.7. Os Pescadores do Rio Cuiabá

Qual seria a origem dos pescadores do rio Cuiabá? Qual a origem das atividades pesqueiras enquanto atividade profissional? Há quanto tempo remonta este envolvimento com o rio? Estas perguntas foram respondidas através de documentos e bibliografia, mas a memória dos pescadores foi fundamental para o entendimento dessas questões.

A composição étnica dos pescadores é uma mescla de índios e negros. Uma reserva de pesca, em especial, a Maravilha (Santo Antonio de Leverger) é composta sobretudo por negros, enquanto nas outras que foram pesquisadas notou-se que há uma predominância de mestiços. A maioria quase que absoluta de pescadores das reservas de pesca observadas é oriunda de famílias da região de Cuiabá, mais especificamente do Rio Cuiabá abaixo.⁶ Apenas um pescador apresentou-se como proveniente do Paraná e estava trabalhando na reserva Porto do Engenho (Sto. Antonio de Leverger).

O grupo social estudado ainda apresenta uma linguagem com fortes tons regionais - o falar cuiabano - bastante diluído na cidade de Cuiabá por causa das pressões dos imigrantes que ridicularizam esta linguagem local. O falar cuiabano tem uma entonação, ou canto, muito particular, expressões muitos regionais. A sua pronúncia de alguns sons - tais como o "ch" e o "j" - assemelha-se a dos vizinhos Bororo, respectivamente como "*tché*", "*djê*". Este falar está restrito atualmente nas regiões ribeirinhas e mais interioranas do estado, com ocupação mais antiga, onde permanece um modo de vida mais tradicional, que foi

⁶- A cidade de Cuiabá separa o Rio Cuiabá em Rio Cuiabá abaixo e o Rio Cuiabá acima.

menos esmagado por não ter sido alvo preferencial das políticas desenvolvimentistas, tal como ocorreu nas regiões da BR-364, que liga Mato Grosso a Rondônia (Projeto POLONOROESTE) e mais ao norte.

PERARO (1992: 40), em seu trabalho de demografia de Cuiabá em finais do século XIX, através do censo de 1872, na repartição da população livre e escrava, por atividades produtivas, detecta 343 pessoas que foram registradas como pescadores, das quais 11 eram escravas. Estes números denotam uma pequena parcela da população adulta produtiva mais dedicada à pesca, frente aos 4.943 agricultores registrados no mesmo censo, num conjunto da população da Paróquia do Senhor Bom Jesus de Cuiabá que perfazia cerca de 11.053 pessoas (*ibidem*: 33).

Porém os primeiros registros de pescadores datam de 1751, talvez em uma localidade próxima da Baía Chacororé, no Rio Cuiabá ou próxima à Baía Mandioré, no Rio Paraguai, onde ocorrem quatro grandes baías no Pantanal. Antonio Rolim de Moura, primeiro governador de Mato Grosso, em um relato de viagem no Rio Cuiabá abaixo, escreveu que:

"Era aquele Pantanal muito diferente dos outros; porque tudo baías muito largas, e limpas, e como bastante altura da água. Para passar de umas as outras se atravessavam pedaços, que estavam cobertos de capim, e aguapé, o que lhe servia de divisão. Naqueles dias passei quatro baías, todas largas; mas na última pareceu, que estava no Porto de Lisboa pela sua largura, e ainda pelas ondas, que fazia, o que não deixou de dar algum cuidado; (...) A não o haver por divertimento se podia marchar ali pela pequena larguesa, e alegria das baías, cujas margens ofereciam à vista um belo país. A última era a maior de todas; dela entrei num sangradouro, que me conduziu outra vez ao rio, onde vi já choupanas de pescadores." (Moura, 1751: 27-28)

Lamentavelmente, ambos documentos mencionados não oferecem mais detalhes sobre estes pescadores, como viviam e se tinham outras atividades de subsistência, o que é bem provável, como abaixo ficará mais claro. No caso específico de "*choupanas de pescadores*" avistadas por Rolim de Moura, seria legítimo perguntar se não seriam habitações de indígenas com tradição na pesca.

Pode-se supor que as comunidades pesqueiras do Rio Cuiabá formaram-se, principalmente, a partir da abolição de escravatura, quando um contingente negro foi liberto e, sem terras ou possibilidade de adquiri-las, instalou-se próximo às margens do rio Cuiabá, combinando atividades agrícolas com a pesca. Com o aumento da população regional e valorização das terras de beira-rio, provavelmente houve uma especialização da atividade pesqueira, forçada pela perda da posse da terra.

Existem evidências de que algumas comunidades de pesca são descendentes de antigos donos de sesmarias, a exemplo de Varginha (cerca de 10 km da sede do município de Santo Antônio de Leverger), cujas terras foram parceladas ao longo das linhas de descendência; é possível que estes façam parte da parcela dos atuais pescadores com terra, em oposição à primeira categoria, que ficou sem terras. Foi comum em Mato Grosso, após a abolição, escravos libertos continuarem a viver nos domínios de seus antigos senhores em sistema de servidão (BANDEIRA, 1988) e, eventualmente após a morte destes, herdarem a terra, com ou sem titulação; são comuns os processos de herdeiros contestando a presença de ex-escravos nestas terras.

A presença indígena, na configuração étnica dos pescadores, pode ser explicada pela própria violência do processo de contato entre índios e colonizadores. O século XVIII foi de uma violência talvez sem precedentes no Brasil; com a chegada dos bandeirantes e com a descoberta do ouro as sociedades indígenas que, como já foi mencionado, se interpunham mais diretamente à ocupação dos "brancos" foram simplesmente varridas. Não era raro a escravização de índios que eram capturados. No século XIX, os brancos trataram de conquistar a última parcela do território Bororo; estes, resistiam à escravidão e à

ocupação, e como resultado desta resistência, foram perseguidos por forças militares oficiais e por forças paramilitares, integradas por moradores da Chapada dos Guimarães e de Cuiabá.

Os homens, guerreiros da nação Bororo, eram mortos e suas mulheres e filhos eram trazidos para Cuiabá e "doados" para famílias cuiabanas. Foram provavelmente escravizados e/ou incorporados como agregados, o que no século XIX significava quase a mesma coisa.

Os estudos da demografia de Cuiabá ainda são muito incipientes, mas PERARO (1992) que está desenvolvendo uma pesquisa neste sentido, através de registros de nascimento, pôde localizar a chegada de mulheres e crianças que foram capturadas e "doadas" para famílias cuiabanas. A pesquisadora chegou a este resultado justapondo os relatos de expedições punitivas e suas datas, aos batismos e registros de crianças maiores e sem pai.

Moutinho, em viagem à Cuiabá, observou a chegada de uma bandeira punitiva relata que:

"Presencamos a chegada em Cuyabá de duas d'essas bandeiras que conseguirão batel-os, apreendendo algumas mulheres que apresentavam uma ferocidade incrível.

Duas raparigas de 14 a 16 anos despedião olhares tão chammejantes, que ninguém ousava toca-las. E eram bellas entretanto, assim mesmo ferozes.

Recusarão a princípio toda a sorte de alimentos; depois forão-se acostumando e hoje estão lindas e bem civilizadas, empregadas como creadas em casas de famílias". (1869: 191)

2.8. Processos Sócio-Econômicos Ligados à Pesca Artesanal

Resta compreender os processos sócio-econômicos envolvidos na consolidação da pesca artesanal, como uma atividade produtiva que atinge significação em termos comerciais. Esses processos parecem estar associados a uma preocupação do governo provincial com a rentabilidade econômica da pesca e com processos mais gerais que envolvem pescadores, tais como a desativação das usinas.

Em finais do século XIX e início do XX, houve grande preocupação de que os recursos naturais do estado de Mato Grosso, entre os quais o pescado, fossem explorados empresarialmente. De acordo com CASTRO e GALETTI (1994), as autoridades pensavam que:

"(...) a piscosidade do Rio Cuiabá nada valia enquanto não fossem aproveitados os seus produtos dentro da dinâmica do mercado capitalista. O fato da pesca atender somente às necessidades imediatas de alimentação, sem que qualquer empresa tirasse proveito disto, era considerado uma marca distintiva de uma sociedade retrógrada e arcaica. Empresas de diferentes tipos poderiam ser organizadas a partir da pesca: extração de azeite, tanto para consumo como para fabricar sabão; fabricação de cola; conservas de peixes; peixes em barris; peixes salgados; frigorificação, etc."

(Castro & Galetti, 1994)

Assim sendo, em julho de 1923, dando continuidade a essa preocupação, o governo promulgou a Lei 892, oferecendo vantagens para quem se interessasse em estabelecer uma indústria de peixe em conserva. Nova lei, com o mesmo intento é votada nos anos 50 (CASTRO & GALETTI, 1994).

Ao que tudo indica, no entanto, ainda não havia condições estruturais para a pesca comercial e tampouco para a industrialização do pescado, pois ainda estavam sendo gestadas mudanças a nível das forças produtivas que apenas a partir de 1960 viriam tomar a forma atual.

2.9. As Usinas de Açúcar

Após a abertura da navegação do Rio Paraguai, com o final da guerra do Paraguai, antigos engenhos, nas margens do Rio Cuiabá, transformaram-se em usinas de açúcar, através da importação de equipamentos europeus. Embora as usinas não fossem de grande porte, tinham a capacidade para atender à demanda do mercado interno de Mato Grosso.

Apesar da modernização na forma de produzir o açúcar, inicialmente as usinas apoiaram-se no trabalho escravo e, de acordo com SIQUEIRA, em um

"(...) grande número de trabalhadores livres pobres que, ou moravam na própria fazenda - os arranchados - ou residiam em suas imediações."
(1992: 81)

De acordo com a autora, depois da Abolição da Escravatura, o regime de trabalho prosseguiu com as mesmas características do escravocrata; os coronéis mantinham sob violento controle os trabalhadores que, embora assalariados, prendiam-se às usinas através das teias tecidas pela dívida nos barracões. Como os salários eram baixos e o preço das mercadorias altíssimos, o trabalhador continuava sendo escravo do coronel.

"(...) os trabalhadores das usinas eram arregimentados entre gente humilde presa pela polícia e trocada pelo delegado de Polícia com os donos das usinas por sacas de açúcar... Deus permita que triunfe logo a legalidade para podermos extinguir essa nova escravidão no Rio Abaixo." (Mendonça, 1973: 137)

Este sistema evidentemente provocava fugas constantes, que eram revidadas por perseguições e os que eram recapturados eram submetidos a castigos físicos e várias modalidades de punições.

"Quando um camarada foge, o patrão o manda perseguir por trabalho, mas se o fugitivo for preso, é debitado para com a usina em 20&000 mil réis diários (ou mais) por cada dia perdido de cada um dos perseguidos. Acontece, no entanto, que de ordinário o fugitivo é morto, ou porque resiste, ou por vingança dos que lhe vão ao encaço. Se o desventurado é preso, levam-no para a usina onde, além da pesada dívida acima mencionada, sofre um castigo de vinte, trinta ou quarenta dias de trabalhos forçados, de dia e suportando, durante a noite, o suplício do tronco, encerrado dentro de um quarto, para que com menos facilidade, se ouçam seus gemidos."

(Vicenzi, s/d: 83)

VICENZI, um padre que visitou as usinas no início do século, indignou-se com as condições de trabalho e com a violência reinantes, registrou que:

"As usinas têm grandes armamentos e munições, e por isso os governos, politíqueiros e comodistas sentem-se impotentes para reprimir-lhes os excessos. Como disse ainda a pouco, cometem-se nas usinas, homicídios muito a miúdo sendo os cadáveres enterrados clandestinamente. Se alguém, autoridade ou não, inquirir sobre o paradeiro da vítima, respondem-lhe imperturbavelmente que fugiu..."
(ibidem: 138)

O pleno poder dos "coronéis" perdurou até 1930 com o advento do governo de Getúlio Vargas. Os estados receberam interventores com o objetivo, entre outros, de diminuir o poder das oligarquias

existentes. Em Mato Grosso, o interventor nomeado, Mena Barreto, perseguiu e mesmo prendeu usineiros, impondo a adoção do salário mínimo e registro no Ministério do Trabalho (SIQUEIRA, 1992: 85).

É importante registrar que as usinas de açúcar eram estrategicamente instaladas às margens do Rio Cuiabá, então muito utilizado para a navegação, o que facilitava o transporte do açúcar e eventualmente da aguardente⁷. O Rio Cuiabá era ainda o suporte de um intenso comércio que abastecia sítiantes e as usinas.

Nas usinas, além do plantio da cana (que também era comprada de estabelecimentos vizinhos), outros produtos agrícolas eram cultivados com o objetivo de suprir necessidades de patrões e trabalhadores.

De acordo com SIQUEIRA (1992) o poder dos coronéis foi fortemente abalado por volta de 1940, com a organização de sindicatos e associações de defesa e ainda com a criação do Estatuto da Lavoura Canavieira, através do decreto-lei No 3855 de 1941. Estes fatores, aliados às pressões já mencionadas sobre os coronéis e ainda à abertura da estrada de rodagem ligando Cuiabá a São Paulo, que trouxe consigo o açúcar paulista, promoveu a decadência das refinarias mato-grossenses.

O que importa aqui, é o relato dos pescadores sobre o assunto, o que demonstra uma memória recente. Os pescadores valorizam a época das usinas, para eles sinônimo de trabalho, abundância e acesso à terra.

Vejam-se os relatos de dois pescadores, que trabalharam em uma usina, viram sua decadência e hoje pescam na reserva de Limoeiro e cuidam das terras para um proprietário que mal conhecem. É importante retomar estes relatos, porque havia algumas dúvidas referentes ao surgimento dos pescadores profissionais e a relação que parecia estreita entre os "redeiros", empregados de usinas e as atuais reservas de pesca.

Os pescadores afirmam que a pesca, enquanto atividade comercial significativa, tem apenas cerca de trinta anos, portanto teria se iniciado por volta de 1960, talvez um pouco antes. Haveria aí um interstício de vinte anos mais ou menos, entre a decadência das usinas e o surgimento da pesca profissional.

Isto poderia ser explicado, talvez, pela provável continuidade da ocupação das terras de beira-rio por antigos empregados e agregados das usinas.

"A beira de rio era cheio de rocinha, nós tinha de tudo aqui. Por mais pobre que fosse a gente tinha o que comer." A mudança veio de 10 anos para cá. O povo está cada vez mais pobre. Essa imensidão de terra podia dar de comer pra tanta gente." (set. 1992)

De acordo com seu Sinhô, de Limoeiro, a pesca profissional é resultado do empobrecimento das condições de vida dos moradores de beira-rio. A perda de terras, ou da possibilidade de ocupá-las, perda de emprego, fez com que as pessoas tivessem que voltar-se para a pesca, como única alternativa de sobrevivência.

Durante o período das usinas, ainda com base nos relatos dos pescadores, todos tinham direito a plantar nas terras dos patrões, o que assegurava que "tivessem sua plantazinha", e ainda de acordo um pescador,

"Antes ninguém vivia só de peixe, vendia quando sobrava. Tinha outros meios - porco, rocinha, galinha. Nossos governantes tiraram nossas condições. Outra época todo mundo tinha sua praia para plantar." (dez. 1992)

⁷ - Em 1908 existiam 5 usinas de açúcar, no Rio Cuiabá, em 1914, seis (São Gonçalo, Conceição, Aricá, Flexas ,Itaici e a de Ressaca); em 1920 são reportadas 9, com o acréscimo das usinas de Maravilha, São Miguel, São Sebastião e Tamandaré, sem referências à de Ressaca (localizada no Rio Paraguai).

A visão que eles têm da lei de usucapião é completamente inesperada. Ele prossegue dizendo que:

"(...) os tubarões tomaram conta das terras (referindo-se à crescente pobreza dos moradores das margens do Rio Cuiabá), os governantes criaram uma lei para o pobre que serviu de mal (usucapião). Qualquer um não deixa alguém ficar mais de dois anos. Antes qualquer um encontrava uma terra pra cuidar."
(idem)

A deprender dos relatos, até recentemente as margens do Rio Cuiabá eram intensamente habitadas por pequenos sítiantes e posseiros. As roças de praia, beneficiadas pela inundação periódica, promoviam o sustento das famílias ribeirinhas, aliadas ao cultivo de cana, nos diques marginais, e a sua venda para as usinas. Os batelões - barcos movidos com zinga - passavam anualmente vendendo sapatos, querosene, tecidos, etc, e os pagamentos eram realizados com a colheita do ano seguinte em que faziam as compras, com o dinheiro das vendas da cana ou então com parte dela mesma ou dos produtos das roças, o que implicava em um sistema de trocas não monetarizadas.⁸ As festas deste período são descritas como grandes acontecimentos que reuniam muitas pessoas e tudo "*era de graça, até o cigarro*".

Em resumo, com a desativação das usinas e parcelamento das terras das antigas sesmarias houve um empobrecimento econômico da região, mas não um impedimento de que as categorias sociais citadas continuassem vivendo nestas terras. Porém, com as conseqüências do movimento militar de 1964, que trouxe maior concentração de terras e de renda, os moradores de beira-rio foram crescentemente perdendo suas condições de vida e a possibilidade de ocupar terras e delas subsistir. É neste cenário portanto que entrou a pesca comercial, como uma forma encontrada para sobreviver sem os laços com a terra.

Portanto, a maioria dos pescadores profissionais da área estudada, deve ser proveniente dessa massa de ex-agregados, ex-sítiantes e ex-posseiros que viviam ao longo do Rio Cuiabá. A esse crescente empobrecimento houve, paralelamente, uma forte concentração de terras nas mãos de poucos, o que faz com que as margens do rio sejam hoje, em parte, formadas por grandes propriedades.⁹ Assim, a possibilidade de obter sua fonte de sobrevivência de diferentes atividades decresce com a concentração das terras e só resta, aos que moram na beira do rio, aumentar sua dependência e conseqüentemente sua pressão sobre a pesca.

2.10. Redeiros

Resta agora refletir um pouco sobre os redeiros. Ficou suficientemente claro, durante a pesquisa, que as atuais reservas de pesca são reminiscências de antigos pontos de rede, que eram dominadas por "*redeiros*". Os redeiros eram os proprietários de redes e contratavam - parentes ou não - cerca de dez auxiliares que dividiam entre si as tarefas da pesca.

⁸ - Nas chamadas "*roças de praia*" cultivavam nos diques marginais (barrancos) e nas várzeas (áreas alagáveis) milho, batata doce, melancia, abóbora, quiabo, fumo, etc. e hortaliças, principalmente aquelas tradicionalmente associadas aos pratos baseados em peixes, tais como cebolinha e coentro, e alface e tomate.

⁹ - Seu Nhonhô disse que nesta época havia condições de navegação de grandes barcos no Rio Cuiabá. Nesta altura da conversa ele diz que não são as roças de praia que secam o rio. "*Hoje ninguém mais faz e o rio está seco*". Esta referência é feita face à associação entre o desmatamento das matas ciliares e a diminuição do nível da água no Rio Cuiabá. Frequentemente os grandes proprietários e a mídia insinuam que estes desmatamentos estão relacionados à antiga ocupação das margens do Rio Cuiabá.

Como o pescado era abundante no rio Cuiabá, a pesca com rede era altamente produtiva e permitia sua combinação com as atividades agrícolas.

A abundância de peixes e a facilidade da pesca parece ter incomodado a administração provincial que ainda em 1854:

"(...) procurou limitar a pesca no Rio Cuiabá através de cobrança de taxas sobre cada rede lançada."

(CASTRO & GALETTI, 1994)

Porém com a legislação mais recente, em 1971 (portaria 217/71, da SUDEPE), em função da diminuição do pescado, que proibiu o uso de redes e tornou a pesca artesanal obrigatória, punindo com sanções a primeira, os redeiros foram obrigados a redirecionar suas técnicas e estratégias de produção. Ao que tudo indica, os atuais líderes das Reservas de Pesca participaram, como pescadores ou como parentes dos ex-redeiros, da fase dominada pelos "*redeiros*", de onde pode ter advindo sua liderança. As próprias reservas de pesca, ou grande parte delas, foram criadas a partir da tradição de pontos de lançamento de redes, os quais são do ponto de vista ecológico, as áreas mais propícias para a pesca no rio, ou seja, unidades de fartura.

3

RELAÇÕES COM O AMBIENTE E MANEJOS ENTRE OS PANTANEIROS DE MIMOSO

A Sesmaria de Morro Redondo, abrange além de Mimoso, três *bairros* chamados de Ximbuva, Barreiro Grande e Mata Verde, que distinguem-se ligeiramente do núcleo (Mimoso), considerado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como urbano.

Mimoso, ou sesmaria de Morro Redondo, no município de Santo Antônio de Leverger e limítrofe com Barão de Melgaço, tem seu nome derivado do capim nativo que cobre o largo (área alagável) e situa-se nas margens da Baía de Chacororé. Mimoso, refere-se mais ao núcleo da sesmaria e situa-se na fralda do Morro Redondo, onde está construída a igreja de Santo Antônio, a escola Santa Claudina, em homenagem à mãe de Rondon, o posto telefônico que foi construído homenageando Rondon, considerado o pai das telecomunicações. Além das moradias aí existentes, cerca de trinta, o restrito comércio local concentra-se nesta área, em como um pequeno restaurante que atende a turistas e eventuais pesquisadores. Duas *vendas* fornecem alguns gêneros de primeira necessidade, velas, latarias, gás engarrafado e uma delas, abate uma ou duas rêsas por semana e comercializa carne bovina, que deve ser encomendada com antecedência.

Como já foi dito anteriormente, a região de Mimoso é composta por unidades de paisagem identificadas pelos mimoseanos: a morraria (encosta, pico e a fralda do morro), a área alagável e a baía propriamente dita, com diferentes usos.

A morraria da região, encosta e pico, conserva parcialmente as matas semidecíduas, embora algumas espécies de madeira nobre estejam esgotadas, a fisionomia de mata da mata é mantida. Esta unidade de paisagem é utilizada para retirada de madeira, de plantas medicinais e para fuga do gado durante as cheias. A fralda do morro (sopé), ou *firme* tem apenas entre 200 a 300 metros de largura. O *firme* não é alagável, mas nos picos das grandes cheias pode ser inundado e receber água até próximo das casas, ficando restrito a uma faixa de cerca de 50 metros. A fralda do morro é onde

tem que por a casa e o cercadinho, para por o cavalo e tem que por a vaca nele.

(Senhor Moreno, morador de Mimoso, dez. 91)

O *firme* guarda uma grande importância na vida dos moradores de Mimoso, pois além de abrigar a casa e o cercado, é o único espaço disponível para o plantio de roças, para os quintais onde cultivam árvores frutíferas e eventualmente pequenas hortas e onde criam porcos e galinhas. É neste exíguo espaço, refúgio do gado no período das cheias, que cuidam de seu rebanho e, também, plantam gramíneas. As vacas que estão fornecendo leite, ou que tenham bezerros recém nascidos geralmente são mantidas fechadas na fralda do morro.

O gado concentra-se em alguns pontos, na fralda do morro, para dormir, em frente ao largo, nos finais de tarde. Os pantaneiros de Mimoso chamam estes lugares de *dormidores*. Em geral, as rêsas

procuram esses locais sem serem para aí levados, por hábito, de forma que a partir das 16 ou 17 horas, principalmente em frente à escola e ao posto telefônico há uma enorme concentração delas, e dependendo do período do ano, as pessoas transitam com muita dificuldade. Este movimento cessa apenas no auge da seca quando os rebanhos afastam-se, em direção à baía do Chacororé, à procura de melhores pastagens.

As posses das famílias nucleares, no *firme* (fralda da morraria), são separadas umas das outras, através de cercas de arame farpado ou liso. As casas são construídas no sopé dos morros, com uma distância irregular umas das outras. A porta da frente sempre descortina-se para o largo, o que permite que as mulheres mantenham uma atenção constante sobre os maridos e filhos que estão na *lida* com o gado, ou trabalhando nas pastagens, na área alagável.

A área alagável, ou *largo*, utilizada de forma comunal, é coberta pelo capim mimoso, nativo da região, considerado uma forrageira de excelente qualidade, o que favorece a manutenção da pecuária. No entanto, este padrão de uso da terra vem se alterando, conforme ficará claro mais adiante.

A partir de outubro ou novembro até março, esta área fica inundada e volta a ser utilizada apenas no período da vazante, quando as gramíneas renascem. Neste período o largo é intensamente povoado de aves, jacarés, porcos e pelo gado.

A disponibilidade de terras na área alagável, ainda que de uso comunal, estabelece diferenças significativas entre os moradores de Mimoso; os moradores do largo demonstram maior abundância em termos alimentares e têm maior número de rês, enquanto nos outros *bairros*, as famílias parecem ser mais pobres e há presença de migrantes.

Ximbuva quase não tem pastagens e, algumas vezes, as casas ficam tão próximas e "espremidas" entre os morros que é impraticável a criação de gado e quase inviabiliza a agricultura por falta de terrenos cultiváveis. Neste local, observa-se a presença de uma mata ciliar que margeia um córrego. Entre o largo de Mimoso e Ximbuva, em área também alagável, existem vários bosques de cambará (*Vochysia divergens*) que substituíram o capim mimoso.

Com exceção de uma família que possui um rebanho de cerca de 40 cabeças, as outras têm até duas, ou nenhuma rês. Aqui há uma família de paranaenses, que diz ter recebido dois hectares de um *doutor* que reside em Barão de Melgaço; o casal alegou não lembrar-se do nome do benfeitor.

Mata Verde, atrás do morro do Meio, não é alagável e apresenta-se recoberta de vegetação de cerrado. Mata Verde era antigo refúgio do gado durante as cheias, mas com o aumento da população e, principalmente, pelo processo de cercar as posses, deixou de sê-lo. Algumas das famílias daí vivem em situação de bastante pobreza e uma família de migrantes tem um padrão de uso da terra e de manejo do gado bastante diferenciado dos mimoseanos. Também em Mata Verde ainda persiste o fabrico de farinha, rapadura, redes, panelas de barro e apás.

A Associação de Moradores de Mimoso, com sede em Mata Verde, criada recentemente, aparenta ser um forte instrumento político, que quando nas mãos de novos moradores, contrapõe-se à liderança tradicional dos mimoseanos. Assim, novas forças políticas se opõem ao estabelecido. No período da pesquisa a atividade mais aparente da Associação era a manutenção de um trator que é alugado para os que preparam a terra. Embora o uso do arado de tração animal seja preponderante, observou-se que algumas famílias já utilizam o trator. Constataram-se pelo menos duas situações de atraso na abertura de roças porque o trator estava quebrado. Pôde-se testemunhar, também, várias reclamações quanto ao preço da diária do mesmo, que estava se equiparando a de tratores de fazendas, que também eram alugados.

Em Barreiro Grande, depois de Mata Verde, ocorre uma grande extensão de área alagável, com algumas poucas casas isoladas e distantes entre si.

Foi em Barreiro Grande que se registraram dois relatos de ataques de grupos indígenas.¹⁰ Em um dos ataques, uma família teria sido morta e suas cabeças espetadas em mourões da cerca que contornava a casa. O informante não soube precisar a data nem o nome do grupo que atacou, porém o hábito de decepar cabeças poderia ser atribuído aos Paiaguá, conforme alguns relatos do século XVIII. Em outra feita, um menino foi trucidado quando foi buscar água em um córrego; os pais percebendo que ele estava demorando para voltar, depois de procurá-lo, encontraram apenas flechas e o corpo todo esquartejado.

3.1. Famílias em Mimoso

Na área de estudo estão cadastradas 450 famílias, divididas entre os povoados de Mata Verde, Ximbuva, Barreiro Grande e de Mimoso.

Antes de entrar na análise do parentesco propriamente dito, é interessante observar as listas dos sobrenomes das famílias que são tradicionais em Mimoso e tentar daí obter algumas conclusões. Os sobrenomes listados a seguir fazem parte de um estoque que vem se diversificando recentemente, em função da exogamia causada pela migração intensa dos mimoseanos para as cidades próximas.

FAMÍLIAS:

- | | |
|------------------------|-------------------------|
| * Evangelista | * Mariano da Silva |
| * Arruda | * Taxis de Arruda |
| * Lucas Evangelista | * Feres de Campos |
| * Paes de Barros | * Brandão Pinheiro |
| * Caetano de Arruda | * Castro Pinheiro |
| * Ribeira de Moraes | * Dias de Moura |
| * Queiroz de Barros | * Gonçalves de Queiroz |
| * Dias das Neves | * Evangelista de Barros |
| * Costa | * Dias de Moura |
| * Pinheiro Evangelista | * Leite de Sá |
| * Dias dos Santos | * Silva Gomes |
| * Arruda Brandão | * Nunes de Nazaré |
| * Nunes de Castro | * Rodrigues Pimenta |
| * Pio Siqueira | * Queiroz das Neves |
| * Medeiros | * Correa da Silva |

Destes sobrenomes destacam-se os Lucas Evangelista, que reivindicam a descendência de Rondon, e os Gonçalves de Queiroz. Ambas famílias têm grande prestígio político em Mimoso.

¹⁰ - Em geral os mimoseanos dizem que não havia nenhum grupo indígena na área. Porém, alguns dizem que enquanto o Marechal Rondon vivia, eles eram visitados freqüentemente pelos Bororo (cujo nome desconhecem).

A maioria dos sobrenomes usados pelos mimoseanos são, na verdade, sobrenomes comuns; todavia o que chama a atenção, é o fato de serem os mesmos utilizados pelos cristãos novos, quando estes vieram para a América, logo após o descobrimento.

TABELA II - Número de Filhos por Família que Saíram para Cuiabá

FAMÍLIAS ENTREVISTADAS	NÚMERO DE FILHOS	EM CUIABÁ
01	8	todos
02	7	todos
03	10	nenhum
04	01	todos
05	05	seis
06	07	cinco
07	11	um
08	05	um
09	06	nenhum
10	04	nenhum
11	02	uma
12	07	quatro
13	11	seis
14	08	nenhum
15	08	um
16	04	cinco
17	10	três
18	07	nenhum
19	01	nenhum
20	0	s/inform.
21	?	dois
22	02	três
23	08	0
24	0	três
25	07	
Total:	139	73

Investigou-se também, como parte deste processo de compreender a organização das famílias em Mimoso, a composição numérica e, um dos elementos que são fundamentais atualmente, a saída dos filhos para estudar e ou trabalhar em Cuiabá.

A média de filhos por casal, considerando-se 24 famílias da amostragem com total de 139 filhos, é de 5,56%, uma média bastante alta, portanto. Deste total, 48,9% saíram para morar em Cuiabá, uma porcentagem ainda mais expressiva.

• *Transmissão de Nomes - Divisão do Espaço*

A transmissão de nomes segue o padrão patrilinear da nossa sociedade; dito em outros termos, os sobrenomes paternos são passados aos filhos e filhas, onde o sobrenome materno segue o prenome e por sua vez é seguido pelo paterno. Com o casamento das filhas, em geral, a mulher adota o sobrenome da família do marido e abandona o nome paterno. Desse modo, a perpetuação de um sobrenome é dada pelo casamento dos filhos homens.

Eventualmente, ocorrem exceções a esta regra, sobretudo em famílias mais antigas, onde um sobrenome abandonado há uma ou duas gerações reaparece e, ainda, eventualmente são dados sobrenomes distintos aos filhos.

A profundidade de memória é relativamente curta abrangendo apenas duas gerações ascendentes e, no conjunto, conhecem cinco gerações; em termos de Ego, isso significa que se conhece os pais e avós, filhos e filhos dos filhos.

Pode-se afirmar com segurança que a organização familiar se dá através de famílias extensas. A patrilocalidade parece ser uma regra quanto ao padrão de residência, porém observamos casos de uxorilocalidade. Seu Moreno e esposa, por exemplo, têm sete filhos, os quais vivem independentemente em suas casas, porém ao redor da casa paterna, e dividindo pastos e a criação de gado.

Politicamente, os mimoseanos têm com alguns líderes de maior proeminência política e tudo parece funcionar com bastante ordem, sem polícia, guardas, ou sem um controle mais estreito. As lideranças de maior importância são descendentes das primeiras famílias que se instalaram na sesmaria.

O acesso à terra ocorre através do casamento, caso o cônjuge não seja mimoseano. O direito é posteriormente repassado de pai a filho, ou filha se esta casar-se com alguém de fora (DA SILVA & SILVA, 1992). A compra dos direitos de posse é muito comum entre irmãos ou por migrantes, como é o caso de uma família de gaúchos que mora no largo de Mimoso e de outros sulistas que moram em áreas menos alagáveis, tais como Ximbuva e Mata Verde. A perda total do direito à terra ocorre com a mudança definitiva dos mais velhos para a cidade; com isso, o direito de herança dos filhos é anulado. Isto se deve, em parte, à falta de titulação das terras.

Como uma parcela significativa de filhos de pais mimoseanos saem para estudar, ainda relativamente crianças, dificilmente voltam a viver em Mimoso. Em geral, passam a trabalhar em Cuiabá, capital de Mato Grosso, a cidade mais procurada por eles e, quando chegam a idade adulta, é comum que se casem e não tenham mais interesse em refazer a vida junto à família paterna em Mimoso. No entanto, eles mantêm fortes vínculos com suas origens, visitam-se freqüentemente e os mais velhos, por sua vez, não concebem viver na cidade, apesar da insistência dos filhos.

O casal Antônio e Antonia Maria Evangelista, como outros casais, têm oito filhos, todos vivendo em Cuiabá, à exceção do mais novo que mora em Brasília. Seus filhos compuseram sua vida, seja por vínculos empregatícios ou conjugais, de uma maneira que nem pensam em viver em Mimoso, mas o gado, a criação de galinhas e porcos e mesmo a lavoura é toda dividida com *as crianças*. Eles dizem que tudo o que têm será dos filhos quando morrerem, inclusive as terras.

Em geral, quando os mimoseanos são perguntados sobre o montante do rebanho, respondem que têm *pouquinho* gado; logo esclarecem que um número "x" de cabeças é do filho tal, um número "y" é do outro, e assim por diante, mesmo que os filhos morem fora, em Cuiabá. Aparentemente, as filhas mulheres, depois de casadas, não participam da partilha do gado, recebendo-o porém indiretamente, através do marido.

Em Mimoso há uma forte separação das atividades femininas e masculinas. O cuidado com o gado é tarefa eminentemente masculina. Enquanto o espaço de circulação dos homens é muito amplo, as mulheres restringem-se ao espaço da casa e do quintal. Não é raro mulheres de Mimoso que não conhecem Mata Verde ou Ximbuva; geralmente seus domínios restringem-se apenas ao redor de suas moradias. O largo é *freqüentado* apenas pelos homens que aí vão para manejar as pastagens, cuidar de rêses doentes ou pescar.

Apesar desta limitação espacial, as mulheres têm uma grande influência nas decisões políticas tomadas pelos homens e dirigem filhos, casa e economia doméstica com bastante rigor. São elas que cuidam, também, dos filhos que saem para estudar e trabalhar. Apesar de não se movimentarem muito dentro de

Mimoso, freqüentam Cuiabá, onde geralmente têm casas; armazenam alimentos, doces e queijos que contribuem para a subsistência dos filhos distantes. Seus relatos da falta que sentem e das dificuldades para mantê-los são comoventes, mas todas vêm a saída dos filhos como um mal necessário.

As casas têm três ou quatro cômodos e são construídas de alvenaria ou de pau a pique, uma e outra pintadas cuidadosamente. Como regra, a cozinha é separada do corpo da casa e, por vezes, trata-se de uma construção muito simples, coberta de sapé. Com algumas exceções, não existe uma divisão rigorosa entre quartos e sala, pois esta também faz as vezes de dormitório e além da mesa, pode ter redes ou uma cama. Invariavelmente a sala é adornada com oratórios e retratos antigos da família. Cada família tem um santo (católico) de devoção, cuja estampa ou imagem é colocada na parede ou em uma pequenina mesa onde eventualmente acendem velas. Na data de aniversário do santo a família comemora com *chá com bolo*, que consiste em bolos, chá mate, café. Em caso de promessa, a comemoração é mais suntuosa, podendo durar de um a três dias, com novenas, missa, e cururu.

O mobiliário é simples, poucas casas têm sofá e apenas três têm televisão, movida à bateria. Geralmente as visitas mais formais são recebidas na sala, em volta de uma mesa. Oferece-se café, bebida que não apreciam muito, mas que é protocolar para os de fora. Se a visita é íntima, vai diretamente para a cozinha onde, dependendo do horário, pode partilhar uma refeição.

Algumas famílias têm fogão a gás, mas preferem a comida preparada nos fogões de lenha, que dizem dar um melhor sabor. O arroz e feijão são básicos em todas refeições, sempre acompanhados com farinha de mandioca. O *quebra-torto*, uma refeição matinal, é servido ainda pela madrugada para os que vão realizar tarefas pesadas, consiste do arroz com feijão, enriquecido com carne seca socada com farinha, a *paçoca*. Sempre que podem, usam carne bovina, pela qual têm especial predileção, embora usem carne suína, galinha e ovos. Não apreciam muito o peixe, porém, eventualmente fazem uso dele, especialmente de pacupeva e de pacu, e com menor freqüência, de lobós. O pão, pouquíssimo consumido, é substituído por bolinhos, assados ou fritos, de polvilho com farinha de mandioca, temperados com queijo e/ou erva-doce.

Classificam como verdura, o tomate, repolho, abóbora e couve, mas estes são muito poucos consumidos.

Como bebida que complementa as refeições mais leves, pela manhã, usam muito o chá mate. O guaraná em pó tem uma grande importância, e apesar dos preços de mercado, que são altos, usam-no largamente. Algumas famílias fazem uma mistura muito saborosa: compram açúcar cristal e refinam em casa levando ao fogo e depois agregam folhas de figo e uma erva aromática, que confere ao açúcar um aroma muito particular e especial. O guaraná, que deve ser ralado no momento que vai ser bebido, é colocado em um copo pequeno e temperado com a mistura. A água deve ser colocada em três etapas, pois o *guaraná bom, deve ter três águas*. Para ralar o guaraná eles geralmente dispõem de uma tábua, especialmente preparada para tal fim, onde uma grossa, um tipo de lima grossa, fica presa. Com o corpo afirmam a tábua em cima de uma mesa e com o auxílio das duas mãos ralam o bastão.

Quando perguntados sobre a origem do hábito, respondem que é *coisa dos antigos*. Sabe-se que o guaraná foi difundido por grupos indígenas da Amazônia, e é amplamente utilizado na região de Cuiabá.

MOUTINHO (1869: 209-212) refere-se ao uso generalizado do guaraná em Mato Grosso e afirma que ele é o principal artigo de comércio entre Mato Grosso e o Pará, no século XIX. O autor relata os

perigos para chegar até a região dos Maués, índios que comercializavam o produto. Atribuía-se os altos preços do guaraná aos perigos enfrentados pelos viajantes.

3.2. A Água e o Boi

Os pantaneiros de Mimoso sobrevivem há mais de um século em um ecossistema dominado pela presença e fluxo das águas.

Os mimoseanos vivem próximos a rios, córregos e baías muito piscosas. Uma adaptação rigorosa ao ambiente implicaria em que a alimentação básica fosse o peixe. No entanto, o peixe que mais apreciam é o pacu. De acordo com Sebastião, o único pescador profissional de Mimoso, se alguém oferecer um pintado isso se constituirá em ofensa, porque *pintado é comida de cachorro*. Nas águas, é possível pescar sem sair praticamente de casa; a enchente da Baía de Chacororé e de Sinhá Mariana alastra-se pelos campos alagadiços que estão a duzentos ou trezentos metros das casas dos mimoseanos. Traz consigo os peixes adultos e os filhotes que saem aos campos para a engorda e crescimento. Nada mais natural e mais "adaptado" ao ambiente, então, do que a pesca.

No entanto, a escolha é outra. Tradicionais criadores de gado, preferem a carne bovina e têm um evidente gosto por esta atividade produtiva. O gado sim, é que se adaptou ao meio ambiente distinto de seu habitat tradicional.

O gado - que é valorizado cultural e socialmente - não é utilizado intensivamente, como tampouco o é o leite das vacas. Quando perguntado sobre o leite, o senhor Moreno afirmou que tiram o leite para *amansar* o gado, caso contrário eles ficam *bravos*, uma vez que não têm contato com seres humanos. As vacas, segundo ele, são mortas apenas quando estão velhas. Quando eles se referem à criação de galinhas, aos porcos e à roça afirmam que é o *fazem só para a despesa*, querendo dizer com isso que não desempenham estas atividades com fins comerciais¹¹.

Enquanto a roça, a galinha e o porco são sempre colocados como alimentação, o rebanho bovino não recebe o mesmo *status*. Mas, nos finais de tarde, quando o gado volta dos pastos e se aproxima das casas é impressionante ver em que quantidade existe.

3.3. O Alagamento Permanente

A área alagável é a principal zona ecológica de Mimoso, tanto por sua função ecológica de manter a produtividade biológica, como por ser o espaço privilegiado para a criação do gado.

Em meados da década de 70, os mimoseanos localizam um problema que mudou suas vidas, trouxe novas necessidades, provocou a divisão interna da comunidade e novos arranjos para a sobrevivência do grupo: um aterro de mais ou menos 24 quilômetros foi construído na área alagável para sustentar a estrada que ligou Mimoso a Porto de Fora.¹²

¹¹- Semanalmente são abatidas duas ou três reses em Mimoso, que são imediatamente vendidas aos moradores locais.

¹²- Na década de 70, em correspondência com a política desenvolvimentista do governo militar, várias estradas foram construídas em Mato Grosso. No Pantanal, destacam-se a Transpantaneira, no município de Poconé, MT, e a rodovia que ligou Aquidauana a Miranda no Mato Grosso do Sul. Todas estradas de rodagem no Pantanal foram assentadas sobre aterros para possibilitar o trânsito de veículos durante as cheias. Ainda não foram analisados os impactos ambientais destas obras.

De acordo com o senhor Moreno,

(...) aí tinha água, o caminhão não andava. Aí o povo de um tempo pra cá, o cavalo não vale mais, o que vale é o caminhão, um carrinho. Então o povo tudo... pegou vim o carro na seca. Vinha aqui na seca, andava por toda parte. Na seca, no largo. Aí atolava, pegava chuveiro, tinha carro prá lá, prá cá, atolava, outro deixava a carga daqui, pro outro ano, com medo de estrada, então idearam esse aterro. E fizeram o aterro, e ficou muito bom. Mas acabou... o campo.

Há unanimidade entre os moradores ao explicar o crescente *embrejamento* das terras de Mimoso como consequência da construção do aterro. Este processo que se iniciou há cerca de vinte anos vem, ano após ano, diminuindo espaço das pastagens e alagou permanentemente parte da área alagável e transformou-a em um brejo sem possível utilidade.

Novamente recorremos à fala do senhor Moreno para explicar este processo de transformação ecológica após o aterramento:

E depois o lugar embebedô, cresceu o batume, cabô. Batume nasce da água. A água cria, aí vem o guapé, aquela coisa redonda que a senhora vê aí. Desse guapé, vem criando folha, aí por fim, quando chega na seca, a senhora anda até por riba, debaixo tá duro... assim, a água não corre mais. Não corre nem por cima, não é possível.

Este senhor, um dos mais antigos do lugar, continua explicando após da formação do *batumá*, em seguida surge o *piunal*. Ele explica que

(...) piuná é pau, é tipo cipó, mas ele sai como pau. Agora aquele ele sai aqui, daqui ele sai por baixo assim, toda folha para nele, e ele vai criando. Aí vira batumá e piuná... dá quase duas altura dessa casa, cinco altura dessa casa. Macega, esse aí não tá mais de brincadeira.

De acordo com ele *macega* é mata,

(...) mata de cipó e capim, aí é tudo; é macega. Mas ali só capivara é que entra, e sucuri e jacaré. E o culpado disso foi o aterro.

A colonização de águas abertas, por macrófitas aquáticas, (tipo aguapé) favorece, através da decomposição, a formação de um substrato de matéria orgânica (batume) sobre o qual se desenvolvem arbustos (piuná) e mesmo árvores. A substituição de espécies, tão bem descrita por Seu Moreno, desde as plantas aquáticas até a instalação de árvores, caracteriza o processo ecológico da sucessão.

A grande extensão de áreas que ficaram permanentemente inundadas, após a década de 70, em Mimoso, favoreceu o aparecimento de novas unidades de paisagem, como o *batumá*, onde predominam as macrófitas aquáticas *Eichhornia crassipes*, *Eichhornia azurea* e *Scirpus cubensis*, a *piuná*, composto por representantes da família das Onagraceas; o *cambarazál*, dominado pelo *cambará*, *Vochysia divergens* e a *macega*, árvores e arbustos de diversas espécies.

Os moradores afirmam que havia a possibilidade de construir a estrada no sopé do morro mas, por não haver concordância e por *questões políticas* que não explicitaram, o aterro foi feito em um lugar que alterou a passagem e a volta das águas após as cheias (figura 4).

Como resultado, nestes quinze anos, pelos cálculos dos mimoseanos, ficaram permanentemente inundados cerca de 18.000 hectares de áreas que anteriormente eram produtivas, do ponto

de vista da pecuária. Esta inundação, ou, para usar o termo local, *embrejamento*, atingiu parte da sesmaria de Mimoso (Morro Redondo) e parte da sesmaria de Morro de Meio.

Embora haja uma concordância quanto aos reflexos da construção do aterro, os mimoseanos quando perguntados se já havia uma tendência natural à inundação permanente, respondem que sim. Neste momento da entrevista, eles se lembram que há muito tempo atrás eles se juntaram para fazer dois córregos: vinte homens trabalharam durante três meses para drenar as águas para a baía do Chacororé.¹³

Seu Moreno foi o coordenador dos trabalhos de drenagem, e lembrando-se, afirma:

*Sequei o campo; correu o peixe da lagoa e sequei o campo tudinho.
Quando foi outro ano, caminhão ia lá andando na baía... Mas agora não é mais
dois corgos pra secar, agora é quatro pra poder secar.*

Estes córregos, para continuarem dando vazão à água deveriam ser limpos anualmente, porque a tendência é o fechamento das bocas impedindo a água de chegar à baía do Chacororé.

¹³ - Deve-se notar aqui a importância da ação humana na conservação da paisagem pantaneira e como ela não ocorreu, a paisagem modificou-se. Em Mimoso, os pastos são mantidos através de manejo, pois a cada período de enchente e posterior vazante, ocorre uma invasão de várias plantas e o carandazal e algodão, sobretudo, invadem o espaço humano utilizado pelo gado. A área com esta intrusão é chamada por eles de *suja*, em oposição ao *limpo*, que é o pasto conservado apenas com gramíneas. O natural aqui é mantido pela ação humana e a natureza é afastada pela cultura.

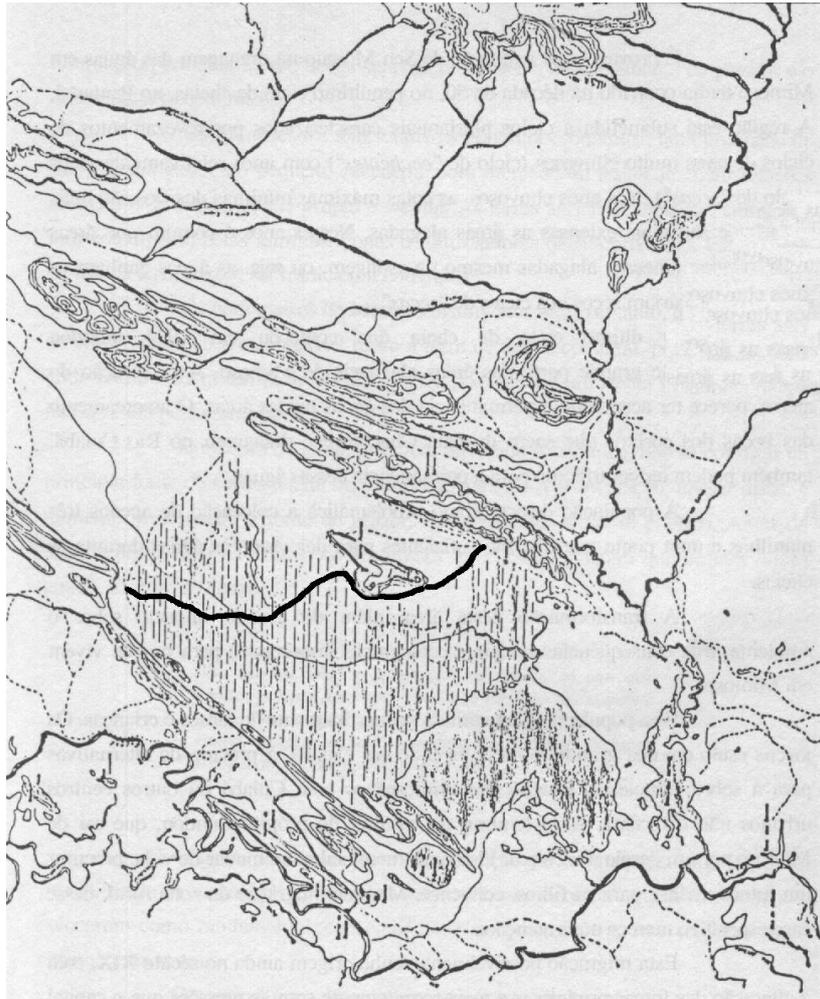


FIGURA 4 - Localização do Aterro na Área Alagável.

É provável que a atuação de Seu Moreno na drenagem das águas em Mimoso tenha ocorrido na década de 50, no penúltimo ciclo de cheias, no Pantanal. A região está submetida a ciclos plurianuais caracterizados por revezamentos de ciclos de anos muito chuvosos (ciclo de *enchentes*) com anos relativamente secos (ciclo de *secas*). Nos anos chuvosos, as cotas máximas/mínimas dos rios são mais elevadas e são mais extensas as áreas alagadas. Nesses anos é comum que áreas alagáveis permaneçam alagadas mesmo na estiagem, ou seja, as águas ganham os espaços que ficariam secos nos ciclos de *secas*.

O último ciclo de cheia que começou em 1974 inundou permanentemente grande parte das áreas alagáveis de Mimoso. A construção do aterro parece ter acentuado a permanência das águas nessas áreas. O assoreamento das bocas dos corixos que saem da baía Chacororé e desaguam no Rio Cuiabá, também podem ter contribuído para a permanência dessas águas.

A população detecta como problemática a colocação de apenas três manilhas e uma ponte na estrada, insuficientes para drenar as águas durante as cheias.

A transformação desta área, além do grande impacto sobre o ambiente, traz conseqüências sociais e econômicas importantes para os que vivem em Mimoso.

Esta população é constituída primordialmente de idosos e crianças. Os jovens estão em sua grande maioria vivendo em Cuiabá, à procura de alternativas para a sobrevivência. A ligação dos mimosoanos com Cuiabá ou outros centros urbanos não é recente, basta lembrar a trajetória do próprio Rondon, que sai de Mimoso por um desejo de seu pai. Ideologicamente falando, mudar de vida, procurar um futuro melhor para os filhos, convence. Mas esta migração da zona rural, nesse caso específico merece mais atenção.

Esta migração possivelmente tenha origem ainda no século XIX, com a alteração das forças produtivas e mais recentemente com as pressões que o capital exerce sobre comunidades não completamente inseridas no modo de produção capitalista. Neste caso particular, pode-se afirmar, com alguma tranqüilidade, que as pressões ambientais, com a diminuição da capacidade real das pastagens, a extinção local das madeiras de lei, o aumento de plantas invasoras e a perda de terras por inundação permanente, são decisivas para promover o desgarramento de pessoas e o esfacelamento de famílias.

Os mimosoanos têm relativa autonomia econômica, uma produção de subsistência com um pequeno excedente para mercado ou festas, mantêm relações de troca e de solidariedade grupal e vicinal. As terras agriculturáveis são cultivadas individualmente pelas famílias, donas e controladoras de sua produção. Este padrão de uso da terra parece ser tradicional entre eles.

Os pantaneiros de Mimoso distinguem-se, no entanto, quanto à forma de criar o gado na área alagável: usaram, até recentemente, a terra de forma comunal, porém a posse do gado não o é. Esta forma de utilizar a terra pode ser de influência indígena, talvez, incorporada pela sesmaria.

O criação de gado, principal atividade econômica, não se constitui na principal fonte de subsistência, no sentido de garantir a alimentação; apesar disso, é alimento preferencial e fonte de prazer, quem sabe de prestígio político. Antes da inundação da área na década de 70, nossos informantes relatam que tinham muito gado¹⁴. Depois do aterro,

(...) o gado foi cabando, um vai vendendo, o outro não vendeu, mas o gado vai morrendo, aí tem que vender porque o campo acabou, e tar num sei o que, e acabou a criação e acabou o lugar. Porque o gado rasga, acabou o gado pra rasgar. E depois o lugar embededô, cresceu o batume, acabou.

¹⁴ Os primeiros rebanhos de gado chegaram em Mato Grosso em 1737, porém a pecuária consolidou-se apenas em finais do século XVIII, com a diminuição dos ataques dos Paiaguá. (Borges, 1991: 84)

O gado parece ser também condição de emancipação dos jovens e possibilidade de conseguir casamento; alguns recém-casados com quem conversamos afirmaram ser fundamental conseguir algumas cabeças de gado e construir uma casinha para morar.

O acesso à terra dá-se pelos seguintes mecanismos:

a) venda de porções do terreno, ou melhor dizendo, venda dos direitos de uso. No cartório local existem cerca de dez documentos de passagem dos direitos a terceiros, onde predomina a passagem de irmão para irmão. Eles relataram a venda de direitos para estranhos, como na Mata Verde, no outro lado do morro, e afirmaram que (...) *lá já está tudo misturado*.

b) a outra modalidade de passagem de direito é dada pelo casamento. Se o casamento é endogâmico, naturalmente os casais fazem suas roças e constroem suas casas.

Caso o casamento ocorra dentro da modalidade exogâmica, o cônjuge de fora, passa a morar dentro da sesmaria e adquire automaticamente, através do casamento, o direito de usar a terra em todas suas possibilidades: cultivar, criar gado e outros animais domésticos. O que se pôde observar é que quem vem de fora é incorporado pela comunidade e adquire os hábitos e padrões de comportamento do lugar. A única exceção parece ocorrer com o pescador Sebastião, que veio da Baía Sinhá Mariana e manteve sua tradição de pescador e não adquiriu hábitos de criador de gado.

As tensões sobre a divisão da terra parecem ser em parte resolvidas pelo processo migratório dos mais jovens. O que não parece ter solução são aquelas advindas do processo de alagamento permanente. Com ele, aliada a uma concepção da propriedade privada da terra, advinda da Lei de Terras, e da própria convivência com vizinhos fazendeiros e com pequenos proprietários recém chegados, começa a surgir uma contradição quanto ao uso e à forma de acesso à terra.

3.4. As Cercas

Já foi dito que Mimoso foi uma sesmaria - *Sesmaria de Morro Redondo* - doada a Joaquina Gomes, provavelmente no início do século XIX e medida em 1841, apenas nove anos antes da Lei de Terras, que promoveu o regime da propriedade privada da terra. Através de casamentos sucessivos e da instituição da endogamia, os direitos ao uso comum da terra passaram de geração a geração. A partir da década de 60 algumas famílias começaram a vender os direitos a pessoas provenientes, principalmente, de estados do sul, que começaram a imprimir uma nova fisionomia na ocupação da terra, trazendo um outro modelo de agricultura e de pecuária praticado, bem como a inauguração de *propriedades* cercadas. Apenas era possível a venda de direitos de ocupação, uma vez que Morro Redondo ainda era legalmente uma sesmaria que não havia sofrido desmembramento de suas terras e portanto não tinha propriedades passíveis de compra e venda.

É neste contexto que surgem as cercas individualizando propriedades, dividindo famílias, aprisionando o gado e, possivelmente, inviabilizando este padrão de vida. É neste contexto, também, que surge uma grande cerca, que se inicia nas pastagens próximas ao núcleo de Mimoso e em linha reta quase chega na Baía de Chacororé. Esta cerca separa a área alagável, ou *largo* com manejo que sustenta boas pastagens, da área alagável *suja* por cambarás.

Antes não tinha cercado. Antes tinha o campo. A criação vivia no campo. As terra daqui tá virando em cercadinho, um cercadinho. Cada um tem seu pedacinho.(morador de Mimoso)

Quando perguntamos como esse processo se iniciou, eles afirmam que chegaram

uns moços na ponta do morro e começaram a cercar.

A chegada de *gente de fora* trouxe uma tensão entre estes e os moradores antigos, os *do lugar*. Os primeiros relataram ameaças constantes de expulsão, caso os herdeiros assim o decidissem, fato que, em teoria, poderia ser concretizado pela situação legal das terras das sesmarias. Os mimoseanos também se sentiam extremamente ameaçados pela presença dos de *fora* que praticavam uma agricultura e criavam gado em padrões mais capitalistas.

Além disso, os migrantes também criticavam - e ainda criticam - os mimoseanos pela forma como organizavam suas atividades econômicas e seu dia a dia, acusando-os freqüentemente de ignorantes e preguiçosos. Um dos exemplos mais suaves desta crítica é acusação de que os mimoseanos não tomam café da manhã e as crianças vão para a escola em jejum, o que traduz ignorância e preguiça, no entender dos que chegaram depois. No entanto, o que se observou é que o desjejum, com características próprias, é substancial e consiste em gemadas, bananas fritas, *quebra torto*, carne seca pilada com farinha de mandioca, etc.

Aparentemente esta tensão, acusações e temores mútuos foram a mola propulsora para o início do processo de cercamento e individualização de uma terra que antes era comunal, pelo menos no que se refere às pastagens localizadas nas áreas alagáveis, embora as roças e casas já ocupassem terras repartidas entre famílias extensas e as cercas fossem habituais.

Depreende-se portanto que as terras comunais eram as de pastagens, no *largo*, e o acesso a terras de cultivo - no *firme* - era dado por regras próprias e locais, que não passavam pela aquisição através do dinheiro, mas supõe-se que pudesse ter havido, em tempos anteriores, uma espécie de dote para o matrimônio.

Na versão dos moradores, uma família que havia adquirido direitos de um dos mimoseanos, em face às constantes ameaças dos moradores antigos de que seriam expulsos e teriam suas casas e pertences queimados, chama o INTERMAT - INSTITUTO DE TERRAS DE MATO GROSSO - para medir as terras adquiridas mediante a compra dos direitos de uso. O objetivo era que, através do registro em cartório, eles obtivessem o respaldo legal para ocupá-las e que a cerca que fizeram fosse um marco simbólico desta legalidade. Ainda de acordo com os moradores, este foi o início de uma avalanche de cercas que finalmente obrigou que todos se submetessem a este processo.

Por esta medição, elimina-se o padrão de posse da terra em Mimoso, baseado em direitos históricos. O novo padrão é constituído de pequenos módulos escriturados em nome de particulares que compõem a comunidade de Morro Redondo. Acrescente-se que estes pequenos módulos serão cercados por grandes fazendas, o que certamente deixará seus proprietários mais suscetíveis a pressões externas.

Novos conflitos surgiram por este motivo, uma vez que o INTERMAT não obedeceu ao padrão tradicional da ocupação pelas famílias, promovendo medições geométricas de tal maneira que algumas famílias, mais ao centro de Morro Redondo, ficaram sem terras ao final dos trabalhos de demarcação. Este fato aumentou ainda mais as pressões, já graves, em decorrência do alagamento permanente de uma parcela significativa de Morro Redondo provocado pela inundação de 1974 e pela construção do aterro da estrada que liga Mimoso a Porto de Fora.

Como a simetria das medidas oficiais não levou em conta a lógica local, contribuiu para o aumento das tensões.

A cerca que tava quando ele entrou aqui e mediram, tava como tá. Até tem, isgüeiou, trapaçou tudo, porque diz o agrimensor que não podia tirar na linha da cerca (isto é, a cerca feita por eles próprios)... E ninguém pode arrumar, trocar a cerca porque ainda não tem documento.

A cerca contribuiu para estabelecer um cisão entre os moradores do largo, que dividiram-se entre si e não conseguiram juntar forças para lutar contra os de *fora*.

3.5. Pastos Comuns

Os pastos comunais, estendem-se da fralda do morro até as margens da Baía de Chacaroré; na lateral esquerda limitam-se com a Fazenda Agropastoril Brasileira S.A., de propriedade dos *alemães*, e na direita, com a estrada que dá acesso a Mimoso.

Outra consequência decorrente do processo de individualização das terras foi a divisão e cercamento do pasto comunal, que ocorreu no largo de Mimoso.

Anteriormente às cercas, durante as cheias, o gado deslocava-se para os morros e ganhava o outro lado. Desta maneira, a sobrevivência dos animais estava garantida, pois as terras do outro lado do morro não são alagáveis. Com os cercados, o gado fica confinado e sem espaço para movimentar-se, a não ser o da própria estrada, onde a pastagem é insuficiente. Aqui, o motivo apontado por Seu Moreno para a diminuição do gado.

Nas cheias, além disso, a área alagável não pode mais ser utilizada como pasto porque,

E depois lá choveu, alagou. Alagou o pasto, arruína. E aí sai (o gado). E aí é hora do cercado.

Seu *Chichito*, considerado o maior criador de gado em Mimoso, lamenta que cada vez mais esteja ficando inviável esta atividade.

Como o gado ficou aprisionado pelas cercas e pelo *embrejamento*, resta a alternativa de arrendar pasto durante as cheias. E onde existe pasto para ser arrendado?

É justamente a resposta a essa pergunta que explica uma grande clivagem entre os moradores de Mimoso pois as melhores pastagens estão na área alagável, cercadas e separadas dos bosques de cambará.

Mais do que uma simples divisão do espaço, esta cerca simboliza uma divisão política e a possibilidade de exploração econômica dos que estão no *largo*, sobre os que estão do *lado de lá*, isto é, nos locais onde a paisagem foi modificada por plantas invasoras, tais como o cambará.¹⁵

As medições, realizadas pelo INTERMAT partiram desta cerca em direção aos limites mais extremos de Mimoso e abarcando a maior parte das famílias. Ocorre que as 29 famílias nas pastagens

¹⁵ - A identificação de plantas invasoras como o principal problema no manejo de *largos* para pastagens é comum tanto para os pantaneiros de Mimoso, que os manejam de forma comunal, como para os pantaneiros de Poconé, que o fazem de maneira individualizada, nas grandes fazendas. Nas áreas alagáveis do Pantanal, a sucessão ecológica ocorreu de forma acelerada nas últimas décadas; provavelmente as espécies de plantas que conseguiram estabelecer-se em *largos* na fase seca do ciclo pluri-anual de chuvas do Pantanal, nas décadas de 50 e 60, encontraram condições para sua expansão, por serem plantas de crescimento rápido, com produção elevada de sementes e altas taxas de natalidade. Estas características favoreceram seu estabelecimento e dificultaram a ação controladora das enchentes, mesmo com a fase de cheia pluri-anual, na década de 70.

manejadas preferiram continuar usando pastos comunais e recusaram-se a fazer os *cercadinhos* dividindo as posses familiares.

Como as melhores pastagens não estão seccionadas por cercas, a viabilidade de manter mais cabeças de gado é muito maior. Desta forma, estes proprietários comunais arrendam o pasto para os demais moradores. Este comportamento gera um conflito e uma revolta surda entre os que têm que pagar pelo uso de pastagens, antes de livre acesso a todos. Um morador mais revoltado afirmou que

Isto não é justo. A terra não é de todo mundo? Pra que pagar então?

Em contrapartida, o pessoal do pasto comunal manejado acusa os demais de terem inviabilizado a criação de gado cercando suas posses. São rebatidos, por sua vez, com o argumento de que estas 29 famílias foram muito espertas porque a qualidade e extensão de seus pastos é muito superior aos demais.

Estes, por sua vez, ao procurar uma explicação razoável para o fato do arrendamento, argumentam que

eles não zelam pelos pastos, eles não têm pasto porque não limpam. Tem que manter a limpeza, senão acaba tudo; moita de espinho, mata pasto, cambará. Se não cuidar do cambará, acaba tudo.

(Seu Antônio, Mimoso, dez. 91)

Estas 29 famílias também se identificam como legítimos descendentes do Marechal Rondon e afirmam que os outros casaram-se, em sua maioria, com gente de fora, o que parece não corresponder totalmente à verdade.

O senhor Chichito e o senhor Prudente, que perderam o acesso ao largo comunal, também relataram a necessidade de *limpar* o pasto constantemente de plantas invasoras. Apontaram o cambará como um problema permanente.

Se descuidar um pouquinho, vira cambarazal.

(Seu Prudente, Mimoso, dez. 91)

Eles mencionaram ainda que estão tendo problemas com o IBAMA (INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE) que não permite o desmatamento do cambará, que se não for devidamente controlado se transforma em bosque em pouco mais de oito anos, roubando-lhes mais áreas de pastagem.

Como se vê, o nível de complexidade da realidade de Mimoso é imenso e abrange desde a alteração das forças produtivas no século XIX, até alterações naturais e antrópicas, abrangendo ainda a política de terras, e mesmo a política ambiental.

Mas, apesar disso tudo, os mimoseanos continuam levando e reproduzindo seu padrão de vida, ano após ano, ao ritmo das águas, da cheia e da vazante, criando o gado e adaptando-se aos novos contornos ambientais e sociais.

O cercamento e a divisão do pasto comunal - que fica na área alagável - coincide, aparentemente, com a medição do INTERMAT. A decisão de cercar o pasto partiu dos que reivindicavam a descendência legítima de Marechal Rondon - que totalizam 29 famílias - liderados por uma pessoa com grande prestígio político. A construção da grande cerca foi realizada por um grupo de homens que, armados, realizaram o trabalho e ao mesmo tempo em que ameaçavam de morte quem se opusesse ao cercamento.

Este fato provocou uma clivagem entre os mimoseanos, uma vez que o pasto cercado, anteriormente comunal, e utilizado por todo o rebanho, passa agora, por meio da força, a ser utilizado apenas pelo gado das famílias que vivem em frente a ele, ou então através do arrendamento, mediante um pagamento que depende do número de rês colocadas.

Apesar de ser comum, no entanto, os direitos de uso não são iguais. A quantidade de rês que podem ser colocadas no pasto comunal depende da extensão de terras que cada família tem dentro dele, o que é determinado pela largura das posses, no *firme* onde estão localizadas as casas. Esta determinação é anterior ao processo de parcelamento das terras e parece estar ligada às benfeitorias realizadas no *firme*, tais como casa, curral, árvores plantadas, etc. Tentando explicar melhor, é como se fosse traçada uma linha imaginária a partir dos dois limites laterais, ou das cercas individuais das posses das famílias nucleares, na *fralda* e que se estendesse até o final do largo, o que resulta às vezes em faixas estreitas de 50 ou 60 metros por dois quilômetros, profundidade aproximada da área alagável, que se constitui no pasto comunal.

Como eles calculam que o pasto suporta uma rês por hectare, durante o período sem chuvas, a quantidade de rês que podem usufruir destas pastagens é definida pelo tamanho das terras que cada um dispõe¹⁶. Este limite parece não ter sido rigorosamente respeitado, porque em 1992 registraram-se reclamações de que algumas pessoas não obedeceram a esta norma, o que provocou um esgotamento prematuro do pasto devido ao intenso pisoteio dos animais.

Este atual pasto comunal - com superfície aproximada de mil hectares, de acordo com eles - tem excelentes condições de pastagens. Aí predomina o capim mimoso, mas na vazante o algodão (*Ipomoea fistula*) e outras plantas tendem a substituir a forrageira anterior e isso demanda uma ação coletiva para garantir a produtividade dessa área de pastagem. No final da estação seca os homens *batem*, isto é, derrubam o algodão e as águas terminam esse trabalho eliminando as raízes das plantas.

Os que cercaram o largo acusam os demais de não terem cuidado do restante das pastagens e de quererem utilizar o espaço sobre o qual eles investem muito trabalho e muito manejo. Os que não foram incluídos pelo limite da cerca, protestam porque perderam acesso ao lugar que antes era comum a todos.

Há ainda um segundo pasto comunal compartilhado por treze famílias, em área contígua ao anterior, que parecem ser mais pobres do que os moradores do largo. Porém, esse pasto está quase que completamente invadido pelo cambará, pelo algodão e pelo espinheiro e quanto mais distante do largo, piores são as condições das pastagens, maior é a presença de plantas invasoras e maior a ocorrência do cambará.

É importante lembrar que, progressivamente, os pantaneiros mimoseanos vêm encontrando dificuldades para reproduzir um padrão anterior de vida que eles caracterizam como *tempo da fartura*. A construção do aterro e o alagamento permanente que lhes roubou muitas terras, as cercas que impedem a fuga do gado, durante o período das cheias, que atualmente ficam restritos aos quintais e mesmo a maior densidade populacional, impede que o rebanho se expanda, obrigando - com raras exceções - que seja muito pequena a média de cabeças de gado por família, sem mencionar os fatores de ordem sócio-econômica.

A média é de apenas 29,04, o que é possível porque alguns têm cerca de 120 cabeças, enquanto outros têm nenhuma, uma ou duas rês apenas. Estes números, quando contrapostos aos relatos de sete a dez mil cabeças de gado em tempos passados, mostram o empobrecimento brutal dos mimoseanos.

3.6. O Gado em Mimoso

¹⁶ - Segundo ANTUNES (1986) uma cabeça de boi ocupa de um a três hectares, de acordo com as diferentes qualidades das pastagens do Pantanal.

A quantidade de cabeças de vaca e o número de cavalos é bastante variável entre as diversas famílias mimoseanas, oscilando entre 120 cabeças a apenas uma ou nenhuma. A maior concentração de bovinos e equinos ocorre no chamado *largo* de Mimoso, área alagável com pastagens mais propícias, e ainda, onde moram os moradores mais antigos e mais tradicionais, no sentido de descenderem de Joaquina Gomes, a primeira dona da Sesmaria de Morro Redondo¹⁷.

Em geral os entrevistados não gostam de informar o montante do rebanho, resistem e somente após alguma insistência é que se obtém esse dado. Todos são unânimes em dizer que antes do aterro (1976), alguns tinham até dezoito mil cabeças, e que o gado ocupava desde o *largo* até a Baía de Chacororé. Eles afirmam que os mais pobres tinham oito mil, mas que o embreçamento de parte da área alagável, provocou uma retração na criação de gado e um grande empobrecimento dos mimoseanos. O período anterior a 1976 é lembrado com saudade, como um tempo bom, quando podiam dedicar-se ao que mais gostam, isto é à pecuária, e quando tinham fartura de alimentos.

A individualização das propriedades com a construção de cercas na área alagável comprometeu ainda mais a criação de gado, na medida em que muitos perderam o acesso aos pastos comunais e o rebanho ficou limitvado a um pequeno espaço. A alternativa que resta é arrendar áreas no grande pasto comunal, quando o número de cabeças de gado é grande; quando os proprietários, não têm recursos para o arrendamento, o gado tem que procurar alimento nas margens da estrada e das cercas.

TABELA III - Número de Cabeças de gado em Mimoso (amostragem)

FAMÍLIAS ENTREVISTADAS	VACAS	CAVALOS
01	01	01
02	0	0
03	-	01
04	-	-
05	20	01
06	20	03
07	15	01
08	90	11
09	115	03
10	80	03
11	25	-
12	09	02
13	120	?
14	10	01
15	100	-
16	05	-
17	0	-
18	0	-
19	0	-
20	0	-
21	0	-
Média:	29,04 cabeças por família	

¹⁷- Eles fazem uma distinção entre *gado* e *animal*, o primeiro referindo-se ao rebanho bovino, e o segundo ao equino.

• *Alimentação do Gado na Vazante*

Os períodos da cheia e início da vazante e enchente são problemáticos para o gado, em função da diminuição das terras disponíveis para o forrageio e do processo da divisão das terras com cercas. No final das cheias, quando o pasto está submerso, os rebanhos ficam restritos a uma pequeníssima faixa entre dez a trinta metros de largura onde disputam a alimentação restante.

Outro aspecto problemático deste período é a ocorrência de piranhas na área alagável. É sobretudo no início da enchente que elas atacam os úberes das vacas, algumas vezes de uma forma que estas não poderão mais amamentar ou fornecer leite. Os mimoseanos relataram perda de reses por ataques de piranhas. Na vazante as piranhas não apresentam o mesmo perigo.

Durante as cheias, quem tem alternativa retira o gado para locais não alagáveis ou arrenda pastagens em lugares mais secos e mais protegidos. Os que não podem pagar, mantém o rebanho no *cercado* sob pena de sofrimento para os animais, devido à restrição alimentar ou espacial. De acordo com eles, o início da vazante é um período de pouco alimento e de doenças.

Os mimoseanos reclamaram da pouca ocorrência de chuvas na estação chuvosa de 1991, para eles um ano particularmente seco. Um ano com baixa precipitação pluviométrica significa uma vazante mais curta e um período de seca mais prolongado, o que afeta mais ainda a oferta de alimentos e de pastagens para o gado.

Algumas famílias possuem terras em lugares mais secos, mais *firme*, como eles dizem, sítios onde podem plantar e levar o rebanho de uma maneira que o gado sempre está bem cuidado, enquanto outras têm parentes (irmãos principalmente) que emprestam as pastagens. Mas esta não parece ser a situação da maioria que, nos tempos das águas, têm que manter o gado no cercado. Este sobrevive com alimentação que encontra, isto é, folhas, cipós e eventualmente algum capim.

Quanto à oferta de pastagem, os únicos capins que permanecem o ano inteiro são a *grama forquilha* e o *língua de gato*, ambos plantados na área não alagável, mas que de acordo com os proprietários não tem rendimento porque ficam no cercado, isto é, no *firme*.

Algumas famílias plantam o capim braquiária (*Brachiaria decubens*) nas partes secas. Este parece ser mais resistente aos ciclos, já que na seca, quando o forquilha e o língua de gato estão praticamente desaparecidos, o braquiária se apresentará muito seco, mas ainda prestando-se à alimentação do gado.

Os pastos comunais são localizados na área que é intensamente alagável e recobertos pelo capim mimoso, natural da região. O capim mimoso desaparece durante a estação das águas, quando fica submerso, e ressurgem em pequenas quantidades na vazante naqueles locais em que a água reflui. Na seca ocorre principalmente nas áreas alagáveis, mas no final deste período, apresenta-se mais ralo e quase insuficiente para alimentar o gado.

O *capim forquilha* também é plantado na fralda do morro pelas 29 famílias que vivem no pasto comunal mais produtivo, do lado esquerdo da cerca. Durante a vazante este capim apresenta-se verde e viçoso.

Em casos de falta de pasto, o gado come o chamado *algodão*, (*Ipomoea fistula*) planta tóxica, que cresce nas áreas alagáveis e mata os animais. O *algodão* ressurgem com o refluxo das águas, a partir de abril ou maio, e assim como o cambará (*Vochysia divergens*) tende a dominar a paisagem natural das pastagens de capim mimoso. O algodãozinho é reconhecidamente tóxico, pois:

No primeiro ano, engorda. Depois intoxica, começa a emagrecer e vai endurecendo o livro (rímen). E o leite vai secando, o livro e a vaca morre.
(Seu Alcebíades)

O algodão mata no segundo ano que come. Morre tísico. No primeiro ano engorda, depois fica magro. O que come não tem duranço. (Mimoso, maio de 1992)

O algodão é uma das invasoras, consideradas *pragas*, que infestam os pastos de Mimoso e é combatida com maior intensidade no pasto comunal, já no início da enchente. O gado alimenta-se dele apenas quando não tem alternativas com relação a outros alimentos, mas parece apreciá-lo porque no período de vazante há oferta infinita de aguapé, e eles não o comem. Eventualmente vê-se alguns cavalos comendo aguapé, mas os mimoseanos disseram que o gado não gosta deste vegetal.

Os animais não comem aguapé. Respeita, pode morrer de fome, mas não come.

(Mimoso, maio de 1992)

O único reforço alimentar que os mimoseanos oferecem aos rebanhos é o sal, preferencialmente dado na lua nova; já os moradores que vieram do sul e sudeste complementam a alimentação com cana-de-açúcar, mandioca, e eventualmente milho, além do sal.

• *O Gado na Seca e na Enchente*

No ano de 1992, com relação ao ciclo das águas, observou-se que a cheia foi muito grande, a vazante ocorreu de maneira muito rápida, a seca foi muito pronunciada e breve, enquanto a enchente começou bastante cedo, pois em novembro e dezembro o largo, bem como o aterro de Mimoso, alagaram-se com muita rapidez.

O início da seca, julho e agosto, é considerado pelos mimoseanos muito bom para a produtividade dos pastos, uma vez que logo após a vazante eles se apresentam muito verdes e altos e somente declinarão a partir de outubro ou novembro. O período observado porém foi atípico; em agosto as pastagens já se apresentavam muito ressequidas e o gado já procurava outros tipos de vegetação para se alimentar, como o algodão e folha de cambará. Neste mês, o leite tirado das vacas, com apenas uma exceção, a de uma família de gaúchos que planta o braquearão e maneja o gado de forma diferente - estava limitado a uma média de um litro e meio por rês. Este fato obrigou, pelo menos àqueles que tinham possibilidades financeiras, a procurar o arrendamento do pasto comunal antes do período habitual, mais ao final da seca. O pasto comunal apresentava-se bastante ressecado, porém com boa qualidade, mas apresentou esgotamento muito rapidamente. Alguns proprietários foram acusados de desrespeitarem o limite calculado de rês por hectare, aceitando o arrendamento de mais cabeças do que tinham direito. Apesar disso, as condições das pastagens eram visivelmente piores quanto mais distantes do largo e algumas famílias não estavam ordenhando, a não ser em caso de extrema necessidade.

Em setembro de 1992, chuvas ocasionais revitalizaram as pastagens e observou-se um movimento incomum em torno do gado. Muitos homens nos pastos, a cavalo, mas principalmente nos finais de tarde os trabalhos se acentuavam. Em agosto, o gado estava muito distante, em especial o que estava alojado no grande pasto comunal, pois havia se retirado, à procura de alimentos, para regiões mais próximas à Baía de Chacororé, enquanto os demais internavam-se nos cambarazais ou perambulavam pelas estradas internas. Em setembro, o gado havia retornado para locais mais próximos ao firme.

Apesar da recuperação das pastagens, a quantidade do leite permaneceu muito pequena em função do reaparecimento da mosca do chifre, que *tira o sossego do gado* e que ataca principalmente rêses de pelos escuros.

Em novembro o gado apresentava-se bastante magro. As cheias prematuras dificultaram o acesso ao capim mimoso, que *morre* nas primeiras chuvas. Quem não tinha alternativas para retirá-lo para locais mais secos, teve que contentar-se em manter as rêses nos quintais onde plantam capim, porém o espaço é exíguo e insuficiente para os rebanhos. Em dezembro a situação já estava mais séria, uma vez que o largo estava completamente inundado e o gado mais magro e circulando pelas estradas ou circunscritos aos quintais.

• *Manejo do Gado*

A lenda de que os mimoseanos *são criados pelo gado*, e não o contrário, é motivo de reprovação para *os de fora*, enquanto que para eles, é motivo de orgulho. O fato do gado *criar os mimoseanos*, significa entre outras coisas, que a manutenção dos rebanhos não demanda um trabalho muito intenso.

Por volta das quatro ou cinco horas da manhã as famílias ordenham as vacas que estão produzindo leite, ato que eles denominam de *leitear*. Considera-se uma boa vaca leiteira aquela que produz entre quatro a cinco litros de leite nos períodos mais favoráveis, isto é, entre setembro e novembro. Esta quantidade resume-se a um ou dois litros de leite por vaca no final da vazante e durante a seca.

O leite tirado não é comercializado, segundo eles, devido à falta de transporte, e é usado apenas para as *despesas*, isto é, para consumo da família. Posteriormente à retirada de uma parte para as crianças e para os adultos beberem, em casos onde haja excedentes, fazem queijos e doces, usam ainda o soro como alimento para os porcos. Eventualmente, presenteia-se uma família mais necessitada. Queijos e doces são levados para os filhos que moram em Cuiabá, quando os pais os visitam, ou quando estes são visitados pelos filhos.

Em geral, *leiteiam* as vacas presas apenas uma vez ao dia. Os bezerros são separados - *apartados* - das mães à tarde e dormem juntos, em geral, presos em um pequeno curral quando o dono o tem. Pela manhã, mamam primeiro e apenas depois disso é que se procede à ordenha. Dependendo da época do ano e da qualidade do pasto, tiram mais ou menos leite para não *judiar* muito das crias. As prioridades para o consumo do leite são dadas às crianças, quando as famílias as têm, e aos bezerros. Em função disto, aparentemente, procura-se tirar o mínimo de leite possível para que o bezerro não seja prejudicado.

Muitas vezes, alguns moradores disseram que tiram o leite apenas para amansar o gado. Isso porque, sobretudo no final da vazante e na seca, o gado tende a internar-se nos cambarazais e em regiões mais distantes, perdendo o contato com os seres humanos, fato muito comum no Pantanal do Mato Grosso. Conhecido como baguá, o boi ou vaca que se cria nos ermos desabitados, com o passar dos tempos, transforma-se em animal perigoso e de difícil trato, servindo apenas para o corte. E o gado bravo não interessa ao mimoseano que, como já ficou claro desde o início da pesquisa, tem especial prazer com sua criação, muito maior que com o retorno econômico que ele proporciona.

O gado não *leiteado* pode, em caso de disponibilidade de espaço e de pastagem, ficar separado das vacas com crias e que estão produzindo leite. Neste caso, à tarde, entre duas e quatro horas da tarde, os homens vão, à cavalo, até onde o gado está pastando, observar se há alguma rês doente, com bicheira, ou necessitando de algum cuidado especial. Este procedimento também é importante para que o gado manso não

se transforme em bravio. No final da tarde, as rês naturalmente retornam ao cercado, sem a necessidade de serem conduzidas. Neste horário e ainda durante a noite permanecem perto das casas de seus donos e na manhã seguinte, procuram novamente os pastos.

Durante a cheia e no início da vazante este vaivém é mais ou menos restrito, uma vez que as águas diminuem muito o espaço de perambulação dos rebanhos. Neste período, a quantidade de gado que permanece em Mimoso é muito menor, em comparação com a da estiagem e da enchente.

As crianças desde bem cedo, por volta dos seis ou sete anos de idade, iniciam o aprendizado na *lida* com os animais. Assim que podem montar a cavalo, começam a desempenhar pequenas tarefas que consistem em *apartar* umas poucas vacas com bezerros ou procurar as rês que se afastaram do cercado. Um menino, cujo pai pediu para buscar cerca de doze vacas leiteiras, para que fossem *apartadas*, disse que não conseguiria trazê-las. O pai insistiu e ele obedeceu. Quando saiu, o pai comentou:

Isso é desculpa dele. É que ele quer ir no mato tirar mel.

Passados cerca de vinte minutos, ele estava de volta no cercado e *apartou* as vacas sem nenhum problema. Ele fez este serviço, acompanhado de uma criança que tinha cerca de cinco anos.

A pecuária é tarefa eminentemente masculina, da qual as mulheres são totalmente excluídas, entretanto, restam-lhes comumente a tarefa de fazer doces de leite e queijos. A única exceção constatada foi com relação à família de gaúchos, onde a mulher pratica a ordenha quando o marido está cuidando da roça.

Tradicionalmente, os pantaneiros de Mimoso criavam o *gado cuiabano*, um gado de menor porte que os demais, porém muito resistente e adaptado ao regime das águas do Pantanal¹⁸. De acordo com eles, a *vaca cuiabana* não adoce, mesmo ficando muito tempo dentro d'água e os bezerros são muito fortes, mas a capacidade de produção leiteira é muito pequena. Os bezerros crescem apenas durante a amamentação e caso sejam tirados da mãe antes dos três anos, ficam muito miúdos. Como é uma espécie resistente, o gado cuiabano demanda muito pouco cuidado.

A partir da década de 70, deste século, a *vaca cuiabana* perdeu valor comercial enquanto o gado de pelagem branca passou a ser melhor cotado para as vendas.

(...) se você for vender um bezerro de ano e tiver dois do mesmo tamanho, um cuiabano e um branco, o comprador leva o branco. (Seu Alcebíades, 1992)

Por este motivo, os mimoseanos adotaram o gado nelore e passaram a fazer cruzamentos com o cuiabano, com o objetivo de atingir melhores preços na comercialização. Outra vantagem do gado tradicional é que é muito manso, em oposição ao nelore *sempre arisco*. Apenas uma pequena porcentagem do rebanho atual de Mimoso é de cuiabano puro, talvez 1%. Apesar da predominância do nelore, existem alguns exemplares do gado gir (indiano) e de outras raças.

O gado da raça nelore, e de outras, em geral, é mais sujeito a doenças e demanda maiores cuidados, pois não se adapta tão bem quanto o cuiabano ao regime das águas.

As histórias de boi bravos que atacam e machucam pessoas são praticamente inexistentes. Os proprietários quando lidando com as rês o fazem de uma forma muito calma, sem gritos ou xingamentos, como pode se observar em outros lugares. O gado parece saber exatamente o que se espera dele, e quando.

¹⁸ - De acordo com SIQUEIRA (1993) o gado pantaneiro é descendente da raça ibérica mirandesa, introduzida pelos bandeirantes, no século XVIII.

Os mimoseanos também admiram a sabedoria de sua *criação*. De acordo com eles, o gado conhece as fases da lua, conhece e pressente as mudanças climáticas, plantas *venenosas* e os lugares que apresentam perigo, tais como os lugares *embatumados*¹⁹.

*O animal conhece mais o tempo que nós. Se não pastam é que vem chuva.
Eles nascem na chuva e criam na chuva e ficam bons.* (Seu Alcebíades)

A marcação e castração de bezerros é feita na vazante, mas durante a pesquisa não se presenciou nenhum destes dois acontecimentos .

Também no início da vazante é que normalmente vendem os bezerros machos. Como não se interessam por gado de corte, ficam apenas com as fêmeas; os machos são vendidos na *idade de ano*, isto é, entre um e dois anos. Quando um proprietário está com necessidade mais urgente de dinheiro, pode vender bezerros mais novos. Mas são os de *sobreano* - isto é, os que estão entre um e três anos - que atingem bons preços sem terem dado ainda muito custo, em termos de cuidados, de remédios e de uso de pastos.

• *Nascimentos e Amamentação de Bezerros*

O bezerro, ao nascer, é deixado com a mãe por dois ou três dias, até ficar mais forte. Depois disso entrará na rotina que os demais devem obedecer. Até os três meses terá um pouco mais de contato com a mãe, mas quando estiver pastando, o que de acordo com eles, ocorre nesta época, terá horários mais restritos para mamar.

A amamentação parece variar um pouco de acordo com as famílias proprietárias, pois algumas acham que o bezerro é mais importante que o leite, e eles são deixados durante boa parte do dia com as vacas. Já outras famílias permitem a amamentação apenas no início da manhã e no final da tarde.

Esse critério também variará de acordo com as mudanças do nível d'água. Quando há maior disponibilidade de alimentos, como no início das chuvas e em consequência maior produção de leite, os bezerros podem mamar e pastar junto com os adultos durante mais tempo.

Algumas vacas não desmamam suas crias, mesmo depois de terem engravidado novamente. Eles dizem que:

É como nós. Não tem mulher que fica esperando filho e continua dando de mamar para o nenê? As vacas também são assim. Ficam prenhas e não desmamam o bezerro. (Seu Antônio)

Eles dizem que os bezerros maiores, não desmamados, matam as crias menores, porque não deixam que cheguem nas mães. Por isso eles usam *ajojar* (leia-se *adjodjar*) dois bezerros que estão nesta condição. *Ajojar* significa amarrar dois bezerros pelo pescoço, através de uma corda, para que não consigam chegar até o úbere da vaca.

Se não zelar, o bezerro mama até dois ou três anos. (Seu Moreno)

¹⁹- Termo originário do batume. (DA SILVA, 1984)

O desmame ocorre, idealmente, entre os sete meses e um ano de idade, dependendo do interesse em novas crias e nas condições das pastagens. Eles dizem que algumas crias por ano dependem do desmame ou da característica particular do animal.

Quando perguntados sobre o período em que nascem maior quantidade de bezerros, responderam que é entre junho e agosto, ou seja, na transição da vazante para a seca, embora durante todo ano tenha crias nascendo. Alguns afirmaram que é natural esta concentração enquanto outros responderam que controlam os nascimentos através do desmame planejado dos bezerros. Parecem preferir que os bezerros nasçam neste período, porque na seca há escassez de alimentos e na chuva os recém nascidos sofrem muito e é mais difícil sua sobrevivência.

Em caso do pasto ser bom, eles conseguem uma cria por ano de cada vaca. Em caso de ser ruim, eles não podem forçar e devem conformar-se com uma cria a cada dois anos.

• *Classificação das Etapas de Vida do Gado*

Os mimoseanos classificam as rês de seus rebanhos de acordo com a idade, que como se verá a seguir divide-se em cinco categorias, a de *bezerro*, a de *ano*, *sobreano*, a de *garrote* ou *novilho*, e o animal adulto, chamado de *touro*, *boi* ou *vaca*.

Bezerro é o animal recém nascido, que ainda mama ou então, que pasta e/ou mama, mas não completou um ano de idade.

De ano é o animal que completou um ano de idade; ainda é considerado bezerro, embora esta seja a idade na qual eles são vendidos, no caso de serem machos, e se forem fêmeas, em caso de necessidade.

Sobreano, uma categoria em que o animal ultrapassou a idade de um ano, mas ainda não completou três anos. Embora às vezes sejam vendidos nesta etapa, eles dizem que o preço que um sobre-ano alcança não é muito mais alto do que o de um ano. Portanto é mais vantajosa a venda de um animal menor.

Garrote, ou novilho, é o animal que completou três anos de idade, já tem o porte de adulto, mas ainda não entrou na fase reprodutiva, porém atingiu um tamanho razoável para o abate.

Touro e vaca são considerados animais adultos e em idade reprodutiva quando atingem quatro anos. *Boi* também se refere ao animal adulto. Em Mimoso e em algumas regiões do país, como no sudeste, por exemplo, o animal chamado de boi é aquele que é *capado* e utilizado em serviços de transporte e para arar a terra. O touro, de acordo com um informante é *cuiudo*, isto é inteiro.

Em Mimoso, vêm-se apenas animais *inteiros* e pelo menos até agora não se registrou esse tipo de prática. Uma família de migrantes que utiliza um boi como tração para o arado e para trazer produtos da roça, relatou a admiração dos mimoseanos para com esta prática.

Evidentemente, entre os mimoseanos a maior preferência é pelas vacas. Nem todas famílias dispõem de machos, mas pelo menos até agora não se constituiu um problema uma vez que, apesar dos cercados, o gado convive nas estradas e nos pastos comunais.

• *Tratamento das Doenças*

A vazante é a época que demanda mais cuidados preventivos com o gado. A vacinação é feita bem no seu início, tanto para os animais que estiveram fora durante as cheias, como para os que permaneceram na área alagável em Mimoso. O hábito de vacinação é muito recente porque,

Antes não tinha doença. O gado era sadio. Podia soltar no pasto e ele estava sempre sadio. Quando começou a passar gado na estrada é que veio a doença. É passar gado doente na estrada e aqui já foi ficando doente.
(Mimoso, maio 1992)

Até 1976, época da construção do aterro, com a estrada de acesso à Mimoso, eles relatam apenas problemas com *bicheiras*, que eram tratadas com benzimentos, creolina, fumo e álcool.

Atualmente, precisam vacinar o gado contra a febre aftosa - *peste de casco* -, contra o carbúnculo - *carbunco* ou *manqueira* e raiva. As vacinas são compradas em Cuiabá e aplicadas por eles mesmos. Em Mimoso há um posto da EMATER (EX EMPRESA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA), cujo funcionário os orienta nestes manejos e tratamentos mais recentes.

O carbunco dá na seca e no começo das águas. Dá manqueira e empaxação, aí o bezerro fica lá na água e morre.
(Mimoso, maio de 1992)

Pressente-se que uma rês está doente quando:

O pêlo arre pia, ela fica tristinha, um deita outro fica judiado.
(Seu Moreno)

Ou então quando:

Enjeita comida, fica fraco. (Seu Alcebíades)

Na febre aftosa, os primeiros sinais de alarme são dados pelo fato do animal começar a babar e a mancar. No caso da anemia, o animal incha, recusa alimentos e vai enfraquecendo até morrer. A anemia acomete principalmente aos cavalos e em 1992, durante a vazante, duas famílias perderam seus animais de montaria, ou de *trabalho*, como os chamam. Para a anemia desconhecem tratamento, dizem que é mortal; tentam por ensaio e erro administrar vários tipos de remédios, mas às vezes conseguem apenas prolongar um pouco a vida do animal.²⁰

De acordo com seu Alcebíades,

A anemia dá na rodada do tempo. As doenças têm mais na vazante; essa é a época que tem menos comida. Vai caindo folha e ficando só tijuco (isto é barro).

Em geral, utilizam medicamentos comprados em lojas de produtos veterinários, na cidade de Cuiabá, mas também não deixam de recorrer a tratamentos utilizados já tradicionalmente.

Um dos medicamentos tradicionais, a *garrafada*, uma mistura de *tripa de galinha* - um cipó que dá na mata - com sal, é dado quando os bezerros estão com *cãibra de sangue*, uma diarreia que, se não estiver muito forte, pode ser tratada com erva doce. Outra *garrafada* é uma mistura de alho, creolina, açúcar e fezes de porco, utilizada para o *garrotinho*, espécie de gripe que ataca os animais em novembro e dezembro. O sintoma que reconhecem primeiramente é a tosse, e esta mistura é dada como inalação.

²⁰ - ROQUETE PINTO (1975:59) relata a morte de 600 cavalos, em 1911, na fazenda Cibills (Descalvados) de *peste das cadeiras*, talvez a mesma doença identificada pelos mimoseanos como *anemia*.

De acordo com seu Antônio, líder dos moradores que criam o gado no atual pasto comunal, em novembro e dezembro o gado fica muito gordo e isto favorece o aparecimento do *garrotinho*. Como método preventivo eles sangram as reses mais gordas, mas nem sempre conseguem fazê-lo a tempo. A gripe bovina não é uma doença letal, mas segundo eles *judia muito da criação*.

Outra *garrafada* é feita com sal e um pouco de querosene, alternativa usada quando a sangria não resolve. Entre os mais antigos, a sangria parece ser a primeira solução buscada, tanto em termos preventivos como curativos. Para as doenças trazidas pela passagem do gado das fazendas vizinhas, no entanto, têm que recorrer à vacinação e ao uso de remédios industrializados na medida em que os métodos tradicionais não tem eficácia maior.

E, finalmente, a *garrafada* feita com cinzas, banha de porco e sal que é administrada como purgante.

As bicheiras, problemas a que se referem constantemente, são tratadas com benzimentos, e para isso contam com dois ou três benzedores na comunidade; outra solução freqüente é espremer o local das bicheiros para conseguir expulsar os vermes e depois passar óleo queimado para evitar infecções.

*Quando dá bicheira a rês some. Se benze ela volta depois de quinze dias.
O bicho cai e sara. Sara e não pega mais.* (Seu Moreno)

No caso de desaparecimento inexplicável de alguma vaca ou de algum cavalo, eles recorrem também ao benzimento.

A mosca do chifre apareceu em Mimoso há dois anos, embora episodicamente; ela,

deixa o bicho desassossegado, ele não pode pastar. O gado emagrece muito e fica nervoso. (Dona Tonica)

O tratamento para a mosca do chifre é feito com a pulverização de inseticidas. Neste ano, 1992, elas não apareceram durante o período da vazante, apenas no final da seca.

3.7. Agricultura

- ***Roças nas Fraldas dos Morros***

A agricultura para os mimoseanos é considerada quase que um mal necessário. Ao falar de suas roças, não expressam o mesmo entusiasmo que têm com o gado. Suas lavouras não visam a produção de excedentes, mas apenas suprir as necessidades básicas da alimentação, ou como eles dizem, as despesas. Quase todas as famílias são auto suficientes em termos de alimentação, pois tiram das roças, do gado e da criação de porcos e galinhas aquilo que necessitam para viver. Da cidade compram o sal, açúcar, roupas e remédios. Eventuais excedentes são enviados para os filhos em Cuiabá e utilizados nas grandes festas de junho, tais como a de Santo Antônio e a de São João. Constataram-se apenas poucas exceções de auto-suficiência e que são constituídas por casais muito idosos, por mulheres viúvas ou separadas de seus maridos.

As roças dos mimoseanos são plantadas na falda do morro e, em geral, não há variação quanto ao que plantam. Os principais itens plantados são a mandioca, o milho, arroz, feijão, banana, batata doce, abóbora, melancia, cana-de-açúcar.

No início da vazante, em maio, plantam apenas o feijão, embora em pequenas quantidades. Isto porque, de acordo com eles, desde que algumas famílias começaram a cultivar o *braquiára*, surgiu uma praga na lavoura, que eles denominam de *cigarrinha*. Trata-se de um besouro que ataca sobretudo a lavoura de feijão. Essas pragas são controladas com inseticidas industrializados, que encarecem muito seu cultivo.

A colheita do feijão ocorre por volta de agosto; cultivam variedades comuns que são encontradas em supermercados, como por exemplo o feijão mulatinho e o feijão roxinho e uma a qual eles chamam de *feijão miúdo*, que afirmaram ser bem menos durável que as outras qualidades em termos de resistência e por isso não encontram bons preços.

Durante a vazante colhem mandioca, que é normalmente plantada em setembro e outubro. Os demais itens plantados já estão colhidos neste período.

O período da vazante para os pantaneiros de Mimoso em termos de investimentos de trabalho agrícola é, portanto, bastante calmo, em oposição ao final da seca e ao início das chuvas, quando então devem preparar a terra para receber as sementes a partir de setembro ou outubro. Em contrapartida, a vazante é um período que pode caracterizar-se pela fartura, quando os grãos já estão colhidos e armazenados.

A realização tanto do plantio como da colheita obedece, além do calendário agrícola anual, a um calendário lunar que visa controle de qualidade, de produtividade e durabilidade.

As fases da lua são muito importantes para eles e rigorosamente observadas.

Desta maneira, o que nasce no *fundo do chão*, geralmente tubérculos, como a mandioca por exemplo, deve ser plantado na fase de minguante porque não *agoa*, isto é fica com uma massa consistente e saborosa. O que nasce *em cima* como o feijão, o arroz, é plantado na fase lunar de quarto crescente. A limpeza dos terrenos para os roçados devem ser realizadas na lua minguante, também apropriada para retirar madeira da mata, pois torna-a mais durável e menos suscetível a cupins e a outros *bichos* que a atacam.

A colheita é feita preferencialmente na lua minguante, porque *não bate praga*. A lua nova, considerada *lua forte*, provoca a deterioração mais rápida de grãos. A minguante, ao contrário, confere maior durabilidade e resistência aos produtos das roças dos mimoseanos.

Também nas compras de mantimentos procura-se observar a fase lunar. Na lua nova, no dizer deles, as compras rendem muito, enquanto que na cheia se esgotam muito rapidamente.

3.8. Os Quintais

Os quintais em Mimoso constituem-se de pequenas unidades produtivas. Em geral são muito bem cuidados, muito limpos e apresentam grande diversidade. Várias plantas frutíferas são cultivadas, principalmente mangueiras, cajueiros e mamoeiros. Eventualmente, fazem pequenas hortas com cebolinha verde, couve, salsa e coentro. Os quintais são também um espaço onde porcos, galinhas e outros animais domésticos (gatos e cachorros) convivem e dividem o espaço com o gado. Em geral, o solo é coberto com grama forquilha, plantadas por eles; no quintal também são feitos os poços de onde retiram água para consumo e para os animais que vivem aí.

Uma das fruteiras mais comuns nos quintais é a laranja, cujo número de indivíduos varia entre um ou dois pés em algumas casas e até cem pés, o máximo que se verificou. Além de ser uma fruta muito

apreciada por eles, é comercializada na época da vazante, em maio. As famílias que têm mais *pés* plantados vendem por atacado a comerciantes de Cuiabá ou Várzea Grande. Outra fruta eventualmente comercializada, mas que é considerada de roça, e não de quintal, é a banana.

Os laranjais são bastante suscetíveis a pragas, entre as quais a formiga saúva, que eles chamam *carregador*. Os laranjais também sofrem o ataque da *broca* e da *lêndia*, que chegam a matar as plantas. Embora costumeiramente usem venenos para combater estas pragas, afirmam que nem sempre essas providências salvam as fruteiras. A banana também é atacada pela *broca*.

Constatou-se a presença das seguintes fruteiras em quintais de mimoseanos: coco da bahia, pitanga, abacaxi, laranja, jabuticaba, manga, maracujá, caju, limão, café, mamão, abacate, goiaba. Embora ocorram em quantidades variadas não são todos os quintais que apresentam todas estas frutas. Contudo, todos os quintais apresentam-se produtivos tornando-se uma fonte de complementação alimentar.

Outro aspecto importante dos quintais é a criação de porcos e de galinhas, importantes complementos alimentares e recurso utilizado quando chegam visitas inesperadas, ou filhos, em finais de semana. Em Mimoso, eles não têm hábito de criar os porcos em chiqueiros, como também não lançam mão com muita frequência do recurso de capar o macho para a engorda. Às vezes alimentam os porcos com restos de comida, além de rações de mandioca e milho, mas como vivem soltos, estes animais procuram alimento nas áreas alagáveis, juntamente com o gado e as aves, sobretudo na vazante, período em que engordam bastante, e também período em que se vêem muitas fêmeas com crias. É muito comum ver porcos, vacas, cavalos, aves paludículas e jacarés, todos no mesmo espaço. Os moradores de Mimoso disseram que os porcos procuram caramujos embaixo d'água e demonstram ter um fôlego razoável.

Os porcos, além de importante fonte de alimento, são também uma fonte de renda no final do ano, quando nas proximidades das festas natalinas, o *peçoal da cidade* procura leitões para comprar. Além disso, eles também são fontes de briga entre vizinhos, porque frequentemente invadem roças alheias e estragam a mandioca, principalmente.

Mas, embora fator de conflitos, um dos grandes papéis da criação de porcos é de promover a solidariedade familiar e vicinal, bem como de assegurar um circuito de troca ao longo do ano. Os porcos são mortos pelos homens e as mulheres, irmãs ou amigas, se encarregam da limpeza e esquarteramento. Após a *lida* com o animal, as mulheres separam a banha, os diversos cortes da carne, e procedem a divisão. Uma parte é destinada para lingüiça, e o restante é frito e guardado em latas com banha que conservam o produto por um tempo significativo. Eles explicam que a troca é a maneira de terem sempre carne em casa.

Frangos e galinhas não promovem o mesmo tipo de integração entre as famílias, mas também são importantes porque constituem uma fonte alimentar de fácil acesso e que não demanda muito investimento de trabalho. Também são criados soltos em volta da casa e sua alimentação é complementada com restos de comida. Os ovos são apreciados, mas eles dizem que nem sempre conseguem apanhá-los porque, muitas vezes, animais silvestres e mesmo os domésticos, como cachorros chegam primeiro. A carne e os ovos destas aves também reforçam a dieta da família, em Cuiabá.

3.9. O Uso das Palmeiras e do Algodão

Várias palmeiras nativas são utilizadas para fins comestíveis, medicinais, ou ainda para fazer cobertura de casas, bancos, etc.

O babaçu (*Orbygnia speciosa*) é encontrado próximo às casas, e eventualmente nos quintais, nas margens das estradas, e ocorre em grandes quantidades, sobretudo após desmatamento, geralmente com o intuito de obter áreas para as lavouras. É utilizado para cobrir casas e sua palha é coletada na lua minguante, no mês de setembro, para que tenha maior durabilidade. Do babaçu utilizam o palmito e os frutos de onde retiram a castanha.

Do acuri (*Scheelea phalerata* Mart.), que é encontrado na área alagável ou mais úmida, comem a amêndoa.

A bocaiúva (*Acrocomia sclerocarpa*), que ocorre no *firme*, é colhida entre setembro e novembro, fornece o fruto onde se aproveita a polpa, assim como as sementes. É comum observar as crianças quebrando o coco da bocaiúva a alimentando-se das sementes, que também podem ser socadas no pilão com farinha e um pouco de açúcar. Esta mistura, muito apreciada pelas crianças é conhecida como paçoca.

Do buriti (*Mauricia flexuosa* L.f.), que viceja nas nascentes e áreas mais úmidas, extrai-se a polpa de seus frutos para fazer doces. De suas folhas, alguns mimoseanos confeccionam peneiras e apás (tipo de peneira, com a malha bem fechada), de vários tipos e tamanhos. Esta é uma prática que vem crescentemente sendo abandonada, assim como de tecelagem de redes, fabrico de melado, rapadura e farinha de mandioca.

O plantio de algodão, do qual faziam redes, atualmente é raro. Apenas algumas mulheres mais idosas tecem o fio e ainda fazem redes, atividade considerada cansativa, demorada e que não traz compensações. As poucas redes feitas atualmente são destinadas, evidentemente, para os filhos que moram longe. É uma forma das mães mimoseanas manifestarem carinho.

3.10. Festas na Vazante

Os mimoseanos são extremamente católicos, todos têm um santo de devoção, para o qual realizam inúmeros rituais, seja para simplesmente comemorar, para pedir alguma graça, ou para pagar uma promessa.

Talvez as festas mais importantes que são realizadas em Mimoso, ocorram justamente no período da vazante. São as festas que homenageiam os santos católicos, São João, Santo Antônio, São Pedro.

No mês de junho, as águas já baixaram seu nível significativamente, e as principais colheitas da fralda do morro já foram efetuadas, havendo, pois, uma boa quantidade de alimentos estocados. Nos períodos da enchente e cheia, supõe-se que os níveis de sociabilidade fiquem restritos às ligações familiares circunvizinhas, devido à dificuldade de tráfego nas estradas de acesso à Mimoso. Sucede-se a estes períodos a vazante, cheia de preparativos para as festas, as quais, objetivamente, além de representarem a renovação da fé nos santos, reforçam as relações entre vizinhos e parentes.

De todas as festas de santo que ocorrem em junho, a mais importante é a de Santo Antônio, padroeiro de Santo Antônio de Leverger, município ao qual pertence Mimoso. Uma lenda antiga reza que os primeiros moradores do lugar encontraram uma imagem deste santo que teria chegado em Santo Antônio, pelo Rio Cuiabá, de maneira misteriosa e milagrosa. Neste lugar erigiram uma grande cruz de madeira e mais tarde, ao lado, construíram a igreja dedicada a Santo Antônio, o santo de devoção também dos mimoseanos, assim como de todos os que vivem no município.

Os mimoseanos são tradicionalmente católicos, freqüentam missas celebradas por padres da região, em geral aos domingos. Fazem rezas, novenas, trezenas em diversas oportunidades. Para estes eventos

que podem ocorrer na capela, ou em rodízio nas casas particulares de várias famílias eles contam com a ajuda de Dona Antônia (Tonica), que *puxa* os terços. Ela recebeu os ensinamentos de uma tia, que ao se aproximar da morte chamou-a e passou os cantos e orações, que ela registrou em um caderno. Atualmente duas moças estão aprendendo com ela e a ajudam nestas funções.

Como Santo Antônio é o santo padroeiro de Mimoso, é ele quem recebe as maiores homenagens. As festas juninas são uma tradição nacional, contudo, em Mimoso, como em todo o município de Santo Antônio de Leverger, tornam-se muito importantes em função de ser um momento especial de encontro entre os moradores com os parentes, filhos e amigos que estão distantes. Em Mimoso, a festa é uma oportunidade de confraternização e de fortalecimento dos laços, que ao contrário, poderiam tornar-se frágeis, entre os que permaneceram e os que saíram. Já na véspera de sua realização, as famílias esperam com ansiedade enorme a chegada dos convidados. Atrasos são motivos de aflição que apenas cessam com a chegada de quem está sendo esperado.

Santo Antônio é também *prestigiado* pelos políticos e candidatos do município de Santo Antônio, ao qual Mimoso pertence, que aproveitam a oportunidade para fazer campanha política, ou para aumentar seu prestígio junto a este eleitorado. Eles comparecem pessoalmente, ou então enviam faixas saudando a população mimoseana.

Essa festa, misto de rito sagrado e profano, organiza-se basicamente em torno da comida e da bebida, servidas à vontade - ou idealmente - durante três dias e três noites e patrocinadas pelos festeiros. Estes são escolhidos ao término de uma festa, no ano anterior e deverão passar todo o resto do ano colhendo fundos e preparando o acontecimento para a próxima festa de Santo Antônio.

A escolha é feita por intermédio de sorteio, entre a irmandade de Santo Antônio, mas quem decide sobre os próximos festeiros segundo eles, é na verdade, o próprio Santo Antônio em pessoa. Quem foi sorteado não pode recusar e deve assumir imediatamente suas obrigações que são simbolizadas no fato de carregar a imagem do santo de volta à capela, no final dos ritos.

A equipe encarregada de promover os festejos é composta pelo dono da festa, *juiz* e *juíza*, *rainha*, *rei*, *capitão do mastro*, e *alferes da bandeira*. Eles devem organizar as *bandeiras*, ou como dizem, *tirar as esmolas* circulando entre as casas e vizinhanças de Mimoso solicitando *prendas* para a festa. As prendas são também pedidas a políticos e comerciantes conhecidos. As ofertas podem ser em dinheiro ou espécies em geral, como: arroz, frangos, licores, doces ou mesmo gado. Esperam-se dádivas de acordo com as posses do doador; se este for um político ou um fazendeiro, deverá, evidentemente, ofertar coisas de maior valor, como por exemplo uma novilha.

Mas os festeiros devem arcar com o maior peso nas despesas. Por isto, ao longo do ano prepararão muitas e muitas latas de doces em conserva (laranja, goiaba, leite), muitos litros de licores de frutas; deverão ainda, criar frangos e engordar porcos. Quanto maior for a oferta de alimentos e de bebidas, melhor a festa será considerada. É fundamental a abundância desta oferta, pois

festa boa é a festa que sobra comida para jogar fora. (Dona Tonica,
Mimoso, junho de 1992)

Ou seja, enquanto no cotidiano pode-se aceitar a escassez, em ocasiões de festa isso não é permitido. Pouca comida em festas significa avareza dos anfitriões e isso não é desejável. O desejável é que os convidados comam até fartar-se e ainda joguem comida fora. O desperdício é o termômetro que mede a generosidade do doador, bem como de sua condição de vida. Mesmo pobre, um participante da festa de Santo Antônio deve desdobrar-se para conseguir que sua festa seja lembrada por todos como uma ocasião de

comida farta. Não é bom que alguém seja lembrado devido ao fato de que na festa em que ofereceu as pessoas saíram com fome e ou insatisfeitas.

Os preparativos intensificam-se conforme o mês de junho se aproxima. Tudo o que pode ser guardado em conserva é preparado com antecedência, por medida de prevenção. A matança de animais e os alimentos quentes são feitos nos dias da festa, quando a cozinha improvisada deverá funcionar, idealmente, dia e noite, para que os convidados encontrem comida quente, independente da hora que cheguem.

A festa deve ser antecedida por uma novena ou trezena. Isso significa que o tríduo final é o coroamento de todo um processo que dura exatamente um ano, envolvendo recursos e esforços de muitas pessoas, para no final, aglutinar famílias que estavam dispersas neste período. Vários participantes reforçaram a importância da festa de Santo Antônio e lamentam que hoje não se apresente o mesmo fausto de *antigamente*.

Apesar das reclamações, ou seja, de que *agora não tem mais a mesma fartura*, na festa do ano de 1992, foram sacrificados 14 bois e inúmeros porcos e galinhas. O alimento preparado é colocado em uma grande mesa, e as pessoas, atendendo ao chamamento de um dos organizadores de *vamos comê, vamos comê*, tentam anarquicamente servir os próprios pratos. Este tipo de comportamento, aliás, recebeu críticas daqueles mais contidos diante das enormes panelas de comida.

A parte religiosa do ritual é realizada, na verdade, por um núcleo de pessoas bastante restrito aos organizadores da festa. Em muitos momentos rituais em que está se homenageando o santo, por exemplo, no interior de uma casa, os que estão do lado de fora, estão dançando, conversando, rindo ou bebendo. Os comportamentos deste tipo não parecem ser objeto de recriminação. Mesmo os rituais em torno dos ícones (Santo Antônio, Jesus Cristo e Nossa Senhora), parecem não obedecer a um andamento estrito, pois muitas vezes se perguntam *como foi feito no ano passado*.

Enfim, o que parece interessar de fato, é que a homenagem religiosa seja complementada pelo reencontro de parentes e amigos e, mais do que isso, pela comida farta.

A parte musical desta festa ficou a cargo do grupo *holliudi som*, que apresentava músicas populares e por um grupo de cururuzeiros, parte dele vindo de Cuiabá.

O cururu, um gênero musical comum na região e no estado de São Paulo, utiliza aqui em Mimoso a chamada viola de cocho, uma pele de boi dobrada, que faz as vezes de percussão e o reco-reco. O cururu, ocorre dentro de contextos religiosos, sendo executado somente por homens. Já o siriri, também com os mesmos instrumentos e com os mesmos músicos, é dançado aos pares, com diferentes coreografias, e parece ser a contra face do cururu, ou seja, se apresenta em momentos profanos, além de que pode ser dançado por mulheres²¹.

MOUTINHO refere-se assim ao cururu:

Ao som d'estes instrumentos danção o "cururu", o mais insípido e extravagante divertimento a que temos assistido, depois da dança dos bugres. Formão uma roda composta de homens, um dos quaes toca o afamado còcho, e volteando burlescamente, cantão á porfia numa toada assaz desagradável versos improvisados. (1869:18)

Consta que em Cuiabá, o *cururu* e o *siriri* chegaram a ser proibidos, no século XIX, por serem associados aos negros e aos pobres. Provavelmente foram introduzidos em Mato Grosso através dos bandeirantes e primeiros povoadores *brancos* e mantiveram-se, talvez, bastante próximos de sua forma

²¹- Profano é um termo utilizado aqui em oposição ao sagrado, com o sentido de diversão.

original. O siriri, dançado aos pares, assemelha-se a danças medievais e, com certeza, é de origem européia. Atualmente fazem parte do conjunto de símbolos que constituem a identidade cuiabana e existem vários grupos "folclóricos" que são contratados para dançar em festas e em solenidades na cidade de Cuiabá. Ambos, *siriri* e *cururu*, são das tradições consideradas mais importantes pelos cuiabanos e pela sociedade regional.

Na festa de Santo Antônio aqui descrita, quase todos os *cururuzeiros* eram desta cidade e tinham sido contratados para participar do evento.

Todas as ações em torno dos ícones da festa, tais como *apanhar o santo*, isto é, buscá-lo na capela, levantar o estandarte de Santo Antônio e devolvê-lo à capela, são realizadas com os *cururuzeiros* cantando e tocando.

A devolução do santo à capela, no último dia da festa, é feita em procissão, já com os futuros festeiros carregando os ícones. Todos os acompanhantes levam, nas mãos, velas acesas. A cada intervalo, durante a procissão, param, cantam e tomam um pouco de pinga. Toda a festa é pontuada com fogos de artifícios, mas agora eles são parte fundamental. Tão importante como a oferta abundante de alimentos, a queima de fogos sem economia expressa a generosidade do anfitrião. Controlar a comida e queimar poucos fogos é sovinice.

As acusações de que a comida é insuficiente, de que há poucos doces e poucos licores, parecem ser um mecanismo de controle da sociedade para com os festeiros. Como parte dos recursos são de origem coletiva, há vigilância e cobrança para que tudo seja redistribuído.

• *A Organização do Espaço da Festa*

A festa de Santo Antônio é realizada na casa de um dos festeiros, em geral na do rei ou do juiz. Para que possa recepcionar os convidados, o dono da casa deve ampliá-la com construções provisórias. Na festa que de 1992, foi construído um grande salão de baile, chamado de *empalizado* a partir da fachada frontal da casa. O *empalizado* é construído com esteios de madeira e coberto com palha de babaçu, utilizada normalmente em Mimoso. O piso do salão é de chão batido, isto é, o próprio solo que é molhado e pisado para evitar poeira na hora da dança. No lado direito da entrada do salão, foi montado um nicho reservado ao santo e ao esquerdo, um palco para os músicos do conjunto contratado. Este salão, além de abrigar a imagem do santo e ser utilizado para os bailes, é um espaço utilizado também para a realização do siriri (profano) e do *cururu* (sagrado). Portanto, o espaço novo da casa, construído a propósito da festa, abriga e mescla aspectos sagrados e profanos que se distinguem entre si, mais pela organização do tempo do que pela separação espacial.

Atrás da casa, em um grande cercado improvisado, também coberto de palha de babaçu, funcionou a cozinha com cerca de seis fogões, denominados regionalmente de *tacuru*. Estes fogões têm uma forma semi lunar, com cerca de trinta centímetros de altura, e são feitos de pedaços de cupinzeiros (térmitas) ou com pedaços de pedra canga, o que lhes confere uma resistência às altas temperaturas. Com exceção das bebidas, doces e bolos, todos os demais alimentos são preparados nessa cozinha por um pequeno exército de mulheres, algumas contratadas e pagas para tal fim e, as outras, familiares dos festeiros.

Uma das críticas tecidas aos festeiros, na festa de 1992, foi justamente com relação ao número de cozinheiras, considerado pequeno para as necessidades da festa.

A cozinha aqui também é um espaço feminino por excelência, onde a presença masculina é apenas episódica. Além de feminino, é também um espaço privado, onde entram apenas os da *casa*, sendo portanto, proibido aos convidados.

Ao lado da casa onde se realizou a festa, na sombra de uma grande mangueira, outra construção improvisada cobria uma única grande mesa, onde foram servidos os alimentos, doces e licores. Aí os pratos eram empilhados e, de certa maneira, *pillhados* pelos mais ágeis na hora em que as refeições eram servidas.

Em face ao descrito anteriormente, o espaço onde é servido o alimento, é eminentemente público e traz a característica da desorganização. É o lugar, o único, que quem se expõe às críticas são os convidados e não os anfitriões.

No terreiro, em frente à casa, fica o estandarte de Santo Antônio. Este é o espaço, novamente, em que se mescla o sagrado e o profano, separados, porém temporalmente. Aí, as pessoas colocam as últimas novidades em dia. Aí também, realiza-se o cururu em louvor ao santo.

Dois bares, também improvisados, neste ano, tiveram autorização para se instalarem, venderam cerveja e refrigerantes. Simbolicamente, foram instalados fora do espaço da festa, uma vez que o que vendiam eram itens não produzidos em Mimoso.

O sacrifício dos animais foi realizado ao lado da casa, porém em oposição aos espaços destinados a rituais e/ou convivência. Evidentemente, foi ocupado apenas pelos homens, que matavam as rêses e entregavam-nas para as cozinheiras, já separadas em grandes postas. Estas eram então colocadas em imensas gamelas de madeira para receberem o tratamento final antes de ir para o fogo.

Simbolicamente a capela é o espaço mais importante e mais respeitado, porém menos freqüentado. Abriga a imagem de Santo Antônio e demais ícones do catolicismo, tem apenas dois momentos importantes durante a festa: a *busca do santo* e sua entrega no final das comemorações. São momentos muito solenes em um espaço também solene.

Enquanto a cozinha da festa é um espaço privado eminentemente profano, a capela é um espaço público, de realização de rituais sagrados. Ambos têm uma função primordial nas homenagens a Santo Antônio, mas aparentemente são secundários; enquanto a cozinha é onde são preparados os alimentos e tem função primordial na festa, é de bastidor, quase não aparece, a capela, embora simbolicamente seja muito importante, é pouco freqüentada.

O caminho entre a casa onde se realiza a festa e a capela, pode, talvez com alguma reserva, ser um espaço também a ser considerado. Isso porque é o trajeto percorrido pelos ícones, na abertura e no fechamento da festa. No caso observado foi a estrada que serve de passagem aos transeuntes e gado. Nestes dois momentos específicos, este caminho atinge a dimensão do sagrado, na medida em que as imagens são carregadas pelos festeiros e em que são entoados cantos de louvor ao santo. Entretanto este sagrado mescla-se com o profano pois nem todos acompanhantes da procissão estão imbuídos do mesmo espírito religioso - pelo menos aparentemente. Dito de outra maneira, apenas os que estão carregando as imagens e os cururuzeiros guardam uma atitude compenetrada, enquanto os demais conversam assuntos diversos, brincam, riem ou namoram.

O mais interessante é que há liberdade dos participantes dos rituais, e aparentemente não há nenhuma obrigatoriedade ou regra de comportamento, que parece ser mais restrita ao núcleo de organizadores da festa. Parece haver um respeito e uma grande aceitação às vontades individuais dos convidados. Ocorreram alguns casos de profunda embriaguês, e alguns homens limitaram-se a tirar bêbados caídos do meio do caminho, sem qualquer reprovação.

Se existem regras para os convidados, elas parecem restringir-se a não provocar brigas e a não avançar sobre os alimentos.

• *Festa de Santo Antônio: um Potlatch em Mimoso?*

O potlatch descrito por MAUSS (1974) era um ritual anual realizado por certas tribos norte americanas em que basicamente as pessoas trabalhavam durante todo ano com o objetivo de acumular alimentos e bens para as festas comemoradas durante o inverno. Este termo da língua indígena, é transformado por MAUSS em um conceito que descreve rituais em que existem dois elementos essenciais, a saber

O elemento da honra , do prestígio que confere a riqueza e o da obrigação absoluta de retribuir essas dádivas sob pena de perder esse mana, esta autoridade, esse talismã e esta fonte de riqueza que é a própria autoridade.
(MAUSS, 1974: 50)

Embora a festa deste santo seja comum no interior do país, em Mimoso assume um caráter aproximado ao potlatch descrito por MAUSS (1974), ou seja, a de um fato social total, onde todos os níveis da sociedade entram em interação. Além desse aspecto das relações de troca e de consumo de alimentos, a festa de Santo Antônio assume caráter agonístico, na medida em que há uma competição entre doadores de alimentos, ou festeiros, de um ano para outro e ainda, destruição de certos bens - gado, porcos, bebidas alcoólicas, fogos, arroz, etc.

Ainda, a festa de Santo Antônio tem o caráter de reciprocidade mediata, efetivada através de sorteio e do rodízio de festeiros. Aqui a reciprocidade, a troca ocorre a longo prazo pois o sorteio garante e obriga a participação de todos os mimosoanos. A grandiosidade da festa promovida conferirá o prestígio aos doadores momentâneos e a rivalidade entre os anfitriões garantirá de alguma maneira, a fartura na oferta de alimentos a cada vez que o ritual repetir-se e se renovar-se.

A generosidade, como foi descrito acima, é um dos elementos fundamentais e embora não seja colocada nestes termos é não apenas cobrada a todo instante, como também vigiada. A oferta de alimentos, queima de fogos, o desperdício, são fundamentais para o prestígios dos festeiros. As críticas constantes são mecanismos de controle.

A festa de Santo Antônio tem sua importância também, porque exerce uma força centrífuga sobre os mimosoanos, unindo-os temporariamente em torno de um santo, reforçando laços, promovendo reencontros e atraindo os que estão distantes, e quem sabe favorecendo casamentos e novas alianças.

Na região de Mimoso e nas baías também foram estudadas mais recentemente as relações de parentesco (Fernandes Silva, 1998), o uso social da biodiversidade na Morraria (Schwenk, 1998; Schwenk & Da Silva, 2002) a percepção dos grupos sociais (Silveira, 2001; Silveira & Da Silva, 2002) e os mitos do Pantanal (Silva Leite, 2000).

4

RIO CUIABÁ

O Rio Cuiabá tem uma grande importância em termos históricos para o estado de Mato Grosso, pois serviu para a navegação, para a conquista do território por parte dos colonizadores; teve uma grande importância também em termos econômicos, através de suas roças de praia, das usinas de cana-de-açúcar, do garimpo, da dragagem. Rio de grande piscosidade, foi fundamental por apresentar recursos proteicos que com facilidade eram obtidos. Na atualidade, o Rio Cuiabá produz o correspondente a 50% do pescado obtido no estado de Mato Grosso, demonstrando, ainda, grande vitalidade. Porém, devido ao uso intensivo, o Rio Cuiabá vem apresentando diversos sinais de esgotamento de seus recursos naturais.

No Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) estão registrados quase dois mil pescadores profissionais que vivem da pesca no Rio Cuiabá, a maior colônia de pescadores do estado. O rio, em seus recursos pesqueiros é também explorado por pescadores sem vínculo profissional, por turistas e por frigoríficos que, via de regra, usam instrumentos predatórios.

Mas, a pesca atualmente, de acordo com os pescadores, está cada vez menos rentável. A queda da produtividade deve-se, entre outras causas, ao número elevado de pescadores, à diminuição na oferta de peixes e porque "*eles estão cada vez mais ariscos*".

Além desse declínio, a quantidade de peixes também varia em função do nível d'água. Assim, os pescadores enfrentam dificuldades provocadas pela oscilação natural da oferta da pesca. Eles relataram que a partir de julho, no ano de 1992, os peixes pararam de subir e aqueles que estavam sendo pescados, no final de agosto, eram os que haviam parado nos poços - partes côncavas dos rios de meandros.

"quando o peixe para no poço, aí nos trata ele de peixe morador."

A tendência era de que até o final da estiagem a disponibilidade de pescado diminuísse progressivamente. Em julho de 1992, os pescadores pegavam até 250 pacupevas por dia, em agosto este número caiu para 120 e em setembro para 50 espécimes. Enquanto o número de peixes vai diminuindo, o de pescadores se mantém, aumentando ainda mais as dificuldades para os profissionais das reservas que fazem o uso da "*ceva*". Estes pescadores reclamam dos que pescam em "*poços*" sem fazer a "*ceva*" e que, depois de esgotarem mais rapidamente o estoque de peixes moradores, procuram pescar nas reservas manejadas, aumentando a competição nesses locais. Os pescadores que manejam sua reserva com a "*ceva*" consideram desleal esta atitude, mas não encontram solução imediata para o problema.

"Nós estamos aqui entre dois poços, os que são mais fundos que este. Lá já acabou o peixe morador. A causa disso é que nos fazemos despesa para cuidar ao invés de destruir; o peixe nós conserva, nós trata dele. Noutros lugares os pescadores não fazem o trabalho que nós fazemos. Eles não fazem porque eles fazem a pesca predatória. Só tem destruição. Hoje temos 22 pescadores da reserva de baixo pescando aqui e só 5 desta reserva. Infelizmente nós temos uma lei muito errada. Se tem carteira profissional pode pescar em qualquer parte do Brasil. Isso está errado. Nós estamos jogando 3 sacos de milho por semana para outros virem

pescar aqui. Eu achava que devia ter uma lei, onde todas as reservas tinham seu nome e seu limite até onde vai. Se você quiser destruir seu pesqueiro, você vai trabalhar de roça ou de graça. Não podia pescar fora de sua área. Todo mundo ia zelar de sua área. Não ia precisar de fiscalização". (pescador de Limoeiro, junho de 1992)

Outra dificuldade para a pesca nos dias atuais deve-se à própria exigência dos peixes. Esta dificuldade crescente corresponde a um refinamento na arte de pescar e a um aumento no esforço da pesca. Este refinamento inclui modificações no uso de iscas e no uso de instrumentos, como por exemplo, a espessura da linha ou número do anzol, aspectos que anteriormente não requeriam maiores cuidados.

"antes com um pedaço grande de peixe pegava o cambucu (pintado), hoje só com peixe inteiro e olha lá". (pescador da Vereda, 1992)

Um pescador de Limoeiro observou que o peixe *"evolui de um ano para outro e o pescador tem que evoluir também"*. Isso significa que os pescadores devem perceber esta *"evolução"* e modificar suas estratégias de acordo com novos problemas para obter o peixe desejado. A profundidade da linha dentro da água e o número de anzóis para capturar determinada espécie varia de um para outro período. Em 1992, por exemplo, os pescadores estavam usando seis anzóis para a pesca da pacupeva, quando no ano anterior apenas um bastava. De acordo com ele, se alguém descobre uma nova estratégia, procura silenciar para obter mais vantagens que os outros no esforço e nos resultados da pesca.

Esta atividade está muito condicionada a variações ambientais que interferem diretamente na produção, sobretudo no período chuvoso, quando os peixes estão desovando. Com o rareamento de peixes, aqueles que não têm roças são obrigados a procurar outros tipos de trabalho, em geral braçais, que lhes garantam minimamente a sobrevivência.

Alguns moradores de diferentes localidades das margens do rio Cuiabá, dividem seu tempo entre a pescaria, a roça e o fabrico da rapadura. A predominância de uma ou outra atividade depende, principalmente, da disponibilidade - ou não - de terras, do tamanho, da capacidade suporte e do tempo de uso destas terras e, ainda, da força de trabalho disponível. A exclusividade na atividade pesqueira está diretamente relacionada à falta de acesso a terras cultiváveis. Há casos em que, mesmo que os pescadores as possuam, as propriedades são muito exíguas, ou esgotadas, em decorrência de não terem disponibilidade de áreas para seu *"descanso"*, o que inviabiliza uma produção satisfatória e força pescadores a buscarem sua sobrevivência única e exclusivamente na pesca.

Na região de Barranco Alto, quase todos os pescadores possuem terras e podem combinar a pescaria, para consumo familiar, com atividades agrícolas no período da entressafra. Em geral, plantam o feijão, arroz, milho, mandioca e a cana para produção de rapadura. Em alguns casos raros, como em Limoeiro, os pescadores são autorizados, pelos proprietários, a cultivarem as franjas das reservas de pesca.

Na região denominada Praia do Poço, predominam as atividades agrícolas nas *"roças de praias"*, principalmente o plantio da cana-de-açúcar para o fabrico de rapadura, considerada uma das melhores da região. A pesca, na maioria das vezes, é uma atividade complementar. O povoado da Praia do Poço tem como característica o fato de que a maioria da população que permanece no local é constituída de pessoas mais idosas enquanto os jovens moram na capital de Mato Grosso, visitando os pais nos finais de semana. Esta condição limita a comunidade na execução de tarefas mais pesadas e que exigem maior vigor físico.

A fabricação de rapaduras, que era feita nos últimos cinco anos por cerca de quinze famílias, atualmente restringe-se a menos de cinco e corre inclusive o risco de extinguir-se como meio de

sobrevivência. Esta condição não é típica somente para este local e ocorre de forma mais ou menos acentuada em outros.

No início da estação chuvosa, a partir de outubro, com a frutificação do caju, as mulheres dedicam-se ao fabrico de doces, o que lhes confere uma fonte extra de renda. Em novembro e dezembro, quando as mangueiras - muito abundantes na região - frutificam, muitas famílias das margens do rio Cuiabá, vendem os "pés" de manga, obtendo também "*um recursinho*". A previsão de venda de cada "pé" de manga pode superar atualmente o valor de R\$ 1000,00.

Em Mimoso, e nas suas proximidades, pode-se observar que atividades consideradas históricas, como a tecelagem de redes, o fabrico de farinha, de peneiras, apás, pilões, gamelas e panelas de barros estão limitadas atualmente a algumas poucas famílias. As pessoas mais idosas são as que detêm o conhecimento destes processos de produção e sua manutenção depende da transmissão, interesse e resgate destas atividades econômicas.

No bairro ribeirinho de São Gonçalo, no município de Cuiabá, várias famílias fabricam cerâmicas, antes utilitárias, que são vendidas a turistas. Muitas dessas habilidades artesanais transformaram-se em "*folclore*" regional, perdendo seu caráter tradicional e de uso doméstico, e são manipuladas por autoridades governamentais da cultura como elementos comercializáveis e como sinônimo de cuiabania. A Casa do Artesão, em Cuiabá, comercializa estes objetos em quase completa desvinculação com seus significados originais, uma gamela que recebia alimentos transforma-se, por exemplo, em enfeite de mesas, etc.

Uma análise das causas que estão levando estas atividades a desaparecer e das implicações decorrentes da sua extinção passa necessariamente pela alteração das formas de vidas tradicionais, pela modificação do sistema econômico, esgotamento de recursos naturais, crescente dependência do mercado de bens e ainda pelo processo de concentração de terras que está ocorrendo nas margens do Rio Cuiabá, empobrecendo a população ribeirinha.

4.1. A Pesca no Rio Cuiabá

A pesca no rio Cuiabá pode ser classificada como de subsistência, profissional, de lazer e predatória.

A pesca de subsistência é muito freqüente no rio Cuiabá e constitui-se numa atividade de complementação da economia do ribeirinho.

A pesca profissional é aquela exercida com fins comerciais, cujas estratégias podem ser ou não aquelas consideradas predatórias, segundo os padrões da legislação federal e estadual, que ditam o uso de alguns instrumentos. Esta pesca é comumente praticada nas reservas pesqueiras e, em geral, não há relação empregatícia. Para praticá-la, o pescador deve ter carteira expedida pelo IBAMA, ser filiado à colônia de pescadores e obedecer à portaria da SUDEPE, nº 32/82 que disciplina o tamanho do peixe a ser pescado.

A pesca de lazer é realizada principalmente nos fins de semana, durante os períodos de vazante e início da estiagem. É praticada por moradores de Cuiabá, Santo Antônio de Leverger e de Barão de Melgaço, bem como por turistas de outras cidades e de outros estados. Em geral, os turistas locais são oriundos da "*beira-rio*" - margens do Rio Cuiabá- e têm na pesca um vínculo com sua origem. A maioria destes pescadores pratica a pesca de "*barranco*" - dique marginal no rio Cuiabá -, embora haja um grande contingente de pescadores "*embarcados*".

Enquanto os pescadores profissionais usam silenciosas canoas, os turistas utilizam barcos motorizados, condenados e execrados pelos primeiros. Este tipo de embarcação atrapalha o exercício da pesca por ser muito ruidosa e ainda produzir as "ondas" - movimentos da água provocados pela alta velocidade dos barcos, que dificultam o controle das canoas, além de espantarem os peixes.

Os barcos motorizados também provocam modificações ambientais no ecossistema do rio. A principal modificação é ocasionada pelo impacto das ondas nos barrancos e em locais de sedimentação recente, provocando erosão e assoreamento do rio. É comum a verificação de rachaduras no solo de até dez metros, extender –se para 50 metros em direção ao dique marginal, no prazo de uma semana em de áreas de sedimentação e colonização recente de sarã.

Os pescadores atribuem ao turismo uma fonte de males. Principalmente na época da seca, quando as águas abaixam e deixam surgir as praias, há uma invasão enorme de pessoas que procuram o rio Cuiabá para desfrutar seu tempo de lazer. É comum que as praias coincidam com as áreas de pesca e a movimentação dentro da água, os gritos, correrias, inviabilizam o caráter introspectivo da pesca. Em todas as reservas visitadas, os pescadores disseram que são obrigados a parar de trabalhar nos finais de semana, e no caso da Reserva de Pedreira, a partir de 4ª ou 5ª feira, já não podem chegar mais nos pontos de pesca. Em alguns lugares, os pescadores foram obrigados a procurar pontos menos disputados por turistas, saindo prejudicados, pois às vezes são menos produtivos.

Os barcos, lanchas e *jet-skis* são o terror dos pescadores. Em Vereda, um dos locais mais tradicionais de pesca, os pescadores mais antigos, disseram que,

"os peixes têm muito medo do barulho dos barcos. Eles ficam atordoados com o barulho, fogem. O pacu é o que mais sofre, ele que tem mais medo."

(Senhor Ambrósio)

TABELA IV - Tamanho Permitido por Lei para Captura de Peixes e Posição dos Pescadores

Nome Popular	Nome Científico	Tamanho (cm)		Pescadores concordam?	
		1993	2004	1993	2004
Jaú	<i>Pauliceia luentekini</i>	90	90	não (80cm)	não (80cm)
Pintado	<i>Pseudoplastysoma coruscans</i>	80	85	sim	não (80cm)
Cachara	<i>Pseudoplastysoma fasciatum</i>	80	80	sim	sim
Dourado	<i>Salminus maxillosus</i>	80	65	sim	sim
Pacu	<i>Piaractus mesopotamicus</i>	40	45	não (30cm)	não (30cm)
Curimatá	<i>Prochilodus lineatus</i>	38	30	não (25cm)	não (25cm)
Piau	<i>Leporinus spp</i>	38	20	não (25cm)	sim

Fonte: FEMA/MT,2004; Federação das Colônias de Pescadores do Estado de Mato Grosso, 2004.

PORTARIA SUDEPE Nº 32/nov.1982, proíbe em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a captura de indivíduos com tamanhos inferiores aos estabelecidos.

*Denominação antiga. Atualmente o *pacu* é classificado como *Piaractus mesopotamicus*

Obs: Os pescadores afirmam que o dourado com 55 cm já se reproduziu umas quatro vezes; o pacu, com 40 cm se reproduz a primeira vez com 30 cm e o curimatá e o piau com 25 cm. Portanto, para eles, a lei não está correta e denota falta de conhecimento sobre as espécies.

Enfim, os pescadores apontam uma série de fatores como responsáveis por suas crescentes dificuldades em tirar sua subsistência do rio. O fato de pescarem com anzóis, de acordo com eles, não coloca em risco as espécies. Embora não admitam, é possível que usem tarrafas, para eles, um mal menor frente às agressões sofridas pelo rio por parte de elementos que não fazem parte dele. Isso porque, para eles, pescador e rio têm um nível de integração e de harmonia tal, que um depende do outro para continuar existindo (tabela IV).

4.2. Pesca Predatória

"onde não tem atropelo (pesca predatória), ele passa a seca inteira."
(pescador de Limoeiro, set. 92)

A pesca predatória, também exercida com fins comerciais e às vezes de lazer, é condenada pela legislação pesqueira. A portaria 217/71 da extinta SUDEPE (SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA PESCA) - proíbe a pesca na piracema e caracteriza como instrumentos predatórios o gancho, a rede, tarrafas grandes, bomba, material tóxico, material luminoso, arpão, flecha e fiska e proíbe seu uso. Esta portaria também disciplina a comercialização do pescado, proibindo a saída de peixes de Mato Grosso para outros estados, caracterizando-a como atividade de contrabando.²²

²²- Atualmente a pesca é disciplinada pelo IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recurso Renováveis

Em Mato Grosso a proibição da pesca na piracema, ou desova, provoca preocupação nos pescadores sempre que outubro e novembro se aproximam. Para eles, esta proibição significa que entre a determinação da data - que tem uma pequena variação de ano para ano - e o final das cheias, passarão por um período de muitas dificuldades. Regionalmente não usam o termo "*piracema*" e referem-se ao fenômeno mais como "*desova*" ou "*rodada*", mas não concordam com a proibição, porque de acordo com eles, o tipo de técnica que usam não coloca em risco os cardumes.

"No anzol, pega um, passa vinte. O anzol ajuda conservar o peixe. No jeito que nós pesca não acaba o peixe. Que acaba com peixe é rede, é turista."
(Vereda, out. 92)

Segundo os pescadores de uma reserva de pesca em Santo Antônio, a pesca criminosa é mais comum em Barão de Melgaço e nas baías. É comum que os pescadores atribuam a outros a responsabilidade da pesca predatória. Porém, o uso de redes, um dos instrumentos que mais causam dano à preservação do montante dos cardumes, seja na piracema ou, tão grave quanto, na saída das baías, ou em qualquer período, está claramente associado a frigoríficos da região ou de outros estados. Como necessitam de grandes quantidades para serem comercializadas fornecem redes aos pescadores que chegam a correr riscos com a Polícia Federal e Florestal e estabelecem uma relação de dependência econômica com os frigoríficos.

A legislação não teve o poder de coibir o uso de redes, principalmente em reservas próximas a Barão de Melgaço, onde são usadas indiscriminadamente, causando grande prejuízo à disponibilidade de peixes que são capturados sobretudo nas saídas das baías. Os pescadores da região de Estirão Comprido são vistos, por outros pescadores e pela população local, como os únicos responsáveis pela pesca predatória. A abordagem deste problema foi tratada por COSTA JR. (1993) na sua monografia "*Os pescadores do Estirão Comprido: os vilões do rio Cuiabá*". Porém, rio Cuiabá acima, próximo às cidades de Cuiabá e Santo Antônio de Leverger, não se viu o uso ostensivo de redes, embora os pescadores sempre se refiram a elas e mesmo acusem outros que as usam.

"(...) a rede de espera é a mais criminosa que tem, porque pega os peixes que estão saindo da boca e os que estão entrando". (Seu Sinhô, pescador, out. 1992)

Outro aspecto da pesca predatória é a saída clandestina de peixes para outros estados brasileiros, atualmente proibida por lei. A repressão contra a saída dos peixes do estado de Mato Grosso parece ter sido resultado de um movimento civil ocorrido por volta de 1972, conforme os jornais da época noticiaram.

A população de Cuiabá, alarmada com a diminuição dos cardumes, iniciou uma campanha que tomou um certo vulto e pressionou as autoridades estaduais. Os jornais denunciavam o contrabando de peixes e a ineficácia da ação fiscalizadora, mas também noticiavam a apreensão de toneladas de pescado que estavam sendo retirados ilegalmente. Em uma notícia do jornal o Estado de Mato Grosso, de 18 de dezembro de 1975, que denuncia a saída ilegal de peixes, o jornalista comenta que "*todo mundo sabe*" mas ninguém consegue agir com eficiência.

Acompanhando o noticiário entre 1970 e 1992 pode-se observar uma constância nas denúncias sobre pesca predatória com rede, na piracema, e sobre o contrabando. Este noticiário também está recheado de informações sobre a ação policial, em especial da Polícia Federal, no sentido de apreender e coibir a saída clandestina de pescado. Apenas a título de exemplo, retirado aleatoriamente deste conjunto de notícias, no ano

de 1977 a Secretaria da Agricultura do Estado lavrou 495 autos de infração, apreendeu 1.240 redes, 119 tarrafas e mais de 36 toneladas de peixes. Este número de apreensões, de acordo com o jornal *O Estado de Mato Grosso* (11/01/78), foi 100% superior ao volume apreendido em 1976.

Já em 1992, o jornal *Folha de S. Paulo* (27/06/92) noticiava que entre janeiro e maio foram apreendidas mais de 20 toneladas de pacus, pintados e dourados, entre outros peixes. Os peixes seriam levados irregularmente para São Paulo e Brasília. É difícil arriscar um palpite quanto à porcentagem de peixes, sobre o total de apreensões que sai clandestinamente do estado. Entretanto, dadas as condições precárias de fiscalização, pode-se imaginar que essa porcentagem é significativa. Além disso, a própria expansão de toneladas de peixes, retirados ilegalmente dos rios do estado, certamente compromete a produção pesqueira irremediavelmente.

Todos os pescadores profissionais, sem exceção, são unânimes ao afirmar que o pescadão diminuiu muito e que o Rio Cuiabá dentro de dez anos não terá mais peixes. Eles dizem que antes o

"rio dava muito peixe; há trinta anos atrás em meia hora enchia uma canoa de pacu, de jaú."

(Limoeiro, set. 92)

E que

"na lufada nem precisava jogar isca. Era sair de canoa, balançar o corpo que o peixe caía dentro. Enchia a canoa de peixe, a coisa mais bonita. Agora, às vezes a gente passa o dia inteiro dentro do rio pra pegar um ou dois pacu."
(pescador da Vereda, junho de 92)

Por este motivo, os pescadores artesanais têm alta consciência da necessidade de preservar a vida no rio, porque através de sua experiência e das dificuldades cada vez maiores em capturar o peixe, viram como ocorreu a diminuição na disponibilidade do pescadão. Os que utilizam apenas anzóis dizem que " *se cuidar tem*".

• *Organização dos Pescadores*

Atualmente, as populações que utilizam os recursos pesqueiros do Rio Cuiabá, organizam-se de diferentes formas, principalmente através das reservas de pesca que, por sua vez, também apresentam-se diferenciadas na sua organização.

O modelo de organização dos pescadores, a nível institucional, obedece a um padrão instituído pelo governo e pela SUDEPE, qual seja, a reserva pesqueira, o conselho comunitário de pescadores, a colônia, a federação estadual e a confederação nacional (fig. 5).

Em 1919, inicia-se no Brasil uma campanha de nacionalização de pesca marítima, onde se esperava que os pescadores e seus barcos servissem de instrumento de defesa nacional; com esta campanha esperava-se controlar o movimento predatório no mar e a utilização de equipamentos inadequados (MALDONADO, 1986: 48). Esta é a origem das colônias de pescadores que nascem, não no bojo de um movimento de defesa de pescadores, mas atreladas ao Estado.

Atualmente, as colônias de pescadores são sociedades civis com modelo de estatuto dado pela portaria nº 47, de 26 de dezembro de 1973, do Ministério da Agricultura. Os pescadores profissionais de uma

determinada colônia devem ser, obrigatoriamente, registrados nesta entidade, para a qual devem destinar 5% do valor de sua produção, para fins de manutenção da mesma (COSTA JR., 1993: 80). De acordo com o presidente da Colônia Z-1, de pescadores de Mato Grosso, entrevistado em 1991, a direção fica a cargo de um presidente eleito para um mandato de quatro anos. A função da Colônia é a de coordenar os conselhos de pescadores (tabela V).

Os conselhos são compostos por um número mínimo de vinte pescadores profissionais de uma comunidade pesqueira.

Organograma da Pesca - Ligações a Nível

Organograma na Pesca - Ligações a Nível Nacional

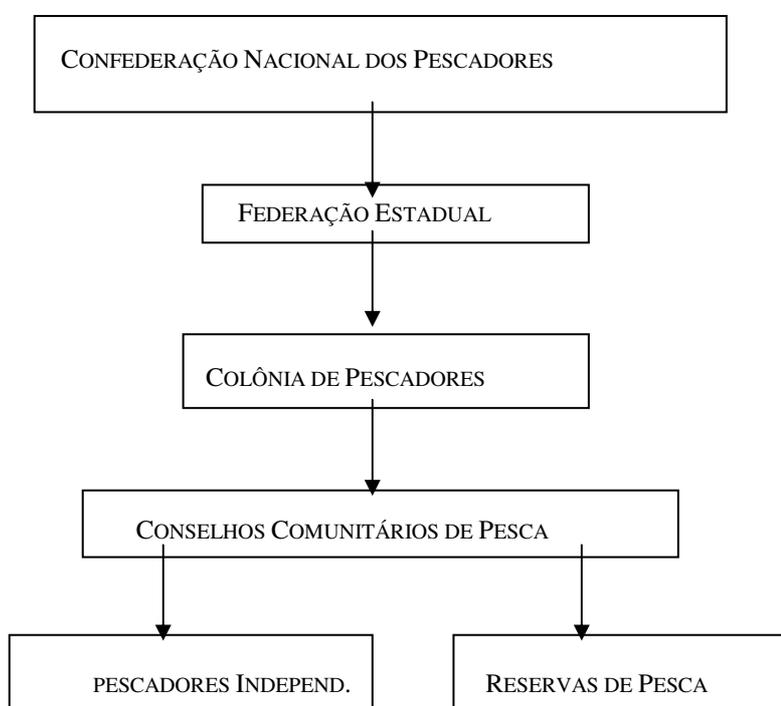


FIGURA 5 - Esquema de organização dos pescadores

Subordinadas à Federação Estadual de Pescadores de Mato Grosso, estão cinco colônias de pescadores: a de Cuiabá, a de Barão de Melgaço, a de São Félix do Araguaia, a de Cáceres e a de Nobres.

Cada colônia é composta por um conjunto de reservas de pesca. As reservas de pesca são formadas por um determinado número de pescadores que legalmente adquirem o direito de utilizar um trecho do rio, com até um quilômetro de comprimento, para suas atividades de pesca. A demarcação do rio é feita com duas placas indicativas nos limites da reserva. A demarcação compete ao IBAMA, e as reservas são registradas em cartório.

"As reservas foram criadas pra defender o rio do tarrafão." (presidente da Colônia dos Pescadores, 1991)

Além do direito de explorar comercialmente um trecho do rio, os pescadores devem observar as leis da piracema, o uso apenas de anzóis e evitar o uso da tarrafa. Cada pescador filiado a uma reserva e a uma Colônia recebe o poder (e o dever) de fiscalizar o rio, podendo apreender, na ausência de fiscais do IBAMA, instrumentos de pesca não permitidos pela lei. O poder atribuído aos pescadores, embora não esteja previsto em lei, lhes é informalmente delegado pelos fiscais do IBAMA, e assim entendido por eles. Tal condição tem gerado muitos conflitos entre as reservas e mesmo dentro delas, ocorrendo inclusive mortes entre membros da mesma família.

À colônia Z-1, da região de Cuiabá, se subordinam 16 conselhos comunitários de pescadores e 38 reservas pesqueiras; destas, cerca de 20 reservas estão localizadas ao longo do rio Cuiabá entre os municípios de Cuiabá e Barão de Melgaço. São as seguintes: Angical, Vereda, Pocinho, Engenho Velho, Miguel Velho, Pedreira, Volta Grande, Itaiçi, Praia do Poço, Santa Rosa, Rebojo, São João da Boa Vista, Santa Clara, Barranco Alto, Poço Feio, Barra do Aricá, Casa de Telha, São José e Limoeiro.

TABELA V - Pescadores Profissionais em Mato Grosso

Colônia	Município	1993
		1922
Z-1	Cuiabá*	
Z-2	Cáceres	7
Z-3	Rondonópolis	4
Z-4	Nobres	255
Z-5	Barão de Melgaço	356
Z-6	Luciara **	180
Z-7	São Felix	148
Z-8	Santo Antonio do Leverger	
Z-9	Barra do Garça	
Z-10	Barra do Bugres	
Z-11	Poconé	
Z-13	Rosário Oeste	
Z-14	Várzea Grande	
Total		2872

* A colônia de pescadores Z- 1 (Cuiabá), dividiu fundando a colônia Z-14 de Várzea Grande;

** A colônia de pescadores Z- 6 (Luciara), fundiu com a colônia Z-7 de São Felix.

Fonte: IBAMA, Registro Geral de Pesca, 1993.

Obs.1: Nem todos pescadores que vivem da pesca profissional são registrados no IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e de Recursos Renováveis). Por outro lado, nem todos que estão registrados e que têm carteira são realmente profissionais, o que gera constantes protestos dos pescadores.

Obs.2: O diário o Jornal do Dia, de Cuiabá, noticiou em 24 de fevereiro de 1991, que em Rondonópolis há cerca de 1.200 pescadores profissionais e que pescam nos rios São Lourenço, Vermelho e Itiquira.

Obs.3: Um pescador denuncia, através do mesmo jornal e na mesma matéria que todos os pescadores de Rondonópolis não conseguem capturar um terço dos peixes que são pescados clandestinamente por "pescadores de Goiás" e por fortes grupos econômicos, que retiram ilegalmente do estado e transportam os peixes em aviões bimotores e caminhonete D-20 e F-1000, da Ford.

Em geral os pescadores das reservas de pesca fiscalizam o uso do rio e a pesca nele praticada. A carteira dada pelo IBAMA lhes confere um certo poder, ou pelo menos uma certa legitimidade para proteger o rio da pesca predatória, embora isso se restrinja apenas aos limites da reserva. Observa-se que há um certo senso particular do que é pesca predatória, ou não, e que nem sempre está em conformidade com a legislação; não raro surgem conflitos sérios entre os que pescam legalmente e os que usam rede.

Freqüentemente ouvem-se relatos de brigas ocasionadas pelo uso impróprio do rio, porque existe uma consciência dos riscos provocados pelo uso da rede, e mais do que isso, da diminuição crescente da oferta de peixes e das conseqüências dos aterros e estradas construídas no Pantanal.

Seu Sinhô afirmou que

“... o pantanal é sagrado, é a vida do peixe, ninguém devia mexer lá.”

Na reserva de Maravilha, em 1992, durante cerca de quatro meses, aconteceram conflitos sérios com pescadores de outros locais que invadiam o rio durante a noite para capturar peixes com a rede. Várias vezes a polícia de Santo Antonio de Leverger foi chamada para ajudar os pescadores; ocorre que as reservas são locais privilegiados na oferta de peixes, o que decorre de sua localização - em poços mais

profundos, pedreiras, que são preferidos pelo pescador - da ceva constante e, ainda, de acordo com os pescadores, por não usarem rede, para não afastar os peixes.

Em todas as reservas visitadas pode-se constatar a necessidade de defesa e de manejo para a manutenção de uma certa produtividade. O manejo vai desde a ceva, passando pela não utilização de certos instrumentos, como a poita, por exemplo, até a "fabricação" de *coivaras* onde os peixes possam se esconder e a não utilização de determinadas iscas, tais como a erva de Santa Maria, excelente para a captura do pacu, mas que termina por afastar o cardume da reserva.

Outro aspecto importante para a defesa deste território de pesca é o rodízio entre os homens para o pernoite para evitar que a reserva fique abandonada durante a noite, quando pode ser roubada ou invadida por redeiros. Comumente eles improvisam uma casinha onde colocam suas redes, descansam durante o dia, protegem-se da chuva, guardam as tralhas de pesca e cozinham. Em geral, é nesta casinha que montam guarda durante a noite.

Por outro lado, os pescadores reclamaram muito de que sofrem assaltos freqüentes de agentes da polícia que invadem as reservas à procura de redes ou de pescado tirado do rio sem obedecer à legislação que regulamenta o tamanho e peso .

"*Tratam a gente que nem criminosos*", afirmou A.C., da reserva da Vereda, que ainda contou que

"os policiais chegam armados, maltratam os pescadores e muitas vezes ainda levam peixes."

(março de 92)

Parece existir um certo consenso, entre os pescadores artesanais, de que a pesca com rede além de comprometer a reprodução dos peixes, não traz riqueza:

"pessoal de rede é mais pobre que os pescadores. Tem que vender o peixe mais barato (por causa da marca das malhas). Alguns têm três redes. Pegou uma (a polícia), ele tem outra."

"O seu "X" é redeiro. E tá numa merda. Deus me perdoe, a casa dele tá uma merda."

(pescador da Maravilha, dez.92)

As reservas de pesca, de acordo com os pescadores de Cuiabá, foram instituídas como forma de defesa dos pontos de pesca. Estes pontos são escolhidos a partir de uma vivência da comunidade com o rio, e de seu conhecimento dos melhores pontos para a pesca, geralmente poços mais profundos. Em Vereda quase todos os pescadores eram parentes entre si e liderados por uma das pessoas mais velhas, o Senhor Ambrósio, profundo conhecedor do rio Cuiabá, e em Limoeiro todos tinham relações de parentesco. Nas outras, o parentesco não era a tônica, mas a proximidade do local de pesca e possivelmente relações de amizade o eram.

Os pescadores deslocam-se até o rio já nas primeiras horas da manhã e passam o dia todo na reserva. Alguns, com família na cidade de Cuiabá, fazem um acampamento e aí permanecem até conseguir uma determinada quantidade do produto. Na estação seca (de maio a outubro) pescam durante a noite, o que é atividade perigosa durante as chuvas, por causa da coivara, que são:

"paus que vem rodando aí e até beiradeando o barranco é muito perigoso. Pescaria é arriscado demais." (pescador da reserva Maravilha, dez. 91)

Em geral a pesca é individual, dentro do rio. Enquanto atividade produtiva, é tarefa eminentemente masculina. Raramente há mulheres ou crianças nas reservas de pesca. A habilidade em andar nas pequenas canoas, remando com uma mão e segurando o caniço com a outra, é adquirida através de muitos anos de contato com o rio, de preferência um aprendizado que se inicia na infância. Os pescadores preferem andar sozinhos nas canoas, porque é necessário um jogo de corpo especial que combine os movimentos do remo com os da vara de pescar a fim de não assustar os peixes. Apenas andam de dois nas canoas à noite e na época das chuvas para evitar o perigo da coivara e de seres sobrenaturais.

Os instrumentos de pesca, tais como anzóis, varas e canoas são individuais. Uma vez pescado, os peixes são conservados em enormes jacás nas partes mais rasas do rio, aguardando o dia em que serão levados no Mercado do Peixe em Cuiabá. Apenas alguns possuem estes jacás, que são emprestados a quem não os têm; os peixes recebem uma marca do dono que, assim, não perde o controle da quantidade pescada.

Para o transporte dos peixes para a cidade, os pescadores pagam frete e por isso devem aguardar uma quantidade significativa que compense os gastos. Mas todos reclamam da diminuição progressiva dos peixes, embora afirmem também que a pesca é uma atividade que depende não apenas de conhecimentos fundamentais dos hábitos dos peixes e da "manha" do rio. A sorte é um componente importante, e algumas vezes tem mais valor do que a sabedoria.

A sorte e o conhecimento são combinados com a "ceva" nos poços. Eles dizem que quando os peixes eram encontrados em abundância não era preciso cevar, mas agora é fundamental.

Também conhecem as afinidades entre os peixes, o jeito que eles se deslocam no rio, como desovam e onde; sabem como proceder na cheia e na enchente, e na vazante e na estiagem, enfim, detém um conhecimento altamente especializado que otimiza os resultados do esforço da pesca.

"(...) na canoa pega mais que no barranco. A pesca de pacupeva dá em julho, agosto e se a chuva tardar, até setembro. A lua quarta crescente e cheia é melhor para pegar. Não quer dizer que outras luas pega menos, mas na crescente e cheia a pacupeva fica mais alvoroçada, mais fácil de pegar. As horas melhores do dia é meio dia, porque ela fica só numa altura. Ela fica meio metro fora do chão no lugar fundo (4 braças de fundura) e rente do chão (2 braças), no lugar raso. Nas outras horas do dia ela vai suspendendo e às 6:00, ela está a um metro da flor d' água. À noite, ela fica na flor d' água. A partir de uma hora ela começa a subir. Ela sobe para comer frutinhas e florzinhas. Pela manhã, às 6:00 horas ela vai para o fundo por causa do sol. Tanto faz se tem pescador ou não, ela vai para o fundo, é da natureza dela. A pesca da pacupeva, feita das canoas, termina quando a água suja, aí ela vai pro saranzal e nos pega ela de outro jeito"

(pescador da Vereda, julho, 1992)

4.3. Movimentação dos Peixes

"Todos os peixes sobem, todos peixes descem. O único que não desce em direção ao Pantanal é o jaú. Este fica no Rio Cuiabá e quando os outros peixes estão descendo o rio para desovar, ele está subindo."

• A LUFADA

Os pescadores, quando indagados qual é a melhor época para pegar peixes, assim respondem:

"Agora, mês de maio. Porque agora o movimento dos peixes é maior movimento e quantia. A quantidade, os tipo de peixe e a facilidade de achar isca."
(pescador do Limoeiro, maio de 1992)

Na saída das baías, os peixes pequenos (piquirá, lambari, chum-chum, riscadinho) são perseguidos por peixes ictiófagos de maior porte que saem desvairadamente sem formar cardumes, no fenômeno denominado regionalmente como *"lufada"*. Segundo se pode observar, a piquirá é o peixe que vem mais próximo à margem enquanto que o lambari é o que vem mais ao centro. O fenômeno da *"lufada"* influencia o movimento dos pássaros piscívoros, tendo em vista que estes acompanham os peixes durante sua migração. Os pássaros observados, na beira do rio, predando intensamente os peixes foram as garças, martins-pescadores, maguari e quás, entre outros. Segundo os pescadores:

"No meio do rio, lambari vem na flor d'água prá fugir dos peixes grandes e são expostos aos pássaros...peixe grande nada no fundo prá fugir de pescador, mas precisa ir a flor d'água pra pegar lambari o pescador cria jeito pra pegar peixe no fundo."
(pescador do Limoeiro, maio, 1992)

Pode ser observado que nem todas as investidas dos pássaros são bem sucedidas, pois os lambaris têm algumas estratégias para fugir à predação destes, como explicam os pescadores:

"(...) a sombra dos pássaros na água faz o peixe pequeno ver o pássaro chegar."
(Pescador do Limoeiro, maio, 1992).

A migração dos peixes não apenas acontece no sentido rio acima, mas se processa lateralmente, na direção ao dique marginal e verticalmente em direção ao fundo do leito, quando os peixes buscam alimentos e proteção das margens, como mecanismo de defesa. Durante a *"lufada"* é possível perceber no rio a grande quantidade de peixes em migração. A movimentação dos peixes provoca diferentes tipos de ondas que, de acordo com seu tamanho, forma ou densidade, permitem aos pescadores identificar qual a espécie que está migrando. Pode ser observado que, durante a migração rio acima, no final do dia, os lambaris movimentam-se em direção à margem do rio para procurar *"pouso"* embaixo do saranzal e para fugir à predação dos peixes maiores, formando um belíssimo espetáculo.

A pesca de lambari, no passado, teve muita significação econômica e cultural pois, na *"lufada"*, a população ribeirinha retirava sua gordura para ser armazenada durante todo o ano, e utilizava para o preparo da comida, frituras e para untar a pele, no período das *"friagens"*. A gordura também era usada para a iluminação das procissões e festas de Santa Cruz, que eram comemoradas em maio, quando ocorre a *"lufada"*. Há cerca de vinte anos foi proibido o fabrico deste tipo de gordura que, de acordo com os pescadores, é leve e deixa o peixe preparado com ela com um sabor inigualável. Atualmente, quando os lambaris chegam às margens, algumas comunidades ainda têm o costume de pescá-los e cozinhá-los para a retirada de gordura. Para as mulheres que têm ou tiveram esta prática, isto também constitui se na *"lufada"*.

REGO (1897) observou a pesca do lambari e o início da lufada, registrando em seu livro *Lembranças de Cuiabá*, o seguinte:

"N'aquella quadra no anno, e quando começam abaixar as águas dos pantanaes, sahem d'elles para o rio, aos milhões, cardumes de lambaris, que são esperados pela população de todos os arredores. Dura a pescaria as três primeiras noites da lua nova de maio."

E alli ficam homens, mulheres e crianças oito dias a preparar o azeite extrahido de tão insignificante peixinho, mas cujo resultado é tão grande, que dá para o anno inteiro, não só como condimento ás (sic) suas iguarias, como azeite de candeia.” (REGO, 1897: 61)

Para evitar a perseguição por parte dos peixes grandes e ictiófagos, os de menor porte migram durante o dia porque à noite os outros são mais ativos. Essas migrações geralmente ocorrem no período da lua cheia, pois a lua clara diminui a atividade dos predadores.

Segundo o pescador do Limoeiro

“(...) a lua é mais forte que o sol. Quanto mais tarde a lua sai, melhor pros peixes grandes. No escuro, o peixe grande vem na beiradilha.” (maio de 1992)

E, na estiagem

“(...) eles esperam um pouco nos poços... uns porque é porque é mais fundo, outros prá comê quem tá lá. Os pexes pequenos e os grandes são como ricos e pobres.” (Pescador do Limoeiro, maio de 1992)

A atividade humana também é fortemente influenciada pela "lufada", pois nesta época, é grande o potencial de pesca, além do que, em função da variação ambiental, os pescadores definem suas estratégias de pesca, assim como de outras atividades ligadas a sua sobrevivência, como a agricultura.

Como a "lufada" é fortemente influenciada pelo ciclo lunar, em maio, entre uma fase quarto crescente e cheia e a próxima, ocorre uma "parada" na subida dos peixes, denominada pelos pescadores de "ladainha de maio", provocando uma escassez temporária do pescado.

Em meados de março, devido aos repiquetes, começam a ocorrer as primeiras subidas dos peixes que saem do Pantanal, das baías e bocas, mas sem a mesma significação em termos quantitativos da que ocorre em maio. A boca do Rio Aricá, de acordo com os testemunhos, é um dos principais locais de saída dos peixes e de onde saem em primeiro lugar. Depois é que os peixes saíram de locais abaixo do Rio Aricá, como de Porto de Fora, Croará e de Barão de Melgaço e das baías Chacororé e Sinhá Mariana na região de Mimoso.

Após a "lufada", os peixes continuam a subir o rio Cuiabá em direção à cabeceira de onde retornam no início da estação chuvosa, buscando baías e bocas no Pantanal para se reproduzirem. Alguns peixes ou cardumes inteiros tornam-se "moradores" de certos poços mais profundos, nos rio, mas à exceção destes, todos os demais movimentam-se incessantemente durante todo ciclo. É durante a cheia, devido à abundância de alimentos, nas áreas alagáveis, que os peixes armazenam gorduras que serão utilizadas na posterior perambulação pelo leito do rio. A disponibilidade de peixes varia, portanto, de acordo com a espécie, com os biótopos e com o período do ano. Na vazante, quando os peixes retornam do Pantanal observa-se maior abundância. A disponibilidade varia também com relação aos ciclos lunares.

O segundo grupo de peixes que sobe, são os chamados "peixes de facho". Este grupo é composto por aqueles peixes que, atraídos pela luz, eram fígados quando esta modalidade de pesca não era considerada ilegal. Os peixes de facho comumente flutuam próximo à "flor d'água" e migram lateralmente no rio, ou seja, de barranco a barranco. Constituem este grupo os peixes, considerados pelos pescadores de porte "médio", como a piraputanga, curimbatá, piau, peagussu e a pacupeva.

A pacupeva, a partir de meados de julho "para" nos poços por mais ou menos 3 meses, enquanto o rio não "toma água". Estes peixes retomam a subida após as primeiras chuvas.

Um terceiro grupo de peixes que migra rio acima constituem os "*peixes de cardume*", formados pelos pintados, dourados e pacus, sendo este o principal.

"O pacu durante a seca inteira vem subindo... vai parando nos poços na lua fraca, na lua forte sobe outra vez." (pescador da Maravilha, julho de 1992)

Os pacus quando saem das baías apresentam coloração preta e à medida em que ganham água do rio, tornam-se amarelos. Pela observação dos pescadores, os pacus quando permanecem em poços também ficam pretos, o que leva-os a diferenciá-los em duas categorias, a de pacu subidor e a de pacu morador, o amarelo e o preto respectivamente.

Segundo os pescadores, atualmente pacus, pintados e dourados não sobem mais em cardume, mas sim em grupos menores. Sobre o dourado eles afirmam que

"De primeiro nós tratava de cardume, agora trata de cabeceira de dourado. De antigamente subia 10.000 a 12.000 dourados, agora no máximo 100." (pescadores do Limoeiro, maio de 1992)

Atualmente este pescado é muito difícil de ser encontrado porque eram capturados com redes, o que praticamente provocou sua extinção. Os pescadores dizem que "*antigamente*" havia tanto dourado que quando surgia um cardume "*até jacaré saía no seco*". O dourado é um dos peixes considerados mais violentos e vorazes e depois de sua diminuição as piranhas aumentaram perigosamente. Tradicionalmente o crescimento dos cardumes das piranhas é creditado à diminuição dos jacarés, mas os pescadores relacionam esse fenômeno diretamente à diminuição dos dourados.

Em meados de junho e julho há grande disponibilidade de piraputangas, pacupevas e pacus; os dourados aparecem em pouca quantidade. O pacu, um peixe de grande valor comercial, ocorre principalmente nos meses do período seco, ou seja, em junho, julho e agosto. Quando o nível d'água diminui o pacu fica parado nos poços que conseguiu alcançar durante sua subida.

As pacupevas, que dão um ótimo rendimento da pesca nos meses secos, têm sua disponibilidade muito diminuída a partir de setembro e "*ficam magras e arrepiadas*", não encontrando boa aceitação no mercado. Os pescadores cevam as pacupevas com muito milho (cerca de um saco por dia), o que faz com que os cardumes fiquem "*moradores*" das reservas de pesca onde se mantém esta prática.

Outro peixe importante do rio Cuiabá é o barbado, embora não tenha boa aceitação no mercado. Peixe de couro, com carne bastante leve é considerado "*comedor de cadáveres*" e portanto objeto de repulsa. Prefere a água quando está suja, isto é, com maior quantidade de material em suspensão carregados pelas enchentes, "*porque aí corre por cima*", e quando a água esta limpa esconde-se em poços profundos.

• A RODADA

Na enchente, destaca-se a "*rodada*", fenômeno que caracteriza a descida dos peixes, no rio Cuiabá em direção ao Pantanal para a desova. A "*rodada*" ocorre quando o rio "*pega água*" e depende dos repiquetes - aumento do nível d'água- que dão início à enchente. Os peixes descem o rio e quando cessa o efeito do repiquete e o nível da água diminui eles param. Um novo repiquete, provoca sua saída e uma outra distância do rio em direção a sua foz é percorrida. Segundo os pescadores,

"Todos os peixes rodam com a água, menos o jaú."

Embora o pintado ocorra na lufada, sua "força" está nos meses de outubro e novembro mas até novembro ainda pode estar subindo o Rio Cuiabá em direção à cabeceira. Os pescadores dizem que dezembro é o "*tempo certo*" para o pintado "*rodar*", mas isso depende muito do nível d'água, pois este peixe gosta de águas profundas. O pintado não se deixa cevar, e gosta de viver ou parar em poços e locais de pedra, onde pode esconder-se.

O dourado gosta de lugar de pedreira "*onde a água corre muito*" e começa a "*rodar*" no final de setembro na mesma época em que as piraputangas.

Em relação a movimentação dos peixes entre o Rio Cuiabá e o Pantanal e os processos ecológicos aí envolvidos, os pescadores ainda dizem:

"A força da desova dos peixes é de dezembro para janeiro." (pescador do Limoeiro, outubro de 1992)

E,

"Na rodada, quando está com ova, pacu bate o "queixo", faz o barulho igual do motor de popa. Só faz o barulho quando está com ova."
(pescador do Limoeiro, outubro de 1992)

E ainda,

"Peixe que desova no rio, não vinga. Ele precisa de agasalho. No Pantanal tem mais agasalho. No rio, só tem coivara e saranzá. Jaú tem pouco porque desova no rio e os outros peixinhos come."
(pescador de Limoeiro, outubro de 1992)

Os pescadores são enfáticos sobre a importância da entrada dos peixes no Pantanal, para sua conservação, pois

"Peixe que não entra no Pantanal, não vinga." (Porto do Engenho, outubro de 1992)

A presença ou ausência de certas espécies em determinadas unidades de recursos podem também indicar mudanças no movimento das águas. Para os pescadores do Limoeiro, o

"(...) pacu no mato indica que a cheia ainda não acabou. Se não achar o peixe no campo, pode fazer a roça que não vai encher mais."
(pescador de Limoeiro, dezembro de 1992)

O vai-e-vem dos peixes entre os diversos espaços - como as baías, corixos, vazantes, sangradouros, áreas alagáveis e rios - refletem a história de vida destes animais e suas adaptações ao movimento cíclico das águas. A continuação da disponibilidade de peixes apenas será possível se forem preservadas as unidades de recursos móveis que sustentam esta movimentação entre os diferentes, mas interdependentes, ecossistemas aquáticos e alagáveis do Pantanal.

- Movimentação de Peixes no Ano Observado

No início da enchente, em setembro de 1992, enquanto alguns cardumes de pacu ainda estavam subindo, outros já começavam a "rodar", em função dos repiquetes. Em outubro do mesmo ano, ainda havia muitas pacupevas subindo, que no dizer de um velho e experiente pescador, eram "*algum restinho perdido*". Com o rio com uma correnteza mais forte, em decorrência dos repiquetes, os pescadores tendem a pescar mais com o espinhel ou nos diques marginais porque sustentar o barco no leito do rio fica muito trabalhoso e mesmo perigoso. No mesmo período, os pacus, curimbatás, pias e piraputangas já estavam "*rodando*" procurando lugar para desovar. Observou-se, durante algumas pescarias, peixes capturados e posteriormente limpos, com cerca de 200 gramas ou mais de ovas. O barbado, o pintado, a sardinha e a tujira estavam subindo em direção à nascente, e nos explicaram que este movimento deveria se estender até dezembro, quando então deveria se iniciar a desova.

Em 1992 as chuvas se iniciaram mais cedo e com maior intensidade que nos anos anteriores. No início de novembro, uma grande chuva, de apenas duas horas provocou uma inundação e o rio Cuiabá avançou cerca de trinta metros na praia e ocorreram inúmeros repiquetes. De acordo com os pescadores, as pacupevas já estavam entrando nas baías e desovando na segunda semana de novembro, enquanto as sardinhas, tujiras e barbados ainda estavam subindo, movimento que deveria se estender até dezembro. Os curimbatás estavam descendo.

Durante este mês a produtividade do pacu e do pintado foi considerada excelente.

A enchente no início de novembro foi tão forte, que os pescadores da Reserva Maravilha relataram que em apenas duas horas o rio subiu cerca de três metros do dique marginal e alcançou as partes mais altas, inundando casas e plantações. Para ajudar a salvar uma lavoura de milho eles tiveram que mergulhar a uma certa profundidade para realizar a colheita.

A cerca de trezentos metros dessa reserva há uma cerâmica, cujo dono compra parte da produção pesqueira da Maravilha que revende na semana santa em Cuiabá. Neste local o proprietário construiu dois açudes onde armazena os peixes comprados. Em apenas duas horas, seis mil pacupevas e mil e quinhentos pacus escaparam para o rio por causa do nível d'água e foram definitivamente perdidos. Na mesma forma, os peixes que haviam ficado presos nas baías no ano anterior, voltaram para o leito do rio, porque neste período o rio havia subido e vazado muito rápido e "*muitos peixes não tiveram tempo de voltar*" (Pescador da Maravilha, novembro 1992).

Durante este mês o pintado continuava a subir para a nascente do Rio Cuiabá, sendo que alguns já tinham desovado e os pacus estavam rodando e ambos sendo capturados em grande quantidade. As pacupevas, de acordo com um pescador da Maravilha, neste período, estavam na mata, em baixo de saranzeiros à procura de frutas, enquanto as piraputangas já tinham atingido as baías e estavam desovando.

Um pescador da Maravilha salienta a importância deste ciclo, pois

"enchentes são importantes para os peixes chegarem nas baías e em Maravilha fazia dois anos que não tinha enchente assim." (novembro de 1992)

As cheias também alteram a facilidade de pescar o pintado, que ao lado do pacu atinge altos preços no mercado.

"Quando o rio alaga na segunda vez o pintado fica menos enjoado. Na primeira enchente a isca fica fácil e na segunda fica difícil."
(pescador da Maravilha, novembro de 1992)

Isso significa que para os pescadores, a facilidade em pescar os pintados é relativa também; quando tem "*isca fácil*" (a tuvira, por exemplo) ambos, pescador e peixe, conseguem sem maior trabalho. Porém, para o primeiro fica mais difícil atrair o pintado porque ele está farto; já quando a isca está "*difícil*", para ambos a situação se complica. O pintado está com fome, mas por sua vez o pescador tem dificuldade em conseguir as iscas. Em algumas viagens de campo pôde-se presenciar a presença de muitos pintados que não podiam ser pescados em função disso.

Em dezembro, em continuidade às cheias prematuras, grandes chuvas continuaram a ocorrer com muita violência e na segunda semana o rio estava completamente cheio. O Rio Aricá, afluente do Cuiabá, por exemplo, estava extravasando água cerca de duzentos metros, em ambos os lados, entrando na mata. As águas alcançaram o aterro da estrada de Santo Antonio, que liga a cidade aos locais onde vivem os pescadores, de forma que eles movimentavam-se em canoas nas suas margens. No pico da cheia, os pescadores às vezes deslocam-se em canoas, utilizando a própria estrada, que se transforma em um caminho de água. Quando isto ocorre, veículos automotores não conseguem transitar por aí.

A entrada das águas nas matas e nos campos define outros espaços como unidades de recursos. As fruteiras e as macrófitas aquáticas, nas áreas alagáveis e nas baías, assumem papel importante na alimentação e na proteção dos peixes, respectivamente. No rio Cuiabá, em menor proporção, destacam-se os "*saranzais*" como locais de alimentação e proteção.

As estratégias de pesca na mata alagável variam em função da cor da água; no Pantanal, onde as águas estão claras, são utilizadas linhas 0,80, de 4 braças. Aqui, o peixe vê a canoa e o pescador, assim a linha precisa ser longa para o peixe não enxergá-los. Nos rios Cuiabá e São Lourenço, com águas mais turvas, usa-se a linha 100 ou 120, com uma braça e meia. A vara é curta e forte. A canoa fica posicionada sob as fruteiras.

4.4. Estratégias de Pesca

Como estratégias de pesca estamos considerando um conjunto de procedimentos, ações, técnicas, instrumentos e manejos utilizados na atividade de pesca artesanal, que serão descritos a seguir.

Como instrumentos estamos considerando aqueles objetos que são utilizados para capturar os peixes e que, com exceção da chumbada e da canoa, atingem diretamente seus corpos. Considera-se aqui como técnica, aqueles procedimentos tomados, em conjunto com o uso de instrumentos, visando retirar o peixe fora d'água e que incluem o corpo do pescador. A busca e utilização de iscas apropriadas fazem parte deste conjunto de procedimentos para otimizar o esforço e a eficácia na pesca; a ceva e a conservação dos peixes em jacás podem também serem vistas por esta ótica e ainda como formas interessantes de manejo. Finalmente, apresentaremos uma relação dos peixes mencionados pelos pescadores, na qual pode-se observar os critérios locais para a descrição e identificação dos peixes.

- Instrumentos Utilizados nas Diferentes Estratégias de Pesca

Os principais instrumentos utilizados na pesca são a vara de pescar, o anzol, a canoa, a fisga, o arpão, o arco e a flecha, a chumbada, a tarrafa, a rede e o gancho.

- VARA DE PESCA: Instrumento apropriado para a pesca de peixes menores. É feita de bambu.

- CANOA: Se em tempos passados a canoa significava uma das melhores alternativas de transporte para a população ribeirinha, atualmente, seu uso praticamente foi limitado aos pescadores.

Antes construída de uma única madeira escavada, ao modo indígena, hoje é feita de tábuas. Entre as melhores madeiras para fazer canoa estão a ximbuva (*Enterolobium contortisiliquum*), o cambará (*Vochysia divergens*), a piúva (*Tabebuia* sp.) e o cedro (*Cedrela* sp.). A durabilidade e a facilidade para ser talhada e a leveza para conduzir são critérios importantes na escolha da madeira.

As canoas atuais possuem, geralmente, um fundo de duas tábuas e duas nas laterais; três bancos que também servem de estrutura de sustentação, e ainda mais duas tábuas pequenas nas extremidades. Para a movimentação da canoa utilizam-se remos talhados de madeiras leves e resistentes. No período de seca utiliza-se, principalmente nas baías, a zinga - varas de bambu.

As atuais canoas têm menor durabilidade que as antigas e, em conseqüência, regularmente é necessário fazer sua manutenção. Os vãos entre as tábuas que a compõem atualmente são calafetados com piche comprado na cidade, mas, segundo os pescadores, o breu, usado no passado, pode substituir o piche com maior eficiência e pode ser encontrado na mata ciliar do Rio Cuiabá.

- FISGA: Instrumento de uso proibido por ser considerado predatório. Com o formato de um tridente ou de um garfo, é feita de uma foice velha que é "*limada*" até atingir a forma desejada. Esta parte de metal é presa a uma vara de madeira ou bambu. Tal instrumento é mais utilizado no período da vazante e é muito apropriada para a pescaria de facho.

- ARPÃO: É constituído de uma haste de madeira inteiriça medindo em torno de 1,60m. Presa a esta, encontra-se uma haste mais fina de taquara com mais ou menos 1 palmo de comprimento. Nesta haste é preso um pedaço de ferro apontado como uma seta pela metade. Esta seta fica ligada à haste maior por uma linha de pescar bem comprida. Quando o peixe é arpoado, a haste de taquara se parte e a ponta de ferro fica presa no animal. A ponta é ligada à haste maior que permite ao pescador localizar e resgatar o peixe ferido.

- ARCO E FLECHA: Também considerados instrumentos predatórios e de uso proibido pela legislação. Estes instrumentos são usados comumente nas baías e "*bocas*" durante a vazante, e nas áreas inundadas durante as cheias. São adequados para pescar peixes em cardumes. Seguramente o uso do arco e da flecha foi aprendido pela população regional, com as sociedades indígenas que viviam nas margens do rio Cuiabá.

- CHUMBADA: Peça de chumbo presa quase na extremidade da linha, cuja função é manter linha e anzol no fundo do rio. Pode ser adquirida no mercado ou feita de sucata. O peso e o tamanho variam de acordo com a espécie, época do ano, local e o instrumento de pesca.

- TARRAFA: De forma cônica, como um mosquito, é tecida em trama semelhante à rede de arrastão. Traz nas bordas várias chumbadas e, na parte de cima, uma corda de alguns poucos metros de comprimento. O tamanho da malha da tarrafa, que tem a forma de losango, varia conforme a espécie desejada; entretanto a legislação permite somente a tarrafa de isca, que pode ser adquirida no mercado ou ser confeccionada em casa com linha de nylon.

- REDE: Existem vários tipos de rede, porém presenciou-se a confecção de apenas uma delas, que segundo os pescadores seria utilizada para pescar piraputangas, já que a mesma "*só passa na flor d'água*". De formato retangular medindo cerca de 8 metros de comprimento por 1,5 metros de largura. Com a trama típica das redes de arrastão, na sua parte superior colocam-se pequenas bóias de isopor.

- GANCHO: Instrumento considerado predatório e de uso proibido, mas é utilizado na seca. É formado por um carretel de linha que tem presa na sua extremidade, uma chumbada que pesa entre cinquenta e cem gramas. Logo acima da chumbada estão unidos três "*anzóis-de-pata*" - anzóis que têm a sua parte

superior achatada - em disposição contrária, de modo que os ganchos fiquem para fora. Se a pesca for noturna, utiliza-se em uma mesma linha mais de um trio de ganchos, distantes meia braça uns dos outros.

O gancho apresenta o risco, ao "*ferrar ou ganchar*" o peixe, se numa mesma linha tiver mais de um trio, de ferir a mão do pescador.

- *Técnicas de Pesca*

Os pescadores do rio Cuiabá, desenvolveram diversas estratégias de pesca que são utilizadas de acordo com o período do ano, com o nível d'água, sua transparência, e com os habitats e com os peixes procurados.

Deve ser ressaltado que os pescadores têm um conceito de pesca predatória diferenciado da legislação. Para eles, os peixes são seres que têm vontade própria e, de acordo com este raciocínio, pesca predatória é aquela onde a presa não têm opção. A rede e a tarrafa são consideradas predatórias pois com elas os peixes não têm como fugir. Já o anzol, espinhel e armadilha não o são. Isto porque o peixe é colocado diante de duas possibilidades, morder a isca ou seguir em frente. Caso seja pego pelo anzol, ou por outro instrumento que o coloque diante da uma opção, é porque assim o desejou, aí o pescador não tem mais responsabilidade.

• PESCA DE BATÊ (Bater)

A pesca de "*batê*" não é considerada predatória pelos pescadores e não recebe restrições da legislação oficial.

É praticada no período da vazante e de estiagem e mais apropriada para a captura da piraputanga. O períodos da manhã, antes das 9 horas, e o da tarde, no crepúsculo, são os mais convenientes para esta executá-la. Numa pescaria, realizada após às nove horas, pode-se constatar a dificuldade em obter o peixe, pois não houve correspondência entre o esforço dos pescadores e a quantidade obtida.

Esta técnica é efetuada dentro do rio, beirando o saranzal, e em baías do Pantanal, onde pesca-se principalmente a piraputanga e pacu .

A pesca de "*batê*" exige habilidade para dominar a correnteza pois o pescador sobe, embarcado na canoa, algumas curvas rio acima e de lá vai descendo, perpendicularmente à correnteza; sentado à sua popa, maneja o remo com a mão esquerda e com a direita, a vara de pescar. Na extremidade superior da vara prende-se uma linha em torno de 4 ou 5 braças de comprimento e, nesta, uma chumbada leve e um anzol de tamanho apropriado à espécie²³. Como isca podem usar o milho verde (*Zea mays*) cozido, pedaços de carne e minhoca e, com menos freqüência, sementes de mamona (*Ricinus communis*). Enquanto a canoa desce o rio, para atrair o peixe, o pescador lança o anzol na água, repetidas vezes, em torno de si, para que a chumbada, ao bater na água, reproduza um barulho semelhante ao das frutas que caem nesta época. Quando o alvo é a piraputanga, que durante a "*lufada*" sobe o rio a "*meia-água*", isto é, próximo à superfície, o anzol deve ser lançado na profundidade correspondente.

Para a captura do pacu, na baía, usam como isca as sementes de tucum (*Bactris sp.*), quando o fruto ainda está verde e a semente macia. Outra isca utilizada é a chamada "*isca de angu*", feita de farinha de

²³ Uma braça corresponde à distância entre as extremidades dos braços abertos de um homem.

mandioca, farinha de trigo, café e água morna; deste preparado fazem pequenas bolas, que são colocadas no anzol. Os procedimentos observados na pesca da piraputanga são semelhantes para a do pacu, que também é atraído pelo som parecido ao das frutas que caem na água.

• PESCA DE GALHO (Armadilha)

A pesca de galho não tem qualquer caráter restritivo e não é considerada predatória pela legislação ou pelos pescadores. É praticada de outubro a junho - período que abrange a enchente, cheia e vazante - ao longo do Rio Cuiabá.

Nas fases da enchente e da cheia quando as águas do rio estão muito "*sujas*", isto é turbas, devido ao aumento do material em suspensão, a pesca de galho é realizada em qualquer horário. No período da vazante, em função do aumento da transparência da água, pesca-se à noite, quando os peixes de maior porte aproximam-se das margens à procura de presas menores. As noites escuras e sem luar são as preferidas pelos pescadores, porque as claras e com luar, atraem a presença de piranhas que, de acordo com eles, podem preda os peixes fisgados pela armadilha.

Esta técnica, apropriada para a pesca do pintado-tucuxi e do pintado-caxara, é estruturada da seguinte forma: amarra-se a linha de pescar em uma árvore ou taquara, à margem do rio. Observou-se que mais freqüentemente os pescadores usam o sarã, vegetação característica do Rio Cuiabá, mas dizem preferir fincar uma taquara no barranco (dique marginal), o que lhes permite adequá-la à posição desejada. A linha deve ter duas braças, ou o suficiente para chegar ao fundo; a ela são fixados o anzol, a chumbada e a isca.

O peixe, ao morder a isca, tende a se afastar rapidamente em direção oposta à margem, o que concorre para que o anzol se instale mais profundamente em sua boca.

As iscas adequadas para a pesca de galho, são conhecidas como "*iscas brancas*". Basicamente três espécies de peixes são utilizados, ainda vivos, neste tipo de pesca, o ximburé o saviru e o saviru-boi. O pintado-tucuxi prefere, como iscas, o ximburé e saviru-boi, enquanto o pintado-cachara é atraído preferencialmente pelo saviru.

Os pescadores diferenciam o saviru e o saviru boi da seguinte maneira:

"O saviru é mais cascudinho e tem escama maior, e o saviru boi, urra que nem boi."

Observou-se que, nas noites em que utilizam as armadilhas, os pescadores mantêm vigilância constante sobre iscas e pescados para preservá-los dos freqüentes ataques de piranhas, sobretudo em noites claras quando estes predadores são mais atuantes.

• PESCA DE BARRANCO

Neste tipo de pesca, praticada na seca, o pescador fica em terra, no barranco (dique marginal). Em geral, capturam-se espécies de peixe de menor porte como as pacupevas, piraputangas, piaus, piavuços e bagres. Nesta modalidade de pesca utiliza-se uma vara de pescar ou apenas a linha diretamente presa na mão - com chumbada, anzol e isca - dependendo das espécies de peixes que estão subindo o rio, ou parados nos poços. Esta pescaria é praticada somente durante o dia e em qualquer fase lunar. Em algumas reservas, como a do Limoeiro, a pesca de barranco é considerada coisa de mulheres, de quem não sabe pescar ou de quem não tem o que fazer. Em outras, como em Porto do Engenho, é a estratégia privilegiada para a pesca.

- PESCA DE TARRAFA

Esta técnica é permitida com restrições ao tamanho da malha da tarrafa e apenas liberada para captura de iscas. A tarrafa pode ser lançada da terra, do barranco, da praia ou de dentro do rio e, neste caso, faz-se necessário um companheiro que controle a canoa. Em qualquer situação os procedimentos são semelhantes: com a corda da tarrafa presa em um dos braços, o pescador a segura aberta pelas bordas prendendo uma de suas partes, às vezes, entre os dentes. Com um giro do tronco ele a lança no rio. O peso das chumbadas faz com que a armação se afunde e aprisione os peixes que por ali estiverem passando.

A tarrafa é usada durante a vazante e a estiagem, nos "*baixios*" - bancos de areia - porque em lugares de maior profundidade e com água limpa, esta técnica não permite bons resultados.

Para tal pescaria, segundo os pescadores, não há interferência da lua.

- PESCA DE ENCONTRO (ou pesca de festejo)

A pesca de encontro é considerada predatória e, segundo os pescadores, não é mais praticada atualmente. Esta técnica era utilizada na vazante quando o número de peixes e dos cardumes era maior, em função de sua migração das áreas alagáveis e das baías para o rio acima.

Os instrumentos utilizados na pesca do festejo eram a canoa e a tarrafa. Um grupo de tarrafeiros posicionava-se estrategicamente rio acima e um outro grupo, abaixo de um ponto previamente estabelecido. À medida em que o grupo deslocava-se em direção a este ponto lançavam repetidas vezes as tarrafas. Atordoados, os peixes em cardumes eram agrupados e conduzidos ao local desejado; os tarrafeiros fechavam o cerco em torno dos peixes que então se tornavam presas fáceis e fartas. Esta atividade garantia grande quantidade de pescado que supria alguns dos festejos das comunidades, no mês de junho.

- PESCA DE ESPINHEL

Embora proibida pela legislação, esta modalidade de pesca é assumidamente praticada pelos pescadores que não a consideram predatória porque

"(...) o peixe pêgo no espinhel vai porque quer e não obrigado."
(pescador da Vereda, 1992)

Segundo os pescadores, a proibição decorre mais dos riscos que possa oferecer aos barcos motorizados do que pelo seu caráter predatório. Se legalizada, os pescadores sustentam que os riscos serão controláveis, desde que os espinhéis sejam colocados corretamente. Esta atividade, pode ser realizada em qualquer época do ano; na vazante capturam os peixes que estão subindo o Rio Cuiabá e na enchente e cheia os que estão descendo o rio à procura do Pantanal, para a desova.

O ciclo lunar influencia fortemente este tipo de pesca durante a subida dos peixes. As melhores fases lunares, são a de quarto crescente e a da cheia. Durante a "*rodada*" - termo regional que designa o processo de descida dos peixes - esta pesca pode ser feita em qualquer fase lunar.

Na "*rodada*" esta técnica apresenta maior produtividade à noite e na lufada, quando os peixes estão subindo, durante o dia. Os espinhéis são muito apropriados para a captura do pacu e pintado. O espinhel

é constituído de um arame liso que é atravessado de uma margem a outra do rio (ou quase), preferencialmente armado nos locais de baixio. Uma de suas extremidades fica amarrada em um sarã, em alguma árvore caída na margem ou, ainda, em outra estrutura de suporte. A aproximadamente dez metros de onde foi amarrado, prende-se uma pedra para ajudar a manter o arame no fundo do rio. Na outra extremidade, o arame está preso em outra pedra, bem maior e mais pesada que a primeira, num ponto do rio quase paralelo à primeira extremidade. Tal arranjo faz com que o arame fique em forma de arco no fundo do rio. Ao longo do arame, em intervalos de cerca de uma braça e meia, são amarradas várias linhas de comprimento igual aos intervalos entre elas. Nestas linhas estão presas as chumbadas, os anzóis e as iscas. O comprimento do arame e o número de anzóis iscados variam de acordo com as pretensões do pescador e com as condições do ambiente.

Utiliza-se como isca o caranguejo e o gafanhoto. O caranguejo é mais adequado, segundo os pescadores, porque as piranhas gostam muito do gafanhoto, o que exige do pescador maior esforço para controlar a predação destes carnívoros. Os espinhéis são "sondados" freqüentemente pelos pescadores, e devem ser limpos regularmente, para evitar que as folhas secas presas no arame façam-no flutuar, transformando-o em uma ameaça aos barcos motorizados.

Os pescadores atribuem os acidentes ocorridos à falta de cuidado no manejo do espinhel, nos cortes dos arames ou, ainda, aos pescadores de fora, que não têm nenhum compromisso com os locais de pesca e com o rio.

• PESCA DE GANCHO

A pesca de gancho, também considerada predatória, é realizada em qualquer parte do rio durante a estiagem. Utiliza-se o gancho principalmente para capturar o pintado, que gosta de ficar em lugares mais profundos.

Para tal atividade, um pescador lança o gancho dentro da água enquanto o outro rema contra a correnteza. O gancho vem sendo arrastado pelo fundo do rio em movimentos curtos e rápidos (puxões) para que os anzóis cravem-se nos peixes que estiverem na direção e ao alcance dos movimentos.

• PESCA DE FACHO

Esta técnica de pesca é proibida pela legislação, porque muitos peixes fisgados, portanto feridos, podem escapar. Por esta razão os pescadores não mais a praticam. Entretanto questionam os argumentos da proibição manifestando dessa forma sua opinião:

*"É claro que escapa o peixe, mas tudo quanto é pesca escapa mesmo.
Escapa, deixa o peixe ferido." (Vereda, 1992)*

A pesca de facho era realizada no período de vazante, de barranco a barranco do rio. Quase todos os peixes podiam ser capturados quando empregavam esta técnica, com exceção do barbado. Os peixes mais comumente fisgados eram a piraputanga, curimbatá, o piau, e o piagussu entre outros. Esta pesca era efetuada com pelo menos dois pescadores um no remo e outro arpoando, em pé na proa. O pescador assim a descreve:

"Arruma o fogo assim numa telha, na proa da canoa, assenta num lodo, assim racha terna de piúva que é bom prá pegar fogo. O fogo clareia ali, então ele fica bobo e com a lanterna é a mesma coisa."

(Vereda e Barranco Alto, 1992)

Os peixes que estão flutuando na "*flor d'água*" são os mais atraídos pelo clarão e conseqüentemente arpoados. Por esta razão, estas espécies são conhecidas também "*peixes de facho*".

- PESCA DE ARPÃO

Também proibida pela legislação, esta técnica era usada mais comumente nas baías e "*bocas*" no período da vazante e nas áreas inundáveis durante a cheia. Era muito utilizada na captura do pintado.

- PESCA DE SONDA

Esta é uma técnica liberada e sem restrições legais. É praticada no período da vazante, estiagem e início da enchente durante os "*repiquetes*" (pequenas oscilações no nível da água). O melhor horário para tal atividade é o período da manhã e embora a tarde não seja muito conveniente, pesca-se também neste período. Esta estratégia não sofre interferência das fases lunares, pois é praticada nos poços, onde os peixes estão parados.

A pesca de sonda é utilizada principalmente para a captura do pintado, do barbado e do jaú que são pegos com "*iscas vivas*": ximburé, saviru, saicanga, pacupeva, piraputanga, curimbatá, mussum.

Sondar significa procurar as diferentes profundidades do rio com a linha, de acordo com o "*sentir*" da chumbada. A linha é presa na mão, sem a vara, e à medida em que a profundidade se altera, aumenta-se ou diminui-se o comprimento da linha.

- PESCA DE BOINHA

Técnica permitida, sem restrições legais, é praticada durante o dia, nos meses de setembro e outubro, que correspondem ao período de estiagem. A linha é amarrada numa bóia (garrafa plástica) com anzol, chumbada e isca de manga (*Mangifera indica*), cabaça (*Crescentia cruzete*), genipapo (*Genipa americana*). Soltam-se cerca de trinta bóias no rio de uma só vez; o pescador observa as bóias e quando o peixe é fígado, recolhe-o. Com esta técnica captura-se o pacu e, às vezes, o pintado, que vai se alimentar dos peixinhos que estão comendo as iscas.

A bóia é ainda utilizada em baías, em áreas próximas à mata alagável perenifólia, onde estão dispostas fruteiras nativas como a parada (*Pouteria glomerata*), também utilizada como isca, principalmente para a piraputanga.

- PESCA DE REDE

E finalmente, a última técnica observada, a pescaria com redes, é proibida pelos órgãos oficiais e sofre algumas restrições por parte de alguns pescadores, que a reconhecem como prejudicial à produção pesqueira. Apesar disso, a rede é ainda utilizada em algumas comunidades que encontram respaldo e incentivo dos frigoríficos que compram o pescado e precisam de grandes quantidades de peixes para comercializar. Os próprios pescadores que utilizam esta estratégia reconhecem seu impacto chegando a afirmar:

"A rede é maldição, acaba com tudo...se acaba rede, o peixe aumenta mais e fica mais fácil pegá."

(Maravilha, 1992)

Entretanto mostram uma certa descrença com a possibilidade do abandono total desta prática com frases como esta:

"Só acredito que acaba a rede se fechar os frigoríficos." (pescador da Maravilha, 1992)

A pescaria observada com rede, na Baía Porto de Fora, foi feita ao amanhecer, principalmente pelo perigo de encontrar a polícia florestal. Foram utilizadas duas canoas com dois homens em cada uma: um manejou a canoa enquanto o outro controlou a rede. Cada uma das extremidades da rede ficou dentro de uma canoa, de onde os pescadores iam soltando, aos poucos, dentro da baía. Na verdade, são duas redes unidas entre si por uma bóia de garrafa plástica - "*boião*". Depois de solta, os pescadores afastaram-se dela e começaram a bater com o remo na água para afugentar os peixes que, assustados com o barulho, fugiam em direção à rede. O passo seguinte foi recolhê-la; para isso, cada pescador puxou cada uma das extremidade para dentro da canoa. Os peixes presos pelas malhas foram retirados à medida em que a rede ia sendo recolhida.

No rio Cuiabá, a pescaria com rede é realizada de forma diferente; a rede é lançada no rio, em locais sem galhos onde possa enganchar-se, e deixada ao "*sabor da corrente*". O pescador em sua canoa segue-a até acabar o "*lanço*" - comprimento total. Os peixes que estão subindo são assim "*enleados*", isto é, presos nas suas malhas. No dia da observação havia somente um pescador jogando a rede, pois havia suspeita de que a "*florestal*" ia passar por lá.

Os materiais utilizados para a confecção das redes são: linha de nylon nº 48, 36, 24 e 18; com malha nº 17, 20, e 18; corda monofio; "boinha"; chumbo e um "boião" na ponta da rede. As redes para a pesca do pintado são de malha número 16, 17 e 18.

Um grande problema enfrentado pela comunidade de Porto de Fora, devido à prática da pescaria com rede, é o medo constante da Polícia Florestal. Para conseguirem pescar sem serem surpreendidos, desenvolveram meios de detectar a presença dos "florestais" através da observação de alguns sinais da natureza, como:

"Se não tive passarinho sentado na beira da baía é porque já passou alguém. Aí nós num vai lá."

(Pescador de Porto de Fora, 1992)

E ainda,

" Macaco gritou, cachorro não acuô é polícia que vem vindo."
(idem)

4.5. A Obtenção de Iscas

Durante as mudanças que o rio passa ao longo do ano, os peixes algumas vezes mudam seus hábitos alimentares, forçando os pescadores a mudarem suas estratégias de pesca, bem como as iscas, para atingirem seu objetivo. Assim, os pescadores procuram as iscas apropriadas para o momento, às vezes em locais distantes e até mesmo em outros municípios, o que requer energia e tempo extra.

Na escolha das iscas, deve-se observar a preferência alimentar do peixe desejado e a dos predadores mais vorazes, como por exemplo as piranhas e o peixe-cachorro, cuja ação torna-se às vezes bastante onerosa, em termos financeiros e energéticos. Os pescadores devem vigiar regularmente as iscas e repô-las quando devoradas.

Em uma das viagens à reserva pesqueira do Limoeiro pôde-se acompanhar os pescadores na obtenção de iscas, no local da antiga usina Aricá, cerca de dois quilômetros a jusante da reserva. Aí ocorre a formação de alguns locais alagados, os "brejos", propícios à pesca de mussuns e tuviras. A procura é, na verdade, uma pescaria onde se utiliza a vara de pescar (pequena), linha, anzol, minhoca e enxada. O primeiro procedimento é "limpar" a área, ou seja, retirar as macrófitas aquáticas para facilitar a captura das iscas. Após a "limpeza", mexe-se a água com a própria vara com a finalidade de "desintocar" as iscas, e espera-se até que fiquem. Quando os peixes (iscas) demoram para fisgar, mexe-se de vez em quando para atraí-los. Um só pescador pode cuidar de vários locais e de vários anzóis.

As iscas conseguidas nesta pescaria, tais como o mussum, camboatá e a tuvira, são também chamadas de "iscas do brejo" ou "iscas de buraco". Posteriormente, estas iscas foram utilizadas para pescar o pintado através da pescaria de sonda.

Outra estratégia de procura de iscas foi observada em Fazenda, uma comunidade de moradores próxima à Baía Porto de Fora. O local da procura constitui-se de uma baía afastada que não possuía comunicação com a baía maior - a Baía Porto de Fora.

Como a outra área anteriormente descrita, esta pequena baía estava também coberta por macrófitas aquáticas; assim o primeiro procedimento foi a "limpeza" da mesma. Sobre a área visada constrói-se um tipo de "jirau", estrutura semelhante a uma mesa, construído com troncos de árvores e sustentado por quatro pernas, cujas extremidades superiores terminam em forquilha, as quais suportam as duas vigas. Os troncos são unidos entre si e as vigas com cipós.

O "jirau" é utilizado para que o pescador possa observar de cima e esperar sem provocar movimentação na água que, por ventura, possa assustar as iscas. Na área limpa coloca-se a armadilha construída com uma tela, de preferência de uma cor que dificulte sua visualização. A cor usada no dia era verde. A armadilha é então presa em um arame de forma circular, e deste, partem mais três arames que serão depois entrelaçados entre si, formando um só para dar maior sustentação. Depois de mergulhada a armadilha, os pescadores colocam sobre sua superfície um pouco de aguapé e, em seguida, cupins (térmitas). Estes, ao buscarem o aguapé para proteção atraem, com seu movimento, as iscas. As iscas capturadas com esta armadilha, no dia observado, foram a tuvira, o mussum e o cará.

Esta armadilha é usada somente à noite, porque durante o dia as iscas vêm a peneira. O ciclo lunar afeta esta atividade, exigindo do pescador maior elaboração da armadilha. Durante as noites de luar claro, tampa-se o local da armadilha com lona,

"Para não dá restia de lua".
(Porto de Fora, junho de 1992)

O movimento de retirada da armadilha deve ser rápido para impossibilitar a fuga das iscas. Em Porto de Fora, as iscas são destinadas ao comércio.

Para a isca do espinhel usa-se o caranguejo e o gafanhoto, ambos procurados em locais distantes. Os caranguejos utilizados são o "*caranguejo amarelo*" do rio, e o "*caranguejo vermelho*" do brejo. O primeiro é o preferido dos pescadores por ser mais duro, mas como é difícil consegui-lo em quantidades suficientes procuram obtê-lo, através da compra, em outros locais, como Cuiabá, por exemplo. O caranguejo vermelho é capturado nas baías e brejos, que são normalmente frequentados por cobras e jacarés o que, segundo eles, torna esta tarefa muito perigosa.

O caranguejo amarelo, do rio, é capturado da seguinte forma: o primeiro passo é preparar a armadilha que consiste em uma lata aberta somente em uma de suas extremidades, e perfurada ao fundo e nos lados, de modo a permitir o fluxo de água em seu interior. Outros dois furos são feitos próximos à abertura principal para que seja possível amarrar a lata com a linha de anzol e fixá-la dentro do rio. Quando a armadilha está pronta, usa-se como isca um peixe, previamente escamado e aberto lateralmente em lascas, para atrair os caranguejos e facilitar sua alimentação. Estes peixes são amarrados no fundo da lata, com um pedaço de linha. As armadilhas são mergulhadas na água e amarradas em troncos de árvores ou mesmo em raízes, nas coivaras ou nas "*barranqueiras*", isto é, lugar de barro onde os caranguejos se alojam. Os caranguejos amarelos são capturados durante a estiagem, na enchente e na cheia principalmente. Na estiagem eles são encontrados sobretudo em buracos.

O caranguejo vermelho, da baía, é usado a partir de maio. Para capturá-los, durante o dia, é preciso movimentar a água para que ele saia, quando então são apanhados com as mãos. Durante a noite, quando eles saem dos buracos é preciso usar apenas uma lanterna "*para lumiar*".

Para ser colocado no anzol, o caranguejo é partido ao meio e, dependendo do seu tamanho, as garras e patas são arrancadas e também servem como iscas. Os pescadores preferem o caranguejo ao gafanhoto, pois são menos predados por piranhas, o que exige menor esforço de pesca.

Sobre o gafanhoto, os pescadores dizem que:

"Não é todo ano que é bom de gafanhoto, este ano não tem ele. É ano sim ano não."

(pescador de Limoeiro, maio de 1992)

Os gafanhotos, capturados ao amanhecer ou ao anoitecer, são obtidos em roças de mandioca, milho e de banana, no campo ou no cerrado.

A respeito dos gafanhotos, informam que:

"Este ano (1992) não tem ele. Ano sim, ano não. A força deles é em Livramento. Aqui não tem por causa dos passarinhos, onde tem passarinho ele não cria."

(idem)

E ainda que,

"Ele tem de diversas cores, cinzento, manchado de verde e amarelo."
(idem)

Os pescadores reforçam a posição destes grupos de insetos herbívoros como praga de culturas e do seu uso na pesca. O aumento da frequência do aparecimento de nuvens de gafanhotos em Mato Grosso

parare estar vinculado ao desmatamento e à expansão de áreas de monocultura no estado, muito vulneráveis ao ataque destes insetos.

A forma de preparar o gafanhoto para isca depende do peixe alvo: para a pacupeva o gafanhoto deve ser cortado, enquanto que para o pacu, para o dourado e para o pintado ele é usado inteiro. E ainda segundo os pescadores

"(...) tudo quanto é peixe pesca co'ele."
(pescadores do Limoeiro, maio 1992).

Na vazante, quando os solos das áreas alagáveis ainda estão umedecidos, outra isca destaca-se, em função desta condição ecológica: a minhoca. Este anelídeo é utilizado com muita frequência e em quantidades consideráveis na região de Santo Antônio de Leverger. No trecho situado entre Cuiabá e Santo Antônio de Leverger é comum, nesta época do ano, encontrar vendedores de minhoca, que as retiram dos solos argilosos da região. Os pescadores do Limoeiro estavam utilizando minhocas coletadas na cidade de Santo Antônio, numa área atrás do bairro da COHAB - COMPANHIA DE HABITAÇÃO - , onde moram suas famílias. Segundo os pescadores, eles demoraram uma hora para retirar um litro de minhocas. As minhocas, quando conservadas em uma vasilha que contenha terra úmida, do local onde foram obtidas, podem sobreviver mais de um mês.

"Quanto mais fica na lata, mais dura fica e torna-se mais difícil para tirar do anzol...fica curtida, barriga fica limpa, sem barro, engrossa."
(Joci, pescador do Limoeiro, maio 1992)

Além das iscas já mencionadas, usam ainda as chamadas "*iscas brancas*" ou "*iscas do rio*", quais sejam: sairu, sardinha e ximburé, capturados com tarrafas de iscas e conservadas nos jacás de boca pequena, ou "jacás de isca". Estas iscas brancas são utilizadas para pescar peixes como o pintado (tucuxi e cachara), a jiripoca, o jurupensen, o barbado e o dourado.

Os peixes onívoros e os estritamente herbívoros têm nas fruteiras, um outro importante item alimentar durante os períodos de enchente, cheia e início de vazante, principalmente nas baías. Estas fruteiras, que ocorrem tanto nas baías como no rio, são utilizadas também pelos pescadores.

No período da estiagem, o rio Cuiabá torna-se o espaço com as mais importantes unidades de recurso para os pescadores. Durante uma ida à reserva do Limoeiro foi observada a presença de cinco pescadores da reserva e de outros quinze de "*fora*". Enquanto os da reserva utilizavam 5 canoas, os de fora usavam 5 barcos de alumínio, movidos com potentes motores de popa. Os cinco "*jacás*" - cestos de taquara para armazenar peixes - pertencentes aos pescadores da reserva estavam repletos de pacupevas. Em somente um deles havia cerca de 500 indivíduos. A pacupeva é um dos peixes mais abundantes neste período. Os pescadores utilizam como iscas o milho cozido, gafanhotos, minhocas, angu de farinha e mandioca. Em apenas duas horas de pesca da pacupeva, utilizando milho cozido como isca, foram pegos 42 indivíduos por somente um pescador. Das iscas citadas para a pacupeva, a preferida é o gafanhoto.

Em agosto e setembro de 1993, havia grande quantidade de gafanhotos à venda no Mercado de Peixe de Cuiabá. Os pescadores relataram que antes costumavam pegar os gafanhotos nas roças e nos campos cerrados , mas que agora eles são vendidos.

"Ano passado (1991) quando ele sumiu eles estavam vendendo o saco de gafanhoto. Nós fala saco, tem cerca de 200 gafanhotos. Custava Cr\$ 1500,00 cada saco, ano que vem (1993) deve estar uns Cr\$ 4000,00."

(pescadores da Vereda, set. 1992)

Outras iscas utilizadas são ora compradas - como o pinhão - ora plantadas, como a mamona. O pinhão é cozido, descascado e o caroço dividido em duas iscas. A mamona é plantada e a sua germinação ocorre com muita facilidade em qualquer lugar ou tipo de solo. Sua preparação é semelhante a do pinhão.

- Manejos

• CEVA

"O peixe não é nosso. É de todo mundo. Deve ter certa consideração. Se faz como nós tá fazendo, não fica sem o peixe. Se precisa dele, cuida dele."
(Seu Nhonhô, set.92)

A "ceva", com o uso constante de milho, constitui, nos dias de hoje, um importante manejo feito pelas reservas, com vistas a obter e manter um aumento da sua produtividade. O gasto com o milho pesa muito no lucro final dos pescadores que têm também despesas com frete. Este gasto é mais um dos motivos de conflitos quando ocorrem invasões de outros pescadores ou quando turistas querem pescar nas reservas de pesca. Apesar disso, os pescadores tem uma avaliação positiva da "ceva":

"Esse negócio da ceva é muito importante. Isto aqui é uma prova. A nossa reserva consegue ter mais peixe e por mais tempo que outras que não cevam. Hoje, quando as outras reservas já não tem mais peixes, nos mantemos os 5 pescadores da reserva e mais 22 de outras."
(Limoeiro, 1992)

Os pescadores de Limoeiro informam que eles praticam a pesca com "ceva" há 6 anos e que começaram como uma experiência, que hoje consideram bem sucedida. Ao serem questionados sobre como tiveram a idéia de usar a "ceva", dizem:

"Nós mesmos quando chegamos a um lugar e somos bem tratados, ficamos sentidos de ir embora; um peixe bem tratado, achando o que comer vai conservar naquele lugar." (Limoeiro, set.92)

A maior parte dos pescadores da reserva expressa uma preocupação muito grande em manter o estoque de peixes. Seu Sinhô, por exemplo, que acompanhou a diminuição dos peixes do rio Cuiabá, diz que é

"(...) melhor pegar pouco e sempre e sempre ter. A vantagem é meu anzol. Escapou vai viver; pegou tá certo." (idem)

Na reserva Maravilha, a ceva também é feita com milho comprado e

"(...) os peixes ficam parados por causa da ceva. Os peixes ficam parados aí por causa da ceva. Pacu, piraputanga, piau, piava, pacupeva." (pescador, jun 92)

Como conhecem os hábitos alimentares, sabem que os peixes atraídos pelo milho por sua vez irão atrair outros que deles se alimentam

"(...) você vendo a piava e a piraputanga, o pintado já para aí também, por causa da piava e dos peixes pequenos." (pescador da Maravilha, dez. 91)

4.6. Conservação dos Peixes - os Jacás

A alta produtividade da pesca no Rio Cuiabá e a distância dos pontos de venda, exige estratégias para a conservação dos peixes. Os pescadores utilizam duas formas tradicionais de conservação do pescado: a conservação dos peixes vivos, que é feita em grandes cestos mantidos na água - os jacás - e a conservação de peixes mortos, através da salgação. Em regiões do Rio Cuiabá, próximas a Barão de Melgaço (COSTA JR., 1993: 97), os peixes são levados diariamente para câmaras frias, nos frigoríficos, por "marreteiros", isto é, intermediários na comercialização do pescado.

O jacá fica preso em partes mais rasas do rio, próximo à margem, amarrado em dois ou três paus, dispostos triangularmente em torno do cesto. O cesto é construído de modo a permitir que a água atravesse as suas frestas e possa conservar o pescado. O jacá é confeccionado com bambu, cipó e arame. O bambu é retirado de preferência na lua minguante, "lua fraca" no dizer do pescador, que evita a broca e caruncho, ao contrário da lua cheia. Após o corte do bambu, este é colocado na água por uns dias até que se processe a "destalação", ou seja, para que rache os bambus em "talas", de mais ou menos 2 ou 3 cm de largura. A quantidade de bambu utilizada depende do tamanho do jacá que se quer construir. Se for um jacá grande, em torno de um metro e meio de diâmetro, são usados 18 bambus adultos. Para construir um jacá, três pessoas levam um dia e meio; enquanto um destala, dois tecem. Segundo os pescadores,

"O mais difícil é a destalação da taquara." (pescador do Limoeiro, maio de 1992)

O manejo dos jacás depende da espécie de peixe a ser armazenado:

"O pintado dura mais, dura até mês... o piaú dura igual ao pintado, o pacu só dura duas semanas e a piraputanga não agüenta prisão."
(pescador da Maravilha, 1992)

A pacupeva suporta, desde que não esteja em grande quantidade, até três meses, enquanto não é aconselhável que se deixe o pacu e o pintado por mais de uma semana, embora sobrevivam até durante um mês. A piraputanga, de acordo com um pescador da Maravilha, é muito frágil, se machuca muito e pode ser deixada no máximo por três dias no jacá.

Os pescadores observam diferenças no tempo de resistência dos peixes no jacá, na vazante e na enchente durante a "rodada" Neste período, o pacu "*dura mais*" no jacá; pois a água está mais fria e ele, mais magro e, além disso, ocorrem poucos peixes de pequeno porte (piquira, lambari) que habitualmente comem as escamas dos pacus, quando estes estão confinados. SAZIMA & MACHADO (1985) descrevem a predação das escamas de peixes grandes, por pequenos, no rio Cuiabá, evidenciando os danos deste ataque.

Uma vez que os peixes são deixados nos jacás, embora não recebam alimentação, devem ser preservados dos ataques das sanguessugas, que se reúnem em tamanha quantidade que podem matar mesmo os pintados maiores.

No período de estiagem e no início da enchente, observou-se que os pescadores utilizam algumas estratégias preventivas para evitar o ataque das sanguessugas, colocando capim e erva de São Caetano nos jacás. Durante a enchente eles deixam um peixe enfraquecido, ou mesmo morto no jacá, para que este possa ser colonizado por sanguessugas, que servem de alimento para os peixes pequenos - lambaris e piquiras - evitando desta forma que estes ataquem as escamas dos peixes grandes.

4.7. Comercialização do Pescado

A comercialização do pescado constitui o principal ponto de estrangulamento entre o esforço de trabalho dos pescadores e a colocação de seus produtos no mercado.

Diversos fatores contribuem para esta condição: a distância entre as reservas de pesca e o principal ponto de venda, o Mercado do Peixe em Cuiabá que pode distar entre 24km e 80km; a falta de meios próprios de transporte para alcançar o mercado; a falta de infra-estrutura para a conservação de grandes quantidades de peixes; a organização social da maioria das reservas, com pesca individual que dificulta a divisão do trabalho nas atividades de pesca e de comercialização, sobretudo nas fases mais produtivas.

Os pescadores tentam superar estas dificuldades juntando-se para fretar veículos para o transporte de peixes para o mercado. Como isto nem sempre é possível, surge a figura do intermediário, nos locais de pesca. O intermediário que pode ser um parente, um velho conhecido, um antigo morador, ou até mesmo o presidente da Colônia, chega semanalmente nas reservas e estabelece o preço, monitorado pela oferta em Cuiabá.

Quando os pescadores conseguem alugar um veículo, pagando antes, ou após a comercialização do produto, podem vender os peixes, diretamente aos consumidores, durante as primeiras horas do dia, porém nem sempre isso é possível.

Outro problema vivido por eles é que os preços começam a cair com o clarear do dia, e se ainda não conseguiram colocar os produtos, são obrigados a repassá-lo para intermediários do próprio mercado, para evitar perdas por deterioração do pescado.

Presenciou-se algumas vezes o desespero das esposas de pescadores, por ocasião da demora no retorno do mercado. A preocupação residia em saber se os peixes tinham sido vendidos ou tinham se deteriorado, o que neste caso significava prejuízo e perda de todos esforços.

Uma das mulheres de pescadores, em uma destas ocasiões dizia aflita:

" Meu Deus, ele tá demorando tanto! A uma hora destas o peixe já inchou!" (Santo Antonio, 1991)

4.8. Relações com o Sobrenatural

Apesar de toda a técnica, estratégias, cuidados, ciclos lunares e nível d'água que os pescadores devem observar, parece existir algo muito mais importante que regulamenta a pescaria. Ainda que se tenha obtido as informações que se seguem de apenas um pescador, os dados apontam para uma realidade muito importante, que é o imaginário dos pescadores. A maioria procura desconversar, alegando a inexistência ou desconhecimento, mas o fato é que alguns elementos parecem ter uma potência grande que influencia os resultados e a forma como os pescadores se relacionam com o rio.

A seguinte frase - *"na água tem mais vivente do que cabelo na terra"* já foi ouvida muitas vezes nos trabalhos de campo. Porém, foi Carlos Miguel, genro do Seu Ambrósio, presidente da reserva da Vereda, que explicou com mais detalhes o que isso significa. Isso quer dizer que as águas são habitadas por muitas espécies de seres, além dos peixes, e todos perigosos aos humanos. O *"boi d'água"*, o *"neguinho d'água"*, a *"mãe d'água"* que vivem em poços mais profundos, matam as pessoas. O minhocão, *"preto e igual a uma canoa emborcada"*, vira as embarcações dos pescadores e estes desaparecem em seguida. Estudo realizado por Silva Leite (1995, 1997) aborda em detalhe a figura do minhocão, rio Cuiabá.

Este mito que assemelha-se ao mito Bororo de *"aije"*, um monstro da lama e das águas que devora seres humanos, é uma influência desses índios sobre a cultura dos pescadores. Por isso, de acordo com Carlos Miguel, evitam pescar à noite e quando é absolutamente necessário entrar no rio depois que escurece - para observar armadilhas, por exemplo - em geral o fazem em duas pessoas, porque assim é mais seguro.

Na Amazônia existe o mito da cobra grande (SMITH, 1979:103) também muito perigosa, e que parece ter as mesmas características do minhocão.

Cada tipo de peixe tem um *"senhor"* que controla a quantidade que pode ser pescada. Carlos Miguel pergunta, *"por que às vezes tem tanto peixe e não se pesca nada?"*. Ele mesmo responde que é *"por causa dos bichos que controlam os peixes"*. Portanto, o rio é protegido (ou deveria ser) pelas entidades sobrenaturais que aí habitam e que atacam os homens que se aventuram em suas águas e mais do que isso, que controlam os resultados das pescarias.

A crença na existência de criaturas protetoras de peixes e de locais piscosos é bastante recorrente entre as populações que vivem da pesca no rio Amazonas, evidente influência das sociedades indígenas brasileiras. SMITH (ibidem) fez um levantamento bastante interessante das origens dos mitos indígenas que informam os pescadores. Em alguns casos, os peixes são protegidos por *"mães espíritos"*, como é o caso dos Desana (REICHEL-DOLMATOFF, 1975, *apud* SMITH, 1979: 107) e dos Munduruku (MURPHY, 1958, *apud* SMITH, 1979: 107).

REICHEL-DOLMATOFF (1975) em seu estudo sobre os Tukano, procura integrar a mitologia Tukano à necessidade de integração ao meio ambiente, demonstrando que cosmologia e ecologia são variáveis profundamente interligadas. Para o autor, a economia indígena está ligada a outros fatores que não

dizem respeito apenas à racionalidade para a obtenção de recursos, à adaptação ao ambiente e à ideologia econômica. Ele mostra que a cosmologia, mitos e ritos representam um conjunto de princípios ecológicos que resultam em um conjunto de regras sociais e econômicas que ao final garantem um equilíbrio entre os recursos do meio e a demanda da sociedade.

Os Tukano também atribuem a cada espécie comestível - animais ou peixes - um senhor que protege as espécies e determina quando e quanto de cada uma delas pode ser obtida através da caça ou pesca. Como o universo é concebido como um sistema em delicado equilíbrio, onde a quantidade de energia que entra está diretamente relacionada com a que é perdida, existem regras que controlam o tamanho das colheitas, o número de filhos, e a intensidade com que os recursos naturais são utilizados. Qualquer excesso poder trazer o desequilíbrio, alterações severas na natureza e a fome. Dentro deste princípio, pode-se entender a lógica dos pescadores tradicionais ao enfatizarem a necessidade de pescar apenas com anzóis, evitando instrumentos predatórios.

Pode-se notar que os pescadores do rio Cuiabá, aqueles que não utilizam a rede, percebem o rio, bocas, corixos e sangradouros como um sistema em um delicado equilíbrio, que está muito ligado ao que ocorre no Pantanal. Por isso afirmam que o "*pantanal é sagrado*", pois dele depende toda a vida rio acima, e por isso colocam ênfase nos cuidados em evitar o excesso de pesca. Os senhores dos peixes são os controladores da produção, mas evidentemente esta força, este poder, é inútil frente aos métodos mais violentos de pesca, tais como o fechamento de bocas e o uso de redes, que são uma violação das leis do rio.

O uso das redes, a deprender dos relatos ouvidos, acarreta uma espécie de castigo, que é a pobreza dos redeiros, maior ainda do que a dos pescadores artesanais. A rede não apenas coloca em risco a sobrevivência dos peixes, como torna miserável quem a utiliza. O anzol, ao contrário, preserva os peixes, pois dos muitos que passam pela isca, apenas um é sacrificado. As redes, ou outros métodos predatórios, ao contrário, têm reflexos que abrangem todo o ecossistema do rio, trazendo conseqüências para todos os pescadores e para todo o sistema de vida, ligado à movimentação dos peixes, inclusive a do Pantanal.

SMITH (1979) percebe que os mitos têm uma função protetora das espécies, pois forçam um respeito de certos lugares considerados encantados, que geralmente são aqueles em que os peixes desovam.

Porém, infelizmente, às vezes as pressões do sistema capitalista são mais fortes do que um sistema cosmológico que defende a vida no rio. Ademais, todos os impactos provenientes da dragagem, da pesca predatória, do turismo e da própria poluição do leito do rio praticamente anulam qualquer esforço dos pescadores em manter a produtividade pesqueira.

Em função disto, os pescadores mais experientes e mais antigos, que acompanharam a diminuição da produtividade, acreditam que o rio Cuiabá tem apenas pouco tempo de vida.

4.9. Peixes do Rio Cuiabá

Uma coleta de peixes foi realizada na reserva da Vereda, na segunda semana de novembro, para registro na coleção de referência da Universidade Federal de Mato Grosso. No dia da coleta o rio estava vazando³. Foram coletados exemplares das seguintes espécies: lambari, pacu, pintado, bagre amarelo, sardinha, sauaú, saicanga, saviru, pacupeva, cascudinho, canivete, jiripoca, piavuçu, jurupensen, dourado

³ A coleta foi realizada com auxílio de João, um dos pescadores da Vereda que mais se aproximou da equipe ao longo da pesquisa de campo. De todos os locais visitados, os pescadores da Vereda foram os de mais difícil acesso. Apenas João e seu Ambrósio, presidente da reserva, dispunham-se a conversar com a equipe. Algumas outras pessoas iniciaram a se relacionar com os pesquisadores, apenas a partir do dia em que se realizou a primeira coleta. Depois contaram que sempre que estranhos se aproximam eles acreditam que são da polícia ou algum tipo de fiscal, que visitam a reserva com algum objetivo repressor.

cachorro, sanguessuga, mussum, cascudo, ximburé, tuvira branca e tuvira bicudinha. Quando estas espécies apresentavam variações, também foram coletadas²⁴.

4.10. Os Pescadores Apresentam uma Sistema de Classificação?

Desde o início dos estudos observou-se nas descrições que os pescadores faziam dos peixes, uma forma de agrupá-los, que poderia conduzir a um sistema de classificação próprio e a uma aproximação aos níveis mais inferiores possíveis com os sistemas de classificação das ciências ocidentais. Com base nas informações dos pescadores e nas observações realizadas, organizou-se um agrupamento dos peixes para posteriormente fazer uma chave de identificação. Embora a chave preliminar testada com alguns pescadores, levasse à identificação correta dos peixes, entende-se a necessidade de ajustes antes de apresentá-la definitivamente. Assim, se apresentará a descrição agrupada dos peixes pelos pescadores.

A primeira grande separação que eles fazem refere-se à cobertura do corpo, onde duas grandes categorias e uma menor emergem. Entre as primeiras estão a dos peixes de couro e as dos peixes de escamas. A última categoria estaria representada pelos peixes com o corpo coberto com casca.

Entre os peixes de escamas considerados grandes, estão o pacu, piraputanga, pacupeva, curimatá, peagussu, piava, piranha, dourado, peixe-cachorro. Entre os de pequeno porte, estão o ximboré, saicanga, sardinha, sauru ou saivuru, sauá, lambari, piquira, jeju. Os peixes de casca englobam o cascudo, abotoado, acari, rapa-canoa, chicote, camboatá.

Já, como peixes de couro, estão o pintado-cachara e o pintado cambucu, o jaú, chicote, barbado, jurupoca, jurupensen e a cachara.

Os peixes de escamas são separados quanto a proporção entre a cabeça e o tamanho do corpo, a forma do corpo, a relação entre o "queixo" de cima (maxilar superior) e o "queixo" de baixo (maxilar inferior) e a presença de dentes.

A seguir é apresentada a descrição que na opinião dos pescadores diferenciam os tipos de peixes.

- PACU (*Piaractus mesopotamicus*): cabeça e corpo mais grossos; corpo redondo; queixo de cima igual ao queixo de baixo.

O pacu ainda pode ser dividido em pacu preto ou "morador" do poço ou de uma baía, e pacu amarelo ou "subidor", ou seja que sobe e desce o rio. Um terceiro tipo de pacu também é citado, o "arrepinado" (carne dura). Esta não é propriamente uma diferenciação feita pelos pescadores, mas uma observação de diferentes momentos na vida do pacu.

- PACUPEVA (*Mylossoma orbignyanum*): cabeça e corpo mais finos; corpo redondo; "queixo" de cima igual "queixo" de baixo.

- PEIXE-CACHORRO (*Raphiodon vulpinus*): cabeça fina; corpo comprido; "queixo" de baixo mais comprido, queixo fino; dente comprido.

- LAMBARI (*Astyanax* sp): corpo comprido, queixo de cima igual ao de baixo, com dente. Os pescadores descrevem ainda diferentes tipos de lambaris.

²⁴ Esta coleta representa uma pequena porcentagem das espécies de peixes encontradas no Pantanal. Até agora já foram descritas cerca de 250 espécies (Heraldo Britsky, comunicação pessoal).

- SAICANGA: corpo comprido, "queixo" de baixo maior que de cima, com "pinta" abaixo da cabeça.
- PIRANHA (*Serrasalmus* spp): corpo redondo; "queixo" de baixo mais longo que o de cima.
- DOURADO (*Salminus maxillosus*): cabeça mais comprida; escamas amarelo-ouro.
- SARDINHA (*Triphortheus angulatus*): cabeça mais comprida, longa; branca; "queixo" de baixo mais comprido que de cima.
- SAUÁ (*Tetragonopterus argenteus*): cabeça redonda; branca; queixo de baixo mais comprido que de cima.
- PIRAPUTANGA (*Brycon hilarii*): cabeça redonda, mais curta; escamas amarelas.
- CURIMBATÁ (*Prochilodus lineatus*): corpo comprido, "queixo" de baixo igual ao de cima, sem dente; escama dura, branca, com pinta escura.
- PIAVA (*Leporinus friderici*): boca pequena; com dente; escama dura, escura.
- PEAGUSSU OU PIAU (*Leporinus* spp): boca pequena, com dente, escama dura, escura.
- XIMBORÉ (*Schizodon* sp): boca pequena, com dente escama dura, escura.

O pescador Joci, chega até a fazer um agrupamento destes últimos, quando diz:

"(...) acho que ximboré, piava e piau é de uma família só."

Os pescadores diferenciam os peixes agrupados entre os de casca (acaris, rapa-canoas, camboatás, cascudos e chicotes), pela cor, formato da "boca" e presença de ferrão.

- ACARI e RAPA-CANOA (Loricariidae): apresentam-se com boca arredondada, distinguindo-se principalmente pela cor: o primeiro, pintado de preto e branco e o segundo de cor marron.
- CAMBOATÁ: tem a cor preta; possui barba e ferrão .
- CHICOTE: bicudo, de cor marron sem barba e ferrão e com dois fios no rabo .
- CASCUDO (Loricariidae): um amarelo com pinta preta e outro pintado, com duas pintas, uma na cabeça e outra no rabo.

Estas descrições, ainda que preliminares, mostram a forma como os pescadores tradicionais vêm, conhecem e distinguem os peixes e dão uma indicação de que possuem um sistema de classificação.

4.11. O "Lufa-Lufa" do Pescador

Os ecossistemas tropicais caracterizam-se por apresentarem marcante variação ambiental dentro de um ciclo diário, além daquelas observadas durante um ciclo anual. Dessa forma, os ecossistemas aquáticos mostram variação de diversos fatores e processos ecológicos, como a temperatura, o oxigênio dissolvido, bem como a produtividade primária, a migração, a predação e a competição. Estas variações influenciam fortemente o ritmo diário dos peixes e, em consequência, dos pescadores, na medida em que algumas horas do dia são favorecidas para atividades da pesca enquanto que em outras, elas são dificultadas. Isto possibilita aos pescadores empregar seu tempo em outras atividades que implementam a pescaria e em outras que ampliam suas fontes de sustento.

A observação do "lufa-lufa" - termo com o qual os pescadores designam seu trabalho cotidiano, possibilitou verificar o uso do tempo. Apresentou-se aqui, na tabela número VI, a título de

exemplo, um dia de trabalho de pescadores, salientando que as atividades são variáveis e podem ser entremeadas com trabalho na roça, fabrico de rapadura, e outros. Como a presença feminina nas reservas de pesca é muito rara, os homens ainda devem cozinhar seus próprios alimentos.

TABELA VI. a - Relato das Atividades no Período da Manhã em Maio de 1992

PESCADOR	ATIVIDADES REALIZADAS
PESCADOR 1	<ul style="list-style-type: none"> • Preparação do barro para: - barrotear a casa; - barroteamento da casa
PESCADOR 2	<ul style="list-style-type: none"> • Pescaria de sonda; • Colocação de isca no espinhel; • Passagem de gancho no fundo do rio para procura do espinhel
PESCADOR 3	<ul style="list-style-type: none"> • Pescaria de sonda
PESCADOR 4	<ul style="list-style-type: none"> • Ausente

TABELA VI.b - Relato das Atividades no Período da Tarde (almoço e descanso até 15h00) em Maio de 1992

PESCADOR	ATIVIDADES REALIZADAS
PESCADOR 1	<ul style="list-style-type: none"> • Arrumar isca no espinhel
PESCADOR 2	<ul style="list-style-type: none"> • Procura de isca no brejo
PESCADOR 3	<ul style="list-style-type: none"> • Pescaria de batê
PESCADOR 4	<ul style="list-style-type: none"> • Conserto de tarrafa de isca; • Vedação da canoa cm piche

5

CONCLUSÃO

O Pantanal de Mato Grosso, na Depressão Paraguaia, teve seu processo de formação iniciado em tempos muito remotos. Os processos erosivos que formaram a Depressão datam do período Pós-Cretáceo, e os processos de sedimentação do Quaternário. As águas dos rios que compõem a Bacia do Alto Rio Paraguai, que alimentam o Pantanal, drenam Formações geológicas muito antigas. A região tem sido modelada mais recentemente por mudanças climáticas que ocorreram desde o Quaternário. A dinâmica das águas tem dado os últimos retoques na criação ou modificação das formas, as quais contribuem como uma das causas da diversidade de unidades de paisagem no Pantanal.

As mudanças geológicas e climáticas, de longa duração, que ocorreram no Pantanal e extrapolam escalas locais e regionais, favoreceram a distribuição e o estabelecimento de organismos de diferentes origens biogeográficas.

As mudanças compreendendo tempos mais curtos, como as dos ciclos plurianuais e anuais da dinâmica das águas definem um pulso nas áreas alagáveis no Pantanal - o pulso da enchente, que condiciona os processos ecológicos da sucessão e da produtividade na região.

Paralelamente a estas mudanças originadas na natureza (de origens naturais), a chegada do homem no Pantanal também contribuiu para a transformação deste espaço. A história da ocupação do Pantanal nesta pesquisa, pode ser contextualizada a partir das sociedades pré-colombianas, embora a precária base de dados arqueológicos não forneça nenhuma indicação da data da entrada do homem no Pantanal.

Nesta pesquisa, foi possível delinear três grandes fases ou etapas do processo de colonização do Pantanal: na primeira, predominaram as sociedades indígenas; na segunda, com a colonização "branca", iniciaram-se os conflitos interétnicos, que causaram o declínio daquelas sociedades; a terceira e última fase teve seu marco na segunda metade deste século, a partir da década de 70, quando é reproduzido o "novo" modelo de desenvolvimento adotado no país. Esta fase da ocupação caracteriza-se pela convivência, nem sempre pacífica, de diversas formas de organização social, de ocupação do espaço e do uso dos recursos naturais. Estas etapas da ocupação do Pantanal diferenciam-se também pela qualidade e velocidade nas mudanças ecológicas de origem antrópicas.

No período em que as sociedades indígenas dominaram, registram-se, como em outras regiões, relações mais estreitas e equilibradas com a natureza; os índios descobrem e experimentam plantas de uso na alimentação, na medicina e na criação de artefatos; desenvolvem instrumentos e técnicas de pesca e de transporte na água; modificam espaços para adaptá-los à inundação. As modificações que imprimem nos espaços ocupados não parecem ter causado impactos na estabilidade ecológica dos frágeis ecossistemas do Pantanal. A nível teórico, pode-se hipotetizar que nesta fase, os impactos antrópicos eram muito incipientes, possibilitando a manutenção da estrutura e funcionamento dos ecossistemas, próximos às condições "naturais".

Os reflexos da ocupação na segunda fase, são mais acentuados na sua segunda metade, devido à introdução do gado, enquanto espécie exótica com todas as implicações decorrentes da mesma, principalmente na conquista e incorporação de novos espaços. Nesta fase também teve início a busca das pedras preciosas: ouro e diamante. Porém, pode-se afirmar que os impactos ainda eram pontuais. Parte dos migrantes desta fase incorporaram elementos do modo de vida indígena e os transformaram para se estabelecerem, com mais possibilidades de reprodução. A miscigenação fortalece as "trocas culturais" entre o índio, o negro e o branco. As vantagens decorrentes destes contatos e trocas favoreceram os brancos, em detrimento daqueles que aí já viviam e marginalizaram os negros, que vieram na condição de escravos.

Apesar das duas primeiras fases de ocupação terem tido séculos de duração, é na terceira fase, com menos de 30 anos, que são acentuados os impactos sociais e ambientais na região. Muda-se a velocidade, a qualidade e a extensão dos impactos sócio-ambientais. Além disso, os diferentes impactos sinergizam, o tempo de duração dos seus efeitos se estendem, e as possibilidades de recuperação, em alguns casos, alcança seus limites. A região é incorporada aos grandes projetos de desenvolvimento; diretamente, como no caso da abertura de estradas (Projeto de Integração Nacional) ou, ainda, como área de influência, como do projeto POLONOROESTE. A concentração das terras acentua-se profundamente, no modelo capitalista; intensifica-se o uso de recursos naturais nas comunidades tradicionais e aumentam as pressões sobre as sociedades indígenas.

Desta forma, amplia-se nesta fase as pressões para que a região, por motivos geopolíticos e de segurança, seja definitivamente incorporada aos projetos nacionais. A abertura das fronteiras das regiões Centro-Oeste e Norte constitui um marco, um divisor de águas, da incorporação destas ao projeto de desenvolvimento de escala e interesse nacionais.

Os problemas ambientais, que antes apresentavam-se localizados, ampliaram seus efeitos e repercussões a nível mundial. Discutem-se, hoje, mudanças globais, tais como o efeito estufa, a destruição da camada de ozônio, a perda da biodiversidade, etc. Questionam-se os efeitos destas mudanças mundiais a nível local e regional e vice-versa. No Pantanal, as atividades antrópicas que acarretam impactos ambientais são em sua maioria originados na parte alta da bacia do rio Paraguai, tais como a construção de rodovias, mineração, desmatamento das cabeceiras, monoculturas de soja, uso abusivo de biocidas, introdução de espécies exóticas e o crescimento urbano. Na planície propriamente dita, destacam-se os garimpos de ouro, com uso de mercúrio no processo de amalgamação e a construção de estradas nas áreas alagáveis, por exemplo.

Da mesma forma que as mudanças ambientais, a economia também se globaliza. Os mercados econômicos ampliam-se, buscando saídas regionais e mesmo internacionais. A criação de mercados regionais como o MERCOSUL, apresentam-se aos governantes como opção geopolítica e econômica mais viável, demandando políticas públicas de escala regional como, por exemplo, a execução de obras de melhoria da Hidrovia Paraná-Paraguai, de interesse do Brasil, Bolívia, Paraguai, Uruguai e Argentina, porém de grande impacto sobre o Pantanal, uma vez que as obras que modificarão a geometria do rio, serão executadas no trecho entre Cáceres e Rio Apa, em Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Neste contexto também coloca-se o gasoduto da Bolívia para o Brasil. Outras obras, embutidas nas políticas públicas dos países do Cone Sul, criam os alicerces para fortalecer os mercados econômicos e uma geopolítica regional e assim possibilitar formas de negociação com mercados de outras regiões, como o NAFTA, que reúne os interesses dos Estados Unidos, Canadá e México.

Por outro lado, as políticas de desenvolvimento trazem agora no seu bojo um "novo" modelo de desenvolvimento, o chamado desenvolvimento sustentado, que incorpora idéias e valores ambientais, possibilitando um maior equilíbrio na importância atribuída ao componente ambiental em relação ao

componente econômico nos projetos de desenvolvimento. Não sem razão, o Banco Mundial incorpora as idéias contidas nesta proposta de desenvolvimento sustentado, nos projetos que recebem seu financiamento, como o PRODEAGRO, projeto de desenvolvimento agro-ecológico, para a área de abrangência do antigo Projeto POLONOROESTE, no Estado de Mato Grosso. Além deste projeto de desenvolvimento, o Banco Mundial também financia para os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, o projeto de Conservação da Bacia do Alto Rio Paraguai - o PCBAP.

Novas formas de organização de grupos de pressão também globalizam suas preocupações, como as Organizações Não Governamentais (ONGs) americanas e européias. As políticas ambientais, antes limitadas ao nível local e nacional, assumem agora proporções mundiais após a ECO-92. A Agenda 21, o principal documento concluído nesse evento, resume as principais diretrizes, metas e ações de cunho globalizante e deverá nortear os passos que serão trilhados no século que se aproxima. A ECO-92 também influenciou o fortalecimento de novas formas de organização, através de Fóruns Nacionais e locais que reúnem os interesses de ONGs ambientalistas e de Movimentos sociais, ampliando os espaços de discussão e de possibilidades de intervenção.

É neste contexto de globalização, de políticas públicas nacionais, regionais e locais que é preciso de perguntar sobre as opções de desenvolvimento para os frágeis ecossistemas do Pantanal e as possibilidades de reprodução do modo de vida das comunidades humanas tradicionais.

Contraditoriamente, as recentes políticas ambientais brasileiras terminam como mais um ingrediente complicador para a vida destas comunidades. Por um lado, na maioria dos casos, estas contribuíram para a conservação, ou mesmo para a construção de um meio considerado "natural", como demonstram estudos recentes sobre as sociedades indígenas e, como ficou claro neste trabalho, a importância da ação antrópica para a manutenção e conservação de pastagens naturais no Pantanal.

Por outro lado, a legislação ambiental pode obstaculizar ações costumeiras de manejos como, por exemplo, as queimadas em pequena escala para as roças de coivara. A aplicação das leis ambientais de preservação têm se constituído mais em elemento de pressão e de amedrontamento para as comunidades tradicionais, do que ação eficaz de conservação do meio. As grandes queimadas da Amazônia, proibidas por lei, não cessaram; no entanto, no início do calendário agrícola de 1992, os mimoseanos estavam com medo de queimar suas pequenas roças, das quais depende sua subsistência. A proibição da pesca predatória e na piracema, também com propósitos conservacionistas, atinge muito mais os pescadores artesanais, mais sujeitos à fiscalização, do que os verdadeiros responsáveis pelo comprometimento da produtividade do rio. A limpeza dos campos das plantas invasoras, também constitui outro ponto de conflito com a política ambiental. O IBAMA considera esta limpeza como desmatamento, uma vez que o cambarazal tem uma fisionomia de mata, enquanto os pantaneiros entendem esta colonização dos campos pelos cambarás como invasão, como realmente o é. O desconhecimento ecológico da região, por parte do IBAMA, e a inadequação da legislação brasileira para áreas como o Pantanal, que funcionam diferentemente de outras, acentua o problema das plantas invasoras, considerado um dos mais críticos pelos pantaneiros.

Outro elemento a ser pensado é o abandono progressivo do modelo de ocupação comunal da terra, ou dos recursos naturais.

As reservas de pesca recortam a água do rio em diversos territórios, compartilhados por pescadores, assim como os pastos comunais em Mimoso recortam a área alagável. O uso comunal do rio por agora parece não estar ameaçado, na medida em que esta é a única maneira viável da atividade pesqueira. Porém, com relação ao uso comunal da terra, observa-se que historicamente este foi substituído por novas formas de ocupação, como ocorreu com as "*common lands*" na Inglaterra e em todos os locais em que o

capital eliminou formas tradicionais à margem do capitalismo. O capital alimenta-se da especulação sobre a terra e da propriedade privada. A existência de terras comunais sob sua égide, tem se tornado cada vez mais inviável e há uma somatória de pressões neste sentido.

Pelo tipo de manejo que os pantaneiros de Mimoso fazem do gado, no entanto, percebe-se que apenas com o modelo de pastos comunais e com a limpeza intensiva dos mesmos é possível a continuidade deste modelo de pecuária e de vida, enfim. Apesar de que já se pode observar sinais de esgotamento "energético" dos pastos e possivelmente o meio ambiente já não tenha a mesma possibilidade de suporte que tinha anteriormente. Pode-se concluir que a individualização dos pastos, se realizada extensivamente, provocará o esgotamento dos recursos e inviabilizará a reprodução da forma de vida dos mimoseanos.

Os dados disponíveis apontam fortemente para esta possibilidade, uma vez que outros aspectos da organização dos mimoseanos já foram muito alterados, e que a relativa autonomia econômica que dispunham está muito comprometida com o abandono do fabrico da farinha, rapadura, tecelagem, bem como pela crescente dependência de bens de mercado. A migração para as cidades, que aparenta ser uma resposta social ao esgotamento dos recursos naturais e à incapacidade do meio em conter uma população de maior porte traz como conseqüências o envelhecimento da população, e a dispersão e perda de conhecimentos tradicionais, impondo novos valores aos que ficam.

A chegada da energia elétrica no ano de 1993 trará, certamente, conseqüências que não podem ser ainda avaliadas em toda sua extensão, mas certamente ocorrerão mudanças de hábitos e modificação nos níveis atuais de sociabilidade. Enfim, é possível que os mimoseanos continuem a existir, mas com maiores relações e maior dependência do capital.

A acumulação do capital promove a concentração das terras nas mãos de grandes proprietários e provoca a expulsão daqueles que por anos as cultivaram. O acesso às terras que antes dispunham, possibilitava aos ribeirinhos o exercício da poliatividade: roças de cana, e de outras culturas, criação de gado, quintais e pescaria. Além disso, favorecia o fabrico da rapadura e da farinha. A perda das terras, impossibilitou a execução das diversas atividades, obrigando aos ribeirinhos a optar por somente uma delas, o que foi permitido com a pesca. Restou aos que habitam as margens do rio, apenas a água. Assim, a pesca viabilizou-se como atividade, mas mais do que uma escolha, foi a única possibilidade de acessar um território sem dono: as águas.

Mas, até quando o espaço das águas estará livre para os pescadores? Este território começa a mostrar já seus atrativos também para os que expulsaram da terra a maioria dos pescadores. Surgem outros "pescadores", turistas que ocupam o espaço da água com suas máquinas barulhentas e voadoras, impedindo aos verdadeiros pescadores que dependem da produtividade dos rios para sobreviver.

Além disso, outras variáveis ambientais e sócio-econômicas, à montante de onde vivem os pescadores, afetam a qualidade e a quantidade das águas das quais dependem.

A fragilidade atribuída aos ecossistemas pantaneiros, aqui é estendida a estas comunidades tradicionais que criaram alternativas para sobrevivência em espaços de grande movimento, como são as áreas alagáveis do Pantanal. Assim, os esforços das políticas ambientais para garantir a estrutura e funcionamento destes ecossistemas, principalmente de sua biodiversidade, devem também ser construídos no sentido de estendê-los para a manutenção da diversidade cultural, e da reprodução destas formas e estratégias de sobrevivência.

BIBLIOGRAFIA

- AB'SABER, A. N. "O Pantanal mato-grossense e a teoria dos refúgios". In: *Revista Brasileira de Geografia*; 50 (2): 9-57, 1988.
- ADÁMOLI, J. A. "O Pantanal e suas relações fitogeográficas com os Cerrados. Discussão sobre o conceito 'Complexo do Pantanal' ". In. CONGRESSO NACIONAL DE BOTÂNICA, 32. *Anais*. Sociedade Brasileira de Botânica, Teresina, 1981. pp. 109-119
- ALBISETTI, C. & VENTURELLI, A. *Enciclopédia Bororo*, Publicação nº 1. Campo Grande: Museu Regional Dom Bosco, 1962.
- ALVARENGA, S. M. *et alii*. *Estudo geomorfológico aplicado à bacia do Alto Rio Paraguai e Pantaneais Mato-grossenses*. In: *Boletim Técnico*. Projeto RADAMBRASIL. Salvador, out-1984. pp.89-183 (Série Geomorfologia; 1)
- ANTUNES, M. P. "Diagnóstico da área de estudo" (resumo). In: SIMPÓSIO SOBRE OS RECURSOS NATURAIS E SÓCIO-ECONÔMICOS DO PANTANAL. Corumbá. *Anais*. Brasília: EMBRAPA, 1986. pp. 137-78.
- BANDEIRA, M. L. *et alii*. *Mato Grosso no discurso das leis (1850-1930)*. Cuiabá: UFMT - Departamento de História, 1988. (mimeo)
- BARROS, A. M. *et alii*. "Geologia". In: BRASIL. Ministério das Minas e Energia. Projeto RADAMBRASIL, Folha SD, 1 Cuiabá. p.25-175. Rio de Janeiro. *Levantamento de Recursos Naturais*, 26, 1982.

- BARROS, E. P. “Política Indigenista, Política Indígena e suas relações com a política expansionista no II Império em Mato Grosso”. In: *Revista de Antropologia*, vol. 30/31/32. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-USP, 1989.
- BASTOS, U. R. *Expansão Territorial do Brasil Colônia no Vale do Paraguai (1767 - 1801)*. São Paulo: EDUSP, 1972
- BIANCO, B. F. *Antropologia das sociedades contemporâneas*. Rio de Janeiro: Global Universitária, 1987.
- BOGGIANI, G. *Os Caduveo*. São Paulo: Editora da USP: Itatiaia, 1975. (Coleção Reconquista do Brasil; v. 22)
- BORGES, F. T. M. *Do Extrativismo à Pecuária: algumas observações sobre a História Econômica de Mato Grosso (1870 - 1930)*. Cuiabá: Gráfica Genus, 1991.
- BRASIL - Ministério do Interior. *Estudos Hidrológicos da Bacia do Paraguai*, Brasília: Ministério do Interior - Dep. Nac. de Obras de Saneamento, 1972.
- BROWN JUNIOR, K. “Zoogeografia da região do Pantanal Mato-grossense”. In: SIMPÓSIO SOBRE OS RECURSOS NATURAIS E SÓCIO-ECONÔMICOS DO PANTANAL. Corumbá. 1984. *Anais*. Brasília: EMBRAPA, 1986. pp. 137-78.
- CABEZA DE VACA, A. *Naufrações e Comentários*. São Paulo: L.P.M. Editores, 1987.
- CAMPOS, A. P. “Breve Notícia, que dá o capitão Antonio Pires de Campos”. In: TAUNAY, A. E. *Relatos Sertanistas*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1981.
- CASTRO, M. I. & GALETTI, L. “Um histórico dos usos sociais da biodiversidade em Mato Grosso”. In: CASTRO, C. (org.) *Diagnóstico Florestal de Mato Grosso*. Brasília: FUNATURA/ ITTO, 1994. (prelo)
- CARVALHO, N. O. “Hidrologia da Bacia do Alto Paraguai.” In: SIMPÓSIO SOBRE OS RECURSOS NATURAIS E SÓCIO-ECONÔMICOS DO PANTANAL. Corumbá, 1984. *Anais*. Brasília: EMBRAPA, 1986. pp-43-49.
- CORREA FILHO, V. *Pantaneais Mato-grossenses (desenvolvimento e ocupação)*. Rio de Janeiro: IBGE, 1946. (Biblioteca Geográfica Brasileira Série A-Livros; 3)
- _____. *Questões de terras*. São Paulo: Secção de Obras do Estado de São Paulo, 1923.
- COSTA JR., P. *Os "vilões" do Rio Cuiabá: um estudo sobre a pesca em Estirão Comprido - Pantanal de Barão de Melgaço-MT*. Cuiabá, 1993. Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação Ambiental - Universidade Federal de Mato Grosso.
- COSTA, M. F. G. *Modalidades de Pesca em Mato Grosso através das Descrições de Viajantes do século XIX*. Trabalho de assessoria para o Projeto “Estratégias de Sobrevivência de Comunidades Tradicionais no Pantanal Mato-grossense”, Cuiabá, 1992.
- COSTA, M. F. G. *Ocupação histórica da Bacia do Alto Paraguai*. Cuiabá: SEC-MT. Divisão de Educação indígena. 1991. (mimeo).

- CUNHA, C. N. *Estudos florísticos e fisionômico das principais formações arbóreas do Pantanal de Poconé - Mato Grosso*. Campinas, 1990. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Campinas.
- D'AMBRÓSIO, U. *Etmomatemática*. São Paulo: Ática, 1990.
- DA SILVA, C.J. Ecological basis for the management of the Pantanal - Upper Paraguay River Basin.- pp. 97-117 in: SMITS, A.J.M., NIENHUIS, P.H., LEUVEN, R.S.E.W. (eds.): New approaches to river management.- Backhuys Publishers, Leiden, The Netherlands. 2000.
- DA SILVA, C.J. “Bases Ecológicas para a discussão dos impactos potenciais do Projeto Hidrovia Paraguai/Paraná (PHPP) sobre as comunidades tradicionais no Pantanal Mato Grossense”. In: *Gestion Participativa de la Cuenca Hidrográfica Paraguay - Paraná. Cap. 5, Tomo II* IDRC/CIID/ICV, Canada/Uruguai. 1998
- DA SILVA, C.J.; MEDEIROS,H.;PRESSOTI, T. M. “Impactos potenciais do Projeto Hidrovia Paraguai/Paraná (PHPP) sobre as comunidades tradicionais no Pantanal Mato Grossense “. In : *Gestion Participativa de la Cuenca Hidrográfica Paraguay - Paraná. Cap. 6, Tomo II* IDRC/CIID/ICV, Canada/Uruguai. 1998.
- DA SILVA, C. & FERNANDES SILVA, J. - *Estratégias de Sobrevivência de Comunidades Tradicionais no Pantanal Mato-grossense: relatório preliminar*. São Paulo: NUPAUB-USP, 1992. (Estudos de Caso; 5)
- DA SILVA, C. J. “Nota Prévia sobre o significado biológico dos termos usados no Pantanal Mato-grossense”. In: "*Batume*" e "*Diquada*". *Revista Universidade Federal de Mato Grosso*: 30-36, 1984.

- DA SILVA, C. J. *Influência da variação do nível da água sobre a estrutura e funcionamento de uma área alagável do Pantanal Mato-grossense* (Pantanal de Barão de Melgaço, Município de Santo Antônio de Leverger e Barão de Melgaço-MT). São Carlos. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de São Carlos. 1990.
- EDF&CEBRAQ “Hidrovia Paraguay – Paraná Navigation Project (The) Report of na independente Review”. 1997
- DURAN, E. “A pesquisa Antropológica com populações urbanas. Problemas e perspectivas”. In: CARDOSO, R. (org.) *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- FERNANDES SILVA, J. “Aqui tudo é parente”: um estudo das práticas e idéias em relação ao tempo e espaço entre os camponeses de Mimoso. Tese de doutorado. São Paulo: USP/Antropologia Social, 1998.
- FERRAZ DE LIMA, J. A. “A Pesca no Pantanal de Mato Grosso (Rio Cuiabá: biologia e ecologia pesqueira)”. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA DE PESCA, 2. Recife, 1981. *Anais*, pp. 503-15.
- FERREIRA, M.S.D. “A comunidade de barranco alto : diversificação de saberes às margens do rio Cuiabá. . Dissertação (Mestrado em Ed. Pública) Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 1995. 137p.
- FRANCO, M. S. & PINHEIRO, R. “Geomorfologia”. In: BRASIL. Ministério de Minas e Energia. *Projeto RADAMBRASIL*. Folha SE 21 e parte da Folha SE 20. pp.161-224. *Levantamentos de Recursos Naturais*, 27. Rio de Janeiro, 1982.
- FRECAUT, R. “Les modalites de l'ecoulement de surface”. In: TRICART, J.; PAGNEY, P. & FRECAUT, R. *Le Pantanal (Brésil) - étude écologique geomorfologique. Exemples Sud-Américaines. Traité et document de géographie tropicale*. CEGET. 52: 75-90. 1987.
- FRIEDRICH, M. Hidrovia Paraguay – Paraná y la integración Latinoamericana In: Potthast, B., Kohut, K., Kohlhepp, G. (Eds.) *El espacio interior de América del sur. Geografía, historia, política, cultura*. Americana Eystettensia. Publikationen des Zentralinstituts für Lateinamerika – Studien der Katholischen Universität Eichstätt, Serie A: Kongreßakten, 19 Franckfurt . 1997. p.131-143.
- GERA/UFMT – *Implicações sócio - ambientais do desenvolvimento urbano sobre as populações tradicionais ribeirinhas dos Municípios de Cuiabá e Várzea Grande*. Cuiabá – Mato Grosso. 167p. 1998
- GUIMARÃES, A. P. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- GODELIER, M. *Horizontes da antropologia*. Lisboa: Ed. 70, 1973.
- HAMILTON, S.K. Potential effects of a major navigation project (Paraguay-Paraná Hidrovia) on inundation in the Pantanal floodplains. *Regulated rivers: Research and management* 15:289-299. 1999.**
- HARRIS, M. *Vacas, porcos, guerras e bruxas: os enigmas da cultura*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

- LOURIVAL, R. et al. *Impactos da Hidrovia Paraná - Paraguai na Biodiversidade Pantaneira*. Anais Segundo Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio-Econômicos do Pantanal. Manejo e Conservação. EMBRAPA, Corumbá, Brasil. 1999 P. 518-534.
- JUNK, W. J. *et alii*. "The flood pulse concept in river floodplains". In: *Can. Spec. Publ. Fish. Aquat. Sci.* (106): 110-127, 1989.
- MACHADO, F. A. *Comportamento e hábitos alimentares de quatro espécies de Cichlidae (Teleostes) no Pantanal Mato-Grossense*. Campinas, 1983. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas.
- MALDONADO, S. C. *Mestres & mares - espaço e indivisão na pesca marítima*. São Paulo: AnnaBlume, 1993.
- _____ *Pescadores do mar*. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios)
- MARGALEF, R. *Perspectives in ecological theory*. Chicago: The Univ. of Chicago Press, 1968.
- MARTINS, J. S. *O cativo da terra*. São Paulo: Liv. Ed. Ciências Humanas, 1979.
- MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. v. 11. São Paulo: EBU/EDUSP, 1974.
- MELGAÇO, Barão de "Apontamentos cronológicos da Província de Mato Grosso". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, vol. 205, out.-dez. 1949.
- MENDONÇA, E. *Datas Mato-grossenses*. Cuiabá: Prefeitura de Cuiabá, 1973.
- MORAN, E. F. *A Ecologia humana das populações da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- MORIN, E. *O método I - a natureza da natureza*. Portugal: Publicação Europa-América, 1977.
- _____ *O paradigma perdido - a natureza humana*. Portugal: Publicação Europa-América, 1973.
- MOUTINHO, J. F. *Notícia sobre a Província de Matto Grosso*. São Paulo: Typografia de Henrique Schroeder, 1869.
- ODUM, E. P. *Ecologia*. Trad. Cristopher J. Tribe. Rio de Janeiro: Interamericana, 1985.
- PARKER *et alii*. "Resource exploitation in Amazonia: ethnoecological examples from four populations". Amazonian ethnoecology. In: *Annals of Carneggie Museum*. Pittsburg, v. 52, art. 8, 1983. (separata)
- PAGNEY, P. & FRECAUT, R. *Le pantanal (Brésil) - étude ecogeographique geomorfologique. Exemples Sud-Americanas. Travaux et document de geographie tropicale*. CEGET. 52:37-73, 1984.
- PERARO, M. A. *A População de Cuiabá no final do séc. XIX, 1871 a 1890, segundo os registros paroquiais (consid. preliminares)*. Cuiabá: UFMT, 1992. (mimeo)
- PEREIRA, J. V. C. "Pantanal - Tipos e Aspectos do Brasil". In: *Rev. Bras. Geog.* 6(2): 281-5, 1944.

- PONCE, V. M. & CUNHA, C. N. "Vegetated earthmounds in tropical savanas of Central Brazil: a syntesis". In: *Journal of Biogeography*, 20: 219-25, 1993.
- PONCE, V.M. Estudos Hidrológicos e ambiental da Hidrovia Paraná – Paraguai no Pantanal Mato Grossense. Um estudo de referência. San Diego State University 1995
- PORTO, R.A. " Diagnóstico Sócio-Ambiental da Pesca em Barão de Melgaço, Pantanal de Mato Grosso: Um Estudo de Caso." (Dissertação) UFMT – Universidade Federal do Mato Grosso, Instituto de Biociências. Cuiabá -MT 1999. 204p.
- POSEY, D. "Indigenous knowledge and development an ideological bridge to the future". In: *Ci.e Cut.*, 35(7): 877-894, 1983.
- POSEY, D. *et alii*. "Etnoecology as applied antropology in Amazonian development". In: *Human Organization*, 43(2):95-107, 1984.
- POSEY, D. *et alii*. "Introdução-Etnobiologia: Teoria e prática." In: RIBEIRO, B. (ed.) *Suma Etnológica Brasileira, 1 Etnologia*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- PRANCE, G. T. & SCHALLER, G. B. "Preliminary study of some vegetation types of the Pantanal Mato Grosso Brazil". In: *Brittonia*, 34 (2): 228-251, 1982.
- RADAMBRASIL "Geologia". In. BRASIL. Ministério das Minas e Energia. Folha SD. 21 Cuiabá. p. 25-175. *Levantamento de Recursos Naturais*, 26. Rio de Janeiro, 1982.
- REGO, M.C. de M. *Lembranças de Mato Grosso*. Várzea Grande: Fundação Júlio Campos, 1993. (Coleção Memórias Históricas, v.I) (fac-símile, ed. 1897)
- REICH-DOLMATOFF, G. R. "Cosmology as ecological analysis: a view from the rain forest". In: *Huxley Memorial Lecture, Man (N.S.) II*, 307-318, 1975.
- REIS,S.L. A . " As relações ambientais e educativas no cotidiano da comunidade ribeirinha de Porto Brandão, Pantanal de Barão de Melgaço, Mato Grosso. Dissertação (Mestrado em Educação Pública) , Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 1996. 168p.**
- ROBERTO, M. F. "Sobre Mato Grosso e política indigenista", In: BUZATTO, I. *et alii. Dossiê Índios de Mato Grosso*. Cuiabá, 1987.
- ROQUETTE-PINTO, E. *Rondonia*. São Paulo: Editora Nacional, 1975. (Coleção Brasileira)
- ROSA, C. *et alii. Escravo e terra em Mato Grosso: o caso de Livramento (1727-1823)*. Mato Grosso: FUFMT. s/d. (mimeo).
- SÁ, J. B. *Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos*. Cuiabá: UFMT: SEC, 1975.
- SAHLINS, M. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- SANCHEZ, R. O. *Estudo geomorfológico del pantanal regionalizaciones subregionalizaciones y sectorizacion geográfica de la Depressión de la Alta Cuenca del Rio Paraguai*. Brasília: EDIBAP/UNPA/OEA, 1977.

- SAZIMA, I. & MACHADO, F. A. “Hábitos e Comportamento de *Roeboides prognathus*, um Peixe Lepidófago (*Osteichthyes, Characoidei*)”. In: *Bolm. Zool*, São Paulo: USP, 7: 37-56, 1982.
- SHIFT - *Studies of Human Impact on Forest and Floodplain in the Tropics - ecological research program in collaboration between Brazilian Research Council (CNPq), Brazilian Environmental Agency (IBAMA) and German Ministry of Science and Technology (BMFT)*. 1998, 2002.
- SCHWENK, L.M. *Morraria Mimoso e entorno : caracterização ambiental e uso social da biodiversidade (Dissertação) UFMT – Universidade Federal do Mato Grosso, Instituto de Biociências. Cuiabá - MT 1998. 133p.*
- SCHWENK, L.M. & DA SILVA, C.J. *Uso social da biodiversidade III Simpósio sobre Recursos naturais e Sócio Econômicos do Pantanal Anais. Ed. EMBRAPA/ CPAP. Corumbá. [http. www.embrapa_cpap.br](http://www.embrapa_cpap.br). 2002*
- SICK, H. *Ornitologia Brasileira*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1985.
- SILVA, A. J. *Aspectos da alimentação do pacu adulto *Colossoma mitrei* (Berg, 1985) Pisces, Characidae, no Pantanal de Mato Grosso*. Rio de Janeiro, 1985. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- SILVA LEITE, M.C. *Águas encantadas de Chacororé: Paisagens e mitos do Pantanal*. (Tese) Universidade Católica de São Paulo, PUC/São Paulo. 2000.176 p
- SILVEIRA, J.M.F. *Aplicação do método Stakeholder analysis no sistema debaías Chacororé- Sinhá Mariana, Pantanal de Mato Grosso*. (Dissertação) UFMT – Universidade Federal do Mato Grosso, Instituto de Biociências. Cuiabá –MT. 2001. 88p.
- SILVEIRA, J.M.F & DA SILVA, C.J. *Aplicação do método Stakeholder analysis no sistema debaías Chacororé- Sinhá Mariana, Pantanal de Mato Grosso. III Simpósio sobre Recursos naturais e Sócio Econômicos do Pantanal Anais. Ed. EMBRAPA/ CPAP. Corumbá. [http. www.embrapa_cpap.br](http://www.embrapa_cpap.br). 2002*

- SIQUEIRA, E. M. *Subsídios para a história do Pantanal do Rio Cuiabá Abaixo*. Trabalho de assessoria para o Projeto: “Estratégias de Sobrevivência de Comunidades Tradicionais no Pantanal Mato-grossense”. Cuiabá, [s.n.], 1993.
- _____ *Agenda Telefônica, Pantanal Produtos Veterinários*. Cuiabá, [s.n.], 1993.
- SIQUEIRA JR., J. *Arte e técnicas Kadiweu*. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, Projeto 500 anos: Caminhos da Memória - Trilhas do Futuro, [s.d.].
- SMITH, N. *A Pesca no Rio Amazonas*. Manaus: INPA/CNPq, 1979.
- SOUZA, J. M. *O cativo da terra*. São Paulo: Liv. Ed. Ciências Humanas, 1979.
- TRICART, J. *et alii. Le pantanal (Brésil) - étude ecogeographique. Travaux et documents de geographie tropicale*. França: CEGET, 52:92, 1984.
- VALVERDE, O. “Fundamentos geográficos do planejamento rural do Município de Corumbá”. In: *Revista Brasileira de Geografia*, 34(1): 49-144, 1972.
- VAN VELSEN, J. “A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado”, In: FELDMAN, B. B. (org.) *Antropologia das sociedades contemporâneas*. Rio de Janeiro: Global, 1987.
- VAYDA, A. P. & R. A. RAPPAPORT. “Ecology, cultural and noncultural”. In. *Clifton, J. A. (ed.) Introduction to Cultural Anthropology*. Boston: Houghton Mifflin, 1968.
- VICENZI, C. J. *Paraíso verde: impressões de uma viagem à Mato Grosso em 1918*. Rio de Janeiro: [s.n.: s.d].
- VIERTLER, R. B. *Implicações adaptativas das crenças e práticas funerárias dos Bororo do Brasil Central*. São Paulo, 1982. Tese (Livre-docência) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Depto de Ciências Sociais - Universidade de São Paulo.
- VIERTLER, R. B. *A duras penas - uma história das relações entre índios Bororo e "civilizados" no Mato Grosso*. São Paulo: FFLCH- USP, 1990.
- VIVEIROS, E. C. *Rondon conta sua vida*. Rio de Janeiro: Liv. São José, 1958.
- VOLPATO, L. *A Conquista da Terra no Universo da Pobreza*. São Paulo: HUCITEC Ed., 1987.
- WILHELMY, H. “Das Grosse Pantanal”. In: *Die Wmschau*, s.l., 18:555-9, 1958.
- WWW & CEBRAQ - Hidrovia Paraguai – Paraná. Quem paga a conta? 1994.
- WWW - Fact or fiction: a review of the Hydrovia Paraguay – Paraná . Report. Canada. 1999.
- WWW – Waterway and sustainable development. International Conference. Königswinter. 2000. 78p.

FONTES E ARQUIVOS

- Núcleo de Documentação em Informação em História Regional - NDHIR, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.
- Arquivo Público do Estado de Mato Grosso - APMT - Cuiabá, MT
- Cartório do Município de Santo Antônio de Leverger, MT
- Cartório de Paz de Mimoso, Município de Santo Antonio de Leverger, MT.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Cuiabá, MT.
- Fundação Candido Rondon, Cuiabá, MT
- Instituto de Terras de Mato Grosso - INTERMAT, Cuiabá, MT
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Cuiabá, MT
- Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, Cuiabá, MT
- Colônia Z-1 de Pescadores de Mato Grosso, Cuiabá, MT
- Hemeroteca da Biblioteca Central da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, Cuiabá, MT

FONTES PRIMÁRIAS

- Carta de Rondon a Prudente Gonçalves de Queiroz, de 05 de março de 1950, cedida gentilmente pelo professor Carlos Reiner e dona Nelma Reiner de Mimoso
- Latas de Doações de Sesmarias (APTMT), Cuiabá
- Registro de Certidões de Nascimento e de Óbitos do Cartório de Mimoso
- Registros de Passagem de Direitos de Posse na Sesmaria de Morro Redondo, Mimoso
- Relatório de Presidente de Província - Joaquim de Almeida Louzada (1841-1851) (APMT)
- Correspondência de D. Antonio Rolim De Moura, vol.1: UFMT, NDHIR

PERIÓDICOS

- Jornal: *O Estado de Mato Grosso* (MT) - 1970-1992
- Jornal: *A Folha de S. Paulo* (SP) - 1990-1993